UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FERNANDA DA CONCEIÇÃO ZANIN

ACERCA DA RELAÇÃO ALIENADA ENTRE SUJEITO E TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE: UM ENSAIO SOB O OLHAR DA PSICANÁLISE

CURITIBA

2016

FERNANDA DA CONCEIÇÃO ZANIN

ACERCA DA RELAÇÃO ALIENADA ENTRE SUJEITO E TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE: UM ENSAIO SOB O OLHAR DA PSICANÁLISE

Dissertação apresentada ao Programa Pós-Graduação em Psicologia, Setor de Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Maurício José D´Escragnolle Cardoso.
Co-orientadora: Profa. Dra. Elaine Cristina Schmitt Ragnini.

CURITIBA
2016

Catalogação na Publicação
Cristiane Rodrigues da Silva – CRB 9/1746
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação – UFPR

Zanin, Fernanda da Conceição
Acerca da relação alienada entre Sujeito e Trabalho na Contemporaneidade: um ensaio sob o olhar da Psicanálise. / Fernanda da Conceição Zanin. – Curitiba, 2016.
120 f.

Orientador: Profº Drº Maurício José D´Escragnolle Cardoso.
Coorientadora: Profª Drª Elaine Cristina Schmitt Ragnini.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Psicanálise Lacaniana. 2. Psicanálise – Subjetividade. 3. Psicanálise – Relações de Trabalho. I.Título.

CDD 150.1957

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós Graduação em PSICOLOGIA
Código CAPES: 40001016067P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **FERNANDA DA CONCEICAO ZANIN**, intitulada: "**A CERCA DA RELAÇÃO ALIENADA ENTRE SUJEITO E TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE: UM ENSAIO SOB O OLHAR DA PSICANÁLISE.**", após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação.

Curitiba, 05 de Outubro de 2016.

MAURICIO JOSE D´ESCRAGNOLLE CARDOSO
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

DAYSE STOKLOS MALUCELLI
Avaliador Externo (APP)

JOSÉ HENRIQUE DE FARIA
Avaliador Externo (UFPR)

Aos trabalhadores, por uma forma de encarar a cisão e, assim, poder se libertar dos engodos do capital, tornando-se Sujeitos de suas próprias histórias.

AGRADECIMENTO

Aos trabalhadores, que me permitiram conhecer suas histórias e me ajudaram a construir o que hoje apresento como estudo.

À Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná pelos ensinamentos. Aos funcionários pelas parcerias e momentos de descontração. Aos diretores que me acolheram tão bem nesse espaço de militância e fonte de conhecimento.

Ao professor Maurício Cardoso, que como um grande orientador, me ajudou a crescer como pesquisadora. Obrigada por me acolher e apostar em minha proposta de pesquisa. Dentro das possibilidades de conhecimento inconsciente, acreditei que seria você quem melhor me orientaria neste momento de formação.

À Elaine Ragnini, que neste momento me acompanhou como co-orientadora, por me ajudar a compreender um pouco mais o mundo do trabalho.

À professora Rosane Lustosa e professor José Henrique de Faria, membros da banca de qualificação, pelas dicas e incentivos. Gostaria de dizer a vocês que a banca de qualificação, com as intervenções de vocês, foi um marco em minha vida acadêmica.

À Leda Bernardino, que mesmo não sendo da área do Trabalho, fez colocações importantes durante as supervisões clínicas e me ajudou a refletir sobre o diálogo possível entre Psicanálise e Saúde do Trabalhador.

A minha analista, Suely Poitevin, por me acompanhar nas trajetórias de re-signifcações da vida e por me ajudar a compreender meus momentos de crises na produção subjetiva em forma de escrita, frente a um tema que demanda avanços na análise pessoal.

Aos meus parceiros de cartel, Rosangela Vernizi e Fernando Ruthes, pelas discussões frutíferas sobre a Psicanálise e pelas conversas descontraídas sobre a vida.

Às amiguez Germano Pestana, pelas revisões e sugestões importantíssimas na pesquisa; Lázaro Castro pela parceria dentro e fora da sala de aula. Mas, meus maiores agradecimentos a ambos pelos momentos de risadas exagerada e verdadeiramente gostosas.

A minhas amigas Angelita Silva, Janine Salvador, Joicy Marcondes e Simone Passos. Agradeço a vocês pelas horas de conversas e pelas inspirações, risadas e

angústias compartilhadas. Cada uma de vocês me ajudou muito de uma maneira especial.

Aos meus amigos Luis Allan Künzle e Paulo Perna, muito obrigada pelos incentivos e longas conversas sobre política, esquerda e militância e sobre a vida em suas mais deliciosas paradas.

A meus pais, Jucimara e Moacir, por me incentivarem a investir em minhas curiosidades desde criança. Aos meus irmãos, Alessandra e Lucas, pela cumplicidade em diversos destes momentos de curiosidade. A vocês por compreenderam minhas ausências em encontros da nossa família.

Ao Beneval por seu amor, por compreender minhas faltas nestes longos meses de trabalho e por me acolher de uma maneira tão carinhosa nas horas mais cansativas do mestrado.

el hombre proletario es la esencia del hombre
(Lacan, 1975)

RESUMO

A escuta clínica de queixas de trabalhadores adoecidos nos despertou para o desenvolvimento de uma questão de pesquisa, cujo objetivo resultou em associar as possíveis contribuições da teoria lacaniana da alienação do sujeito ao estudo da relação do sujeito com o trabalho na atualidade. Para tanto, propomo-nos a realizar um ensaio teórico, no qual selecionamos textos que contemplavam discussões a respeito da concepção lacaniana de Alienação e de produções escritas que tratavam de uma visão crítica do trabalho na atualidade, a exemplo de textos de abordagem marxista. Deste modo, dividimos nossa pesquisa em dois capítulos. No primeiro, abordamos a Alienação compreendida pelo psicanalista francês Jacques Lacan, desde o que consideramos ser a origem de tal tema em sua obra, nos anos 1930, passando por esquemas conceituais como o Estádio do Espelho, o Esquema L e o Grafo do desejo; até a síntese do conceito de Alienação proposto por ele na década de 1960. No segundo capítulo, tratamos do trabalho na atualidade, ou seja, inserido no sistema de produção capitalista de ordem liberal. Compreendemos em nosso trabalho a doutrina liberal, sustentada pelo Estado, como geradora de concepção econômica, política e social, portanto, colaboradora no processo de constituição de sujeitos. No decorrer de nosso estudo, deparamo-nos com a ideia de que a Alienação, na concepção lacaniana, é um processo de “escolha forçada” pela qual passam todos os sujeitos que almejam constituir sua subjetividade. Para sua formação, o sujeito necessita atrelar seu desejo ao Outro, pois só assim poderá ser reconhecido pelo Outro e, em troca, constituirá a si. Deste modo, compreendemos a relação do sujeito com seu trabalho como uma repetição do processo de “escolha forçada”. Sendo este trabalho inserido na doutrina liberal, o desejo do sujeito está atrelado a responder as demandas de produção e entrega exigidos pelas empresas.

Palavras-chave: Alienação, Trabalho, Subjetividade, Psicanálise Lacaniana.

RÉSUMÉ

L'écoute clinique des plaintes des travailleurs malades nous a éveillé l'envie de développer à partir de ce constat une question de recherche dont l'objectif a été d'associer les contributions possibles de la théorie lacanienne de l'aliénation du sujet à l'étude du rapport entre le sujet et le travail dans nos jours. Pour cela faire, nous proposons de réaliser un essai théorique à partir des textes sélectionnés qui concernent la conception lacanienne d'Aliénation et de productions écrites qui traitent d'un regard critique sur le travail aujourd'hui, à l'exemple des textes d'approche marxiste. Ainsi nous partageons notre recherche en deux chapitres. Au premier nous abordons l'Aliénation comme l'a étudiée Jacques Lacan, depuis ce que l'on considère son origine, dans les années 1930, passant par les schémas conceptuels comme le Stade du Miroir, le Schéma L et le Graphe du désir ; jusqu'à la synthèse du concept d'Aliénation proposée par Lacan dans les années 1960. Au deuxième chapitre nous abordons le travail aujourd'hui, c'est-à-dire, inséré dans le système de production capitaliste d'ordre libéral. Nous comprenons dans notre travail la doctrine libérale, appuyée par l'État, comme gérée à partir d'une conception économique, politique et sociale, alors collaboratrice du processus de constitution de sujets. Dans notre étude nous apercevons que l'idée que l'Aliénation, dans sa conception lacanienne, est un processus de « choix forcé » à travers lequel tous les sujets désirant construire leur subjectivité doivent passer. Pour sa formation le sujet doit accrocher son désir à l'Autre, car c'est la seule possibilité d'être reconnu par l'Autre ; et, en contrepartie, il se constituera lui-même. Ainsi, nous comprenons le rapport du sujet à son travail comme une répétition du processus de « choix forcé ». Comme ce travail fait partie de la doctrine libérale, le désir du sujet est accroché à la réponse des demandes de production et de livraison exigées par les entreprises.

Mots-clés : Aliénation, Travail, Subjectivité, Psychanalyse Lacanienne.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – ESQUEMA ÓPTICO DO ESTÁDIO DO ESPELHO.....42
FIGURA 2 – ESQUEMA L.....57
FIGURA 3 – PROBLEMA MATEMÁTICO DA CONSTRUÇÃO DO ENVELOPE.....58
FIGURA 4 – VERSÕES DO GRAFO DO DESEJO CONSTRUÍDAS POR LACAN.....63
FIGURA 5 – TEORIA MATEMÁTICA DOS CONJUNTOS: REUNIÃO E INTERSEÇÃO.....70
FIGURA 6 – ALIENAÇÃO PARA LACAN.....72
FIGURA 7 – ALIENAÇÃO ATRAVÉS DA PARÁBOLA “A BOLSA OU A VIDA?”.....73
FIGURA 8 – ESQUEMA L COM GIRO.....101
FIGURA 9 – SERVIDÃO VOLUNTÁRIA.....104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11
1. **CAPÍTULO I: ALIENAÇÃO** 20
1.1 ESTÁDIO DO ESPELHO: ENTRADA DA PSICANÁLISE NA TEORIA DA ALIENAÇÃO 20
1.2 ESQUEMA L E GRAFO DO DESEJO: AS FACES SIMBÓLICA DO PROCESSO DE ALIENAÇÃO 52
1.3 ALIENAÇÃO: A BOLSA OU A VIDA? 68
2.**CAPÍTULO II: TRABALHO** 77
2.1 LIBERALISMO: LIBERDADE PARA QUEM? 77
2.2 TAYLORISMO, FORDISMO E TOYOTISMO, A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO LIBERALISMO: RELAÇÕES DO SUJEITO COM O TRABALHO 89
2. 2. 1 Taylorismo: controle dos corpos e das mentes dos trabalhadores 89
2. 2. 2 Fordismo: a esteira de produção em massa, a esteira de produção de subjetividade 91
2.2.3 Toyotismo: subjetividades sequestradas 97
2.2.3.1 A Alienação enquanto uma forma de relação do Sujeito com o trabalhado na atualidade 101
CONCLUSÃO 107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 110

INTRODUÇÃO

O tema de nossa pesquisa surgiu a partir da prática profissional que realizamos desde 2009. Tal prática se dá tanto no âmbito da clínica psicológica, com base psicanalítica, quanto em serviços de assessoria em Saúde do Trabalhador a instituições representativas de classe. Através das atividades que realizamos em ambos os espaços, pudemos entrar em contato com trabalhadores de diversas categorias, como bancários, docentes e técnico-administrativos de instituições federais e estaduais de ensino superior e básico, fiscais da área alimentar e metalúrgicos. Os discursos apresentados pelos mesmos revelavam, inicialmente, queixas relacionadas às condições de trabalho, queixas empíricas, ligadas às condições concretas, que iam desde a falta de recursos materiais e elevada carga horária às relações conflituosas com colegas de trabalho e chefias.

Desde o início desta prática profissional realizamos estudos na área Saúde do Trabalhador. Dentre os resultados destes estudos, o primeiro que colhemos foi a pesquisa monográfica "Expectativa sobre o retorno ao trabalho: análise das vivências de trabalhadores bancários no período de afastamento laboral" (ZANIN, 2010), finalizada em 2010. Nessa, através de pesquisa de campo, questionamo-nos a respeito do processo de adoecimento e, especialmente, sobre as expectativas dos bancários quanto ao retorno ao trabalho após um período de afastamento por questões de saúde relacionadas às atividades laborais. Desde aquele momento nos chamava atenção aquele trabalhador que ultrapassava seus limites de saúde e, adoecido, continuava realizando suas atividades laborais. Deste modo, utilizando a poesia de Chico Buarque de Holanda, chamava-nos atenção aquele trabalhador que subia "*na construção como se fosse máquina*", com os "*olhos embotados de cimento e lágrimas*" (1971). Ao voltar o olhar a este cenário, começamos a nos perguntar acerca da natureza das situações que faziam o trabalhador a não se afastar do trabalho mesmo quando adoecido por conta deste.

Com o tempo percebemos que, frequentemente, os trabalhadores também falavam sobre os sentimentos despertados frente à incapacidade de responder aos ideais de produção demandados pela instituição para a qual trabalhavam. Eles relatavam o quanto se sentiam frustrados por não cumprirem todas as atividades e/ou metas, sentimento esse despertado mesmo quando estavam advertidos da

ausência de condições para fazê-lo. E, neste sentido, eles expressavam também uma sensação de culpabilidade, mesmo tendo consciência da impossibilidade de alcançá-las devido ao alto nível de exigência das chefias e dos sistemas organizacionais. Envoltos por tais sentimentos, eles trabalhavam fins de semana e madrugadas, deixavam de fazer refeições e de estar com familiares e amigos para tentar dar conta das demandas das instituições para a qual trabalhavam – tais situações foram se tornando cada vez mais comuns em seu cotidiano.

Estes trabalhadores, através de suas queixas referentes ao trabalho, nos mostravam seus sofrimentos, mas, especialmente, revelavam a constante impossibilidade de renunciar às exigências e expectativas do trabalho e ao trabalho em si mesmo. Estas queixas, para nós, revelavam um conflito entre o que o trabalhador se sentia no dever de fazer e o que este dever resultava em sua saúde. Esta situação, inclusive, nos remetia à frase que o psicanalista Octave Mannoni (1973, p. 23) destacou ao estudar crenças: "'*Eu sei'* (...) *'mesmo assim'"*. Era muito comum os trabalhadores elaborarem frases muito próximas a "*Eu sei que não conseguirei cumprir a meta, porque ela é inatingível, mas mesmo assim... eu tento cumpri-la, eu me sinto culpado por não atingi-la, eu me esforço para alcançá-la, eu sofro e adoeço tentando"*. Dado este cenário, questionamo-nos a respeito do tipo de relação que se estabeleceria entre estes sujeitos-trabalhadores e seu trabalho, sobretudo, acerca do tipo de mobilização que faria movimentar o sujeito para e no trabalho, mesmo gerando sofrimento e adoecimento.

A partir do cenário trazido pelos trabalhadores, começamos a procurar uma bibliografia que nos ajudasse a elucidar as situações apontadas pelos trabalhadores. Deparamo-nos com pesquisas teóricas e empíricas que discorriam sobre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho contemporâneo e que apontavam as consequências de tais modificações, sobretudo seus reflexos nas condições de trabalho.

Em resumo, estas pesquisas, principalmente as realizadas por José Henrique de Faria (2011a, 2011b), Roberto Heloani (2007) e David Harvey (2013), apontam as mudanças ocorridas no mundo trabalho após as crises do sistema capitalista de produção ao longo do século XX. Posteriormente às crises, novas estruturas de produção eram propostas com a finalidade de reiniciar a expansão do sistema capitalista, para gerar cada vez mais acúmulo de capital. Em cada nova

proposta de aprimoramento da forma de produção, cujos exemplos maiores são dados pelo Taylorismo, pelo Fordismo e pelo Toyotismo, vemos surgir também novas maneiras de envolver o sujeito em seu trabalho. O que havia começado como busca de um incremento procedural de produtividade dos trabalhadores no início do século XX, como os estudos de “Tempo e Movimento”, propostos por Frederick Taylor, assume a forma do controle social de trabalhadores feito por agentes dentro e fora das fábricas de Henry Ford, em meados do mesmo século. Mais tarde, a partir de 1970, este controle sofre uma importante inflexão, na medida em que ultrapassa a dimensão corporal do trabalhador e se revela na imperativa flexibilidade “voluntária” exigida na administração de atividades e na formação do trabalhador no modelo toyotista de produção.

Também nos deparamos com pesquisas que relatavam modificações nas condições e na organização do trabalho, mas também o surgimento do sofrimento e do adoecimento de trabalhadores de diversas categorias (SEGNINI, 1999; JACQUES; AMAZARRAY, 2006; OLIVEIRA; CAMPELLO, 2006; SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2001; BOSI, 2007; SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009; LÉDA; MANCEBO, 2009; NOGUEIRA, 2010; LORENÇO, 2013). Estas pesquisas também ressaltam as modificações de intervenção do Estado na Economia e seus reflexos no mundo do trabalho, sobretudo a respeito da passagem de um Estado liberal à abertura do mesmo para uma economia neoliberal.

Apesar do grande volume de estudos encontrados, nos deparamos com a existência de uma escassa bibliografia acerca da relação estabelecida entre o sujeito e o seu trabalho. Dentre estes nos deparamos com a produção “Trabalho e subjetividade: o espírito do Toyotismo na era do capitalismo manipulatório” (2011) de Giovanni Alves; e com o conceito de “Sequestro da subjetividade”, criado e desenvolvido na década de 1980 e 1990 por José Henrique de Faria que, mais adiante, em parceria Francis Meneghetti, realizou uma ampla divulgação do conceito através do trabalho “O seqüestro da subjetividade e as novas formas de controle psicológico no trabalho: uma abordagem crítica ao modelo toyotista de produção” (2001). Estes estudos, de modo geral, discutem que a relação sujeito-trabalho se estabelece por via da identificação entre o sujeito e a instituição para a qual trabalha. Destacamos que a maioria das pesquisas encontradas, a exemplo das citadas nesse parágrafo e nos anteriores, tem como base teórica os preceitos marxianos. O

Marxismo, perspectiva teórica e crítica criada em meados de 1850 pelo filósofo e sociólogo alemão Karl Marx, em resumo, pode ser apontado como um método de compreensão da economia política que capta e analisa as contradições sociais e econômicas, o modo de produção e os conflitos da luta de classe (MANDEL, 1982). Através das discussões fomentadas pelo Marxismo, diversos pesquisadores, como os mencionados anteriormente, desenvolveram estudos a respeito do Trabalho e de seus modos de produção no sistema capitalista.

Com a apropriação das análises e discussões acerca das relações de trabalho e de produção da vida sob a égide do capital, passamos a nos interrogar a respeito da contribuição específica da Psicanálise para a compreensão da relação do sujeito-trabalhador[1] com seu trabalho na atualidade. A Psicanálise, desde sua criação com Sigmund Freud, mostra-se sensível para elaborar questões através da escuta clínica, tanto de situações particulares a um sujeito quanto de questões sociais[2] mais amplas. Ainda que a Psicanálise, criada por Freud no fim do século XIX e começo do século XX, muito pouco tenha se debruçado particularmente sobre a questão do Trabalho, acreditamos que esta perspectiva é capaz de trazer elementos para debater os cenários revelados pelos trabalhadores, e, sobretudo, para ajudar na compreensão da relação estabelecida entre o sujeito e seu trabalho[3]. Através de nossa escuta clínica, questionamo-nos a respeito do sentido do estilo de vida do qual o sujeito se queixa e do qual seria o fundamento da permanência em uma forma de vida em que o sujeito prejudica sua saúde.

---

1 A referência que fazemos aqui, e no decorrer de nossa pesquisa, ao termo “sujeito-trabalhador” tem como base o acúmulo dos estudos realizados pelos membros do Grupo de Pesquisa Economia Política do Poder e Estudos Organizacionais, coordenado por José Henrique de Faria. A exemplo de tais estudos, citamos a tese de doutorado da Elaine Cristina Schmitt Ragnini, intitulada “Saúde mental no trabalho – sujeito, sintoma e clínica: por uma incidência do discurso psicanalítico no campo da saúde do trabalhador” (RAGNINI, 2014). Nesta tese, ao se referir ao trabalhador, a autora o toma enquanto sujeito do inconsciente no interior também de sua laboral, sujeito este dotado de face oculta para além do racional e de sua transparência.

2 Foi através da escuta analítica que Freud elaborou questões sociais, como as discutidas em “Totem e Tabu”, em 1913; “Psicologia de Grupo e a Análise do Ego”, em 1921; “Futuro de uma ilusão”, em 1927; “Mal-Estar na Civilização”, em 1930; e “Moisés e o Monoteísmo”, em 1939.

3 Em nossa pesquisa não trataremos a respeito do diálogo estabelecido entre a Psicanálise e o Marxismo; no entanto, consideramos importante ressaltar a existência de diversos autores e perspectivas teóricas que o fizeram. Dentre estes pesquisadores, estão alguns membros da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, criada entre as décadas de 1930 e 1940, cujos maiores colaboradores foram Mac Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse e Erich Fromm. Dentre os frankfurtianos que se propuseram ao diálogo entre Karl Marx e Sigmund Freud estão Erich Fromm (BISETTO, 2015) e Marcuse (PISANI, 2004).

Não ignoramos o fato de o trabalho ser um meio de subsistência, que este sujeito está inserido em uma sociedade cujos elementos fundamentais para sobrevivência, como alimentação e moradia, são adquiridos através de sua força de trabalho por salário. Do mesmo modo, não negamos o fato das atuais condições de trabalho e das relações interpessoais existentes dentro deste serem prejudiciais à saúde e causarem o adoecimento ou até a morte do sujeito trabalhador. O que nos questionamos é a respeito da aceitação do ser humano em consentir com a existência deste tipo de trabalho, precário e explorador. Tivemos contato, por exemplo, através da clínica e de pesquisas lidas, com trabalhadores que teriam condições sócio-econômicas para trabalhar menos, porém estes ainda assim se submetiam, de maneira nociva, às atividades laborais, reduzindo ou extinguindo suas horas de lazer e de cuidado à saúde.

O fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado no documentário “Sal da Terra” (2014), para se referir aos trabalhadores que extraem ouro da Serra Pelada, em Minas Gerias, comenta que estes pareciam escravos, embora não o fossem, trabalhavam como escravos, desciam e subiam escadas como escravos, passavam muitas horas em função do trabalho como escravos e mal dormiam e pouco descansavam como escravos. O destaque de Salgado nos remete ao termo “Servidão Voluntária”, criado pelo filósofo francês Étienne de La Boétie (2009 [1552/1553]), no século XVI. Segundo La Boétie, o termo em si representa um grande paradoxo, de um lado a escravidão, que não permite a escolha de fuga desta condição; por outro o voluntariado, a escolha de estar nesta condição. Na década de 1550, o filósofo discute este termo frente ao Estado Absolutista e a relação dos súditos com seus reis.

Ao nos voltar à Psicanálise, vemos Freud (1996a [1927]) apontar que o trabalho socialmente organizado, ou seja, enquanto instituição criada pelo processo civilizatório, não somente poderia ser entendido como uma via de sublimação das pulsões do sujeito, como também um dos espaços privilegiados para a expressão dos conflitos. Sob esta concepção, Freud nos aponta a aproximação entre a relação desenvolvida pelo sujeito com seu trabalho e àquela encontrada na experiência amorosa. Deste modo, este componente libidinal no trabalho, foi explorado em algumas pesquisas da Sociologia do Trabalho, com base na Psicanálise, tal como “Imaginário social, recalcamento e repressão nas organizações” (1974), “O indivíduo

preso na armadilha da estrutura estratégica" (1997) e "Interioridade e Organizações" (2001) de Eugène Enriquez; e "O poder das organizações" (1987) de Max Pagès e colaboradores. Estas pesquisas nos sugerem a possibilidade de isolar uma espécie de lógica inconsciente para analisar as relações laborais modernas liberais, também fazendo uso, sobretudo, da identificação do sujeito com a instituição para a qual trabalha.

A comparação freudiana do trabalho com a relação amorosa, bem como as pesquisas mencionadas acima, permitiram-nos compreender o que podemos tomar como sendo um olhar da Psicanálise para com o trabalho: apesar da aparente transparência, objetividade e racionalidade das relações sociais mercantis e industriais capitalistas, como as estabelecidas no trabalho na atualidade, estas seriam marcadas por uma dimensão libidinal, portanto, não tão transparente como se apontavam que fossem. Para esta pesquisa, visamos tomar como premissa este componente inconsciente presente, segundo a Psicanálise, no trabalho[4].

O psicanalista Jacques Lacan imbricou-se em seu projeto de retorno à teoria freudiana, a partir da década de 1930, frente ao que ele compreendia ser o desvirtuamento dos escritos e conceitos propostos por Freud, sobretudo as deturpações feitas pela própria filha de Freud, Anna Freud, e por outros psicanalistas pós-freudianos, como Donald Winnicott e Melaine Klein. Lacan, assim como Freud, não se dedicou a estudar questões referentes ao trabalho, mas manteve contato bastante próximo a teóricos marxianos. Tal contato influenciou, indireta e diretamente, a criação de teorias e conceitos lacanianos (GOLDENBERG, 2002; OLIVEIRA, 2008; LUSTOZA, 2009; ROSA, 2010; BORGES; RIBEIRO, 2012; DARRIBA; CARDOSO, 2015a; 2015b), principalmente entre as décadas de 1950 e 1970. Em função dessa influência, vimos surgir a teoria dos discursos e do campo imaginário, os conceitos de desejo, de consciência, de objeto a e de mais-de-gozar, bem como as reflexões acerca do processo de alienação do sujeito.

Em nossa pesquisa, limitamo-nos a construir discussões a partir da concepção lacaniana do processo de alienação do sujeito. Tal conceito foi selecionado por acreditarmos que, de certa forma, a Alienação engloba a discussão

[4] Cabe mencionar que o Grupo de Pesquisa Economia Política do Poder e Estudos Organizacionais, sobretudo o José Henrique de Faria com seu conceito de "Sequestro da subjetividade", tem se debruçado sobre a face oculta da relação estabelecida pelo indivíduo com seu trabalho. Mais adiante, tal conceito será apresentado e debatido em nossa pesquisa.

sobre identificação, a qual parece cada vez mais ganhar importância frente ao envolvimento de processos identificatórios nas formas de vinculação laboral modernas em nossas sociedades capitalistas. Cabe ressaltar que apesar de levarmos em consideração a história do conceito – em suas origens hegelo-marxianas – concentramo-nos no uso que Lacan fez deste. Interessamo-nos essencialmente pela interpretação psicanalítica do conceito, por entender que esta é capaz de dar à luz a uma nova dimensão do processo de alienação, propriamente inconsciente e ligada à própria constituição do sujeito. Em suma, podemos dizer que o conceito de Alienação é discutido, principalmente, no "O Seminário, Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise" de Lacan (2008a [1964]). Nesta obra, o autor aborda, de uma certa maneira, os elementos envolvidos na constituição de um sujeito. Para Lacan, a constituição do sujeito só é possível a partir de sua representação no campo do Outro, podendo este ser representado pelos progenitores, por exemplo. Dentro deste processo constitutivo, a Alienação apresenta-se como a divisão fundante do próprio sujeito, que precisa se alienar de si, afastar-se de si e fazer-se dividido, para só assim, através do contato com o Outro, constituir-se enquanto sujeito.

Lacan também destaca que a renúncia de si mesmo, como sujeito todo, faz deste, ao mesmo tempo, objeto oferecido ao Outro. Como em um contrato, o sujeito se oferece como objeto nesta relação, e em troca exige o reconhecimento e a própria constituição do que se é. Este contrato apresenta-se como uma escolha forçada, sem a qual não pode se tornar sujeito propriamente dito: se divide e se aliena ao Outro para ser sujeito. É a respeito desta dimensão da constituição do sujeito enquanto cindido que queremos desenvolver nossa pesquisa, incluindo, portanto, o conceito de Alienação para fundamentar nosso estudo da relação sujeito-trabalho.

Reafirmamos que os preceitos psicanalíticos têm por base o sujeito do inconsciente, sujeito cindido, em falta e em constante conflito. É exatamente a este sujeito que nos referimos para compreender as queixas, a posição e a identidade daqueles que escutamos desde a clínica, mas que se constituem nas relações com o outro, o Outro e o trabalho. Partindo dessa concepção de sujeito e levando em consideração as queixas vinculadas ao trabalho e sua demanda por tratamento, pareceu-nos pertinente propor uma pesquisa sobre a relação entre sujeito e trabalho

que levasse em consideração o contexto histórico, econômico, social e político no qual a relação está inserida. Para tanto, abordaremos o modo de produção capitalista e a ideologia do liberalismo que, enquanto ideologia, sela a relação sujeito-trabalho na atualidade. No que diz respeito ao modo de produção capitalista, apresentaremos três modelos de produção, por considerá-los os que mais concentram características típicas de cada período de desenvolvimento da produção capitalista, são eles: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo.

Deste modo, nosso problema de pesquisa se apresenta como sendo: quais contribuições teórico-conceituais a concepção da Psicanálise lacaniana de alienação poderia oferecer para o estudo da relação do sujeito com o trabalho na atualidade? Assim, tomamos como objetivo geral levantar as possíveis contribuições da teoria lacaniana da alienação do sujeito ao estudo da relação do sujeito com o trabalho na atualidade. E, selecionamos como objetivos específicos: estudar o conceito de alienação na obra lacaniana; e relacionar a alienação compreendida por Lacan com a relação sujeito-trabalho na atualidade. Deste modo, para o presente estudo, propomos a realização de um ensaio teórico desenvolvido através de revisão de literatura.

Dentro do nosso objetivo de pesquisa, elaboramos um roteiro de estudo com os principais temas pelos quais passamos. Abaixo apresentamos algumas referências bibliográficas utilizadas. Para o primeiro capítulo, dividimos sua abordagem em dois momentos, pois levamos em consideração o fato da reflexão lacaniana acerca da Alienação atravessar a quase totalidade do ensino de Lacan. Em primeiro lugar, abordamos o uso lacaniano da noção de alienação desde sua origem, através dos conceitos-esquemas de “Estádio do Espelho”, “Esquema L” e “Grafo do desejo”. Para tanto, utilizamos principalmente os textos lacanianos “O estádio do espelho como formador da função do eu [je] tal como nos é revelada na experiência psicanalítica” (1998a [1949]), “O Seminário, Livro 1: os escritos técnicos de Freud” (LACAN, 2009 [1953/1954]), “Observações sobre o relatório de Daniel Lagache: Psicanálise e estrutura da personalidade” (LACAN, 1998b [1958]), “O Seminário, Livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise” (2010 [1954/1955]), “O Seminário, Livro 4: a relação de objeto” (1995 [1956/1957]) e “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano” (1998c [1960]). Para o segundo momento deste primeiro capítulo, concentramo-nos na

noção de Alienação da década de 1960, no qual, Lacan determina o estatuto exato deste conceito para a Psicanálise. Para isso, fizemos uso, basicamente, d´"O Seminário, Livro 11: os quatro conceitos fundamentais" (2008a [1964]).

No segundo capítulo abordamos o tema Trabalho, como compreendido no sistema social e econômico de produção capitalista. Também dividimos este capítulo em dois momentos. Primeiramente, apresentamos alguns pontos do desenvolvimento da filosofia do Liberalismo. Para tal explanação, essencialmente, fizemos uso de estudos dos autores David Harvey, "O Neoliberalismo: história e implicações" (2013); Alysson Mascaro, "Estado e Forma Política" (2013); Francisco Vergara, "Introdução aos fundamentos filosóficos do Liberalismo" (1995); e José Henrique de Faria "Gestão Participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações" (2009). Em seguida, analisamos três estágios do processo de produção capitalista em vigor desde o fim do século XVIII ao momento atual, quais sejam: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. Revisamos, sobretudo, o que diz respeito às formas desenvolvidas nestes sistemas para envolver o sujeito em seu trabalho. Tal repasse de literatura foi realizado através de revisão de literatura crítica das teorias da Administração e da Sociologia do Trabalho. Para tanto, consultamos principalmente obras como "Trabalhando para Ford: trabalhadores e sindicalistas na indústria automobilística" de Huw Beynon (1995); "Gestão e Organização no capitalismo globalizado" de Roberto Heloani (2007); "Economia Política do Poder: uma crítica da teoria geral da Administração" de Faria (2011b) e "O seqüestro da subjetividade e as novas formas de controle psicológico no trabalho: uma abordagem crítica ao modelo toyotista de produção" de Faria e Francis Meneghetti (2001). Por fim, apresentamos um apanhado do que acreditamos ser a contribuição da teoria lacaniana acerca do processo de alienação aos estudos da relação do sujeito com seu trabalho.

Assim, após ter passado por uma leitura que permita pensar o processo de alienação da constituição da subjetividade e ter discutido de que maneira os modelos de processo de produção capitalista incluem e enlaçam o trabalhador, apresentamos a conclusão de nossa pesquisa.

1. CAPÍTULO I: ALIENAÇÃO

Dedicamos esse capítulo a abordar a reflexão do psicanalista francês Jacques Lacan a respeito dos processos de alienação do sujeito. Para tanto, fizemos uma retomada do que acreditamos ser a trajetória de construção de tal conceito. Deste modo, dividimos nosso primeiro capítulo em dois momentos. Em nosso primeiro subcapítulo, resgatamos e definimos o conceito[5] de Estádio do Espelho, através de textos lacanianos produzidos entre meados da década de 1930 e final da década de 1950. Em seguida, para nosso segundo subcapítulo, apresentamos brevemente dois esquemas, o Esquema L e o Grafo do desejo, para os quais fizemos uso de textos de Lacan dos anos 50 e 60. E, por fim, no terceiro subcapítulo exploramos a Alienação para Lacan, tal como ele a nomeia diretamente em seus diferentes textos e contextos, a partir de 1960. Propomos esta forma de exposição do processo de Alienação para a Psicanálise por vermos uma divisão teórica na discussão lacaniana a respeito de tal temática: no primeiro momento, que contempla o primeiro subcapítulo, Lacan aproxima a Alienação da teoria do campo imaginário; enquanto no segundo momento, dentro do segundo e do terceiro subcapítulo, o tema é discutido frente aos avanços de sua teoria do campo simbólico. A partir do conceito lacaniano de Alienação estabelecido no interior do presente capítulo, debruçamo-nos em relacioná-lo com o mundo do trabalho, no segundo capítulo de nossa pesquisa.

1.1 ESTÁDIO DO ESPELHO: ENTRADA DA PSICANÁLISE NA TEORIA DA ALIENAÇÃO

Em 16 de junho 1936, em uma conferência proferida à Sociedade

[5] Consideramos importante destacar que não há consenso quanto ao que se refere ser exatamente o Estádio do Espelho, já que alguns autores o denominam como “conceito” (como constantemente se refere Ogilvie (1988) e outros como uma “noção” (como intitula Roudinesco e Plon (1998). No decorrer da escrita de nossa pesquisa utilizaremos a palavra “conceito” para se referir ao Estádio do Espelho, devido à facilidade de escrita. No entanto, acreditamos que este seja muito mais do que um conceito, pois entendemos que o mesmo se trata de um “esquema conceitual”: um esquema enquanto sistema de ideias, um conjunto de conceitos, um composto de diversos conceitos. Apesar desta divergência quanto ao modo de nomear o Estádio do Espelho e de optarmos por escrevê-lo de uma maneira diferente do que acreditamos que o mesmo seja, compreendemos que a forma como ele será intitulado não modificará nosso uso e apresentação de tal. Lacan mesmo, durante seus escritos, não parece se importar em nomeá-lo como “conceito” ou “noção” ou “esquema conceitual” ou por qualquer outro nome, uma vez que, majoritariamente, ao se referir ao mesmo, menciona-o diretamente como “Estádio do Espelho” e, em outros momentos, apresenta-o como “*drama*” (1998a [1949], p. 100), fazendo referência ao “drama da vida”, termo que encontra no filósofo húngaro Georges Politzer.

Psicanalítica de Paris, Lacan menciona pela primeira vez o conceito de *Stade du miroir*, Estádio ou Estágio do Espelho, como traduzido para o Português[6]. O termo empregado por Lacan foi inspirado nos estudos realizados pelo psicólogo francês Henri Wallon (1879-1962), que desenvolveu um experimento chamado "Prova do Espelho" (ROUDINESCO; PLON, 1998). Alguns meses depois de seu primeiro pronunciamento sobre o conceito, Lacan o expõe pela segunda vez durante o congresso da *International Psychoanalytical Association* (IPA) de Marienbad (LACAN, 1998d [1946]).

Em 1938, pela primeira vez Lacan publicou um texto no qual fazia menção direta ao conceito. Neste texto, intitulado "Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia" (LACAN, 2003a [1938]), Lacan transcreve trechos das conferências de 1936, que continham comentários sobre o Estádio do Espelho. Tal texto foi produzido sob a encomenda de Wallon, para compor a *Encyclopédie française* (OGILVIE, 1988). A partir de 1938, frequentemente, Lacan publicava textos e proferia conferências fazendo menção ao Estádio do Espelho, a exemplo da palestra "Formulações sobre a causalidade psíquica", de 1946 (LACAN, 1998d [1946]), e do relatório "A agressividade em psicanálise" (LACAN, 1998e [1948]), apresentado em 1948 – ambos os textos estão publicados no livro "Escritos" de Lacan. Cabe apontar que, em todos estes casos, Lacan fazia referência ao Estádio do Espelho sem deter-se em sua explicação, fazendo uso do mesmo apenas para fundamentar outros conceitos ou debater outras questões[7].

Foi somente depois de mais de uma década da criação do conceito que Lacan se dedica intensa e profundamente à análise do Estádio do Espelho, explicando-o a seus ouvintes e leitores. Isso ocorreu primeiramente em uma comunicação feita por Lacan no XVI Congresso da IPA, em Zurique, no dia 17 de

---

[6] Apesar de o conceito ser traduzido ao Português como "Estádio do Espelho" e "Estágio do Espelho", na presente pesquisa, trabalharemos somente com a expressão "Estádio do Espelho". A escolha de tal termo se deu devido ao fato de compreendermos que a palavra "Estágio" poderia confundir o leitor e induzi-lo a pensar no conceito como uma expressão de cunho desenvolvimentista, como um conceito que comporia a constituição naturalista do desenvolvimento humano. Mais adiante comentaremos, brevemente, a diferença de posicionamento entre a teoria Desenvolvimentista e a concepção lacaniana. Deste modo, a expressão "Estádio do Espelho" nos pareceu mais próxima ao que acreditamos que Lacan queria nos apresentar com seu novo conceito, a ideia da inauguração de um estádio insuperável.

[7] A exemplo do uso do Estádio do Espelho para complementar a discussão sobre Agressividade, no texto "A agressividade em psicanálise" (LACAN, 1998e [1948]).

julho de 1949. Esta fala foi publicada integralmente na *Revue Française de Psychanalyse* e também adicionada ao *International Journal of Psychoanalysis* de forma resumida (LAMBOTTE, 1996). Posteriormente, em 1966, a fala foi incorporada integralmente aos "Escritos" com o mesmo título da comunicação de 1949: "O estádio do espelho como formador da função do Eu [*Je*], tal como nos é revelada na experiência psicanalítica" (LACAN, 1998a [1949]). Eis, então, o primeiro e único texto lacaniano publicado cujo debate se voltou, exclusivamente, ao Estádio do Espelho.

Em conformidade com o que aponta Ogilvie (1988), as produções realizadas entre 1936 e 1949, a exemplo das mencionadas acima, representam um período de transição na formação de Lacan, na qual ele está em processo na passagem de um médico psiquiatra a um psicanalista, um freudiano:

> Com o "estádio do espelho" Lacan inventa um conceito que condensa e cristaliza o conjunto de deslocamentos até então efetuados e os unifica numa teoria do sujeito que não cessará mais de aprofundar. Coloca-se, assim uma problemática a partir da qual Lacan poderá pouco a pouco retomar a obra de Freud descolando-a. O "estádio do espelho" é o ponto fixo o ponto de Arquimedes do qual Lacan precisava para se engajar num caminho que consiste em descobrir tudo aquilo que a obra de Freud, à sua revelia significa. A partir daí tornar-se possível sua "releitura", o "retorno a Freud" (em *A coisa freudiana*, 1955). Entre 1932 e os anos 50 Lacan procura, de alguma maneira, tornar-se freudiano (p. 104-105, grifos do autor).

Nos textos lacanianos mencionados até o momento, podemos perceber um Lacan em mudança, dedicado aos estudos freudianos, porém ainda apresentando um discurso com fortes resquícios biomédicos. Ao retomar as publicações da década de 30 e 40, principalmente as quais mencionamos anteriormente, encontramos, por exemplo, diversas comparações entre a espécie humana e outros seres vivos do reino animal e vegetal; alusões ao desenvolvimento motor da criança; e citações sobre o córtex cerebral e a mielina dos humanos. Menções e citações estas que se tornam cada vez mais escassas na medida em que sua obra avança. A título de complementação, cabe mencionar também que os textos lacanianos citados acima, publicados no "Escritos", encontram-se na seção "De nossos antecedentes" deste livro. Deste modo, os textos reunidos nesta seção são apresentados por Lacan como os "*trabalhos de nossa entrada na psicanálise*" (LACAN, 1998f [1966], p. 69). Ou seja, esses textos representam a inauguração de Lacan na teoria psicanalítica e em seus estudos dedicados à Freud, ao tão destacado "retorno à Freud".

Foi também por meio do Estádio do Espelho, chamado como o "*primeiro pivô de nossa intervenção na teoria psicanalítica*" (LACAN, 1998f [1966], p 71), que Lacan inaugurou sua entrada no que ele mesmo veio a intitular "campo do imaginário" (SALES, 2005)[8]. Conforme apontado por Roudinesco e Plon (1998), Lacan faz uso do "Imaginário", palavra derivada do termo em latim *imago* – que significa imagem – para demarcar no sujeito o lugar "*das ilusões do eu, da alienação e da fusão do corpo da mãe*" (p. 371). Deste modo, o campo imaginário "*designa aquilo que se relaciona com a imaginação, isto é, com a faculdade de representar coisas em pensamento, independentemente da realidade*" (p. 371). Dito de outro modo, relacionando o campo do imaginário com o Estádio do Espelho, neste momento de seus estudos, Lacan apresenta o imaginário como elemento fundamental para a constituição do sujeito, essencial para os processos iniciais de formação do Eu.

Cabe destacar que, referir-se ao campo do imaginário como o lugar "das ilusões", nas palavras de Sales (2003, p. 145),

> não significa, contudo, que as produções imaginárias sejam qualificadas de irreais. Bem ao contrário, é exatamente por esse processo de identificação ideal [à imagem] que é entendida a própria construção da realidade, a qual não consiste, por conseguinte, em um dado natural.

Neste período de seus estudos, podemos localizar em Lacan a importância do imaginário e da imagem para pensar o sujeito. E, deste modo, inaugura sua teoria da constituição do sujeito que, como aponta Ogilvie (1988, p. 104), "*não cessará mais de aprofundar*".

Quatro anos depois do "O estádio do espelho como formador do Eu [*Je*], tal como nos é revelada na experiência psicanalítica" (LACAN, 1998a [1949]), dando

[8] Simanke (2002) também nos aponta que este foi o momento de criação da "*teoria lacaniana do imaginário – na verdade, sua primeira teoria do imaginário, já que ela seria revista depois, à luz de seus desenvolvimentos sobre o simbólico*" (p. 245, grifos do autor). Para o autor, este primeiro momento da teoria lacaniana, destinada a explicar a constituição do sujeito sob a perspectiva do campo imaginário, foi fortemente influenciado tanto por Sartre quanto por Espinosa. Posteriormente, a partir da década de 1950, em paralelo ao desenvolvimento do conceito de Estádio do Espelho, a modificação de sua compreensão sobre a constituição do sujeito se deu como consequência da revisão da teoria freudiana sobre o narcisismo. Deste modo, Lacan amplia sua teoria incluindo o campo simbólico para explicar a constituição do sujeito. Mais adiante, a partir de 1970, Lacan novamente complementa sua teoria sobre a formação do sujeito, desta vez, conferindo ao real o lugar de destaque, formulando, então, sua teoria do real, simbólico e imaginário (RSI). No decorrer de nossa pesquisa, também apresentaremos a inserção do campo simbólico. Para esta pesquisa não abordaremos questões referentes ao campo do real para produção de nossa pesquisa.

início a seus seminários, principalmente entre novembro de 1953 e maio de 1954, Lacan retoma o conceito de Estádio do Espelho e seus princípios para constituição do sujeito em "O Seminário, Livro 1: os escritos técnicos de Freud" (LACAN, 2009 [1953/1954]). Nas aulas ministradas no Seminário, Lacan aprofunda o conceito, retomando textos e conceitos freudianos que colaborariam na compreensão da constituição do sujeito e complementa o Estádio do Espelho ao apresentar pela primeira vez seu esquema óptico.

Um dos últimos textos no qual Lacan menciona, com maior frequência, o Estádio do Espelho encontra-se publicado no "Escritos", sob o título "Observações sobre o relatório de Daniel Lagache: Psicanálise e estrutura da personalidade" (LACAN, 1998b [1958]). Este texto é a transcrição de uma comunicação feita por Lacan, em 1958, a respeito do relatório publicado pelo psicanalista francês Daniel Lagache. Inclusive, esta foi uma das últimas vezes em que Lacan fez uso da representação gráfica do conceito[9] antes de criar o Esquema L e o Grafo do Desejo[10] – nos quais, de algum modo, o Estádio do Espelho encontra-se embutido. Ademais, foi neste texto também que Lacan inclui, de maneira incisiva, sua teoria do grande Outro em sua formulação sobre o Estádio do Espelho. Cabe destacar que, em "O Seminário, Livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica psicanalítica" (2010 [1954/1955]), três anos antes, Lacan já havia inserido o Outro em sua teoria, no entanto, em "Observações sobre o relatório de Daniel Lagache: Psicanálise e estrutura da personalidade" (LACAN, 1998b [1958]), a distinção entre pequeno outro e grande Outro é mais bem demarcada e a inclusão do grande Outro na teoria se faz de maneira mais explícita. Tal teoria foi de grande importância para a continuidade do desenvolvimento dos estudos de Lacan sobre a constituição do sujeito. Podemos apontar, inclusive, que a concepção de grande Outro teria sido o elemento fundamental para a entrada no segundo momento da teoria sobre a formação do sujeito, no qual se inclui o campo simbólico.

Para a presente pesquisa aprofundaremos o debate sobre o Estádio do

[9] Segundo Boni Júnior (2010), a última apresentação do modelo óptico feita por Lacan ocorreu em 1964, em "O Seminário, Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise" (2008 [1964]), enquanto o conceito em si atravessou toda a obra lacaniana, comprovando assim a importância do mesmo para Lacan.

[10] A representação gráfica do Estádio do Espelho será apresentada e explicada no decorrer desta dissertação; os outros dois esquemas gráficos, Esquema L e Grafo do Desejo, também terão suas representações gráficas expostas no interior de nossa pesquisa.

Espelho fazendo uso, principalmente, dos textos “O estádio do espelho como formador da função do Eu [*Je*], tal como nos é revelada na experiência psicanalítica” (LACAN, 1998a [1949]), “O Seminário, Livro 1: os escritos técnicos de Freud” (LACAN, 2009 [1953/1954]) e “Observações sobre o relatório de Daniel Lagache: Psicanálise e estrutura da personalidade” (LACAN, 1998b [1958])[11]. Tais textos foram selecionados por nós como as principais fontes para compreender o conceito devido à concentração massiva de informações sobre o Estádio do Espelho encontrada nestes e por conta da importância histórica de tais textos, conforme apontado pelos verbetes de dicionários (LAMBOTTE, 1996; ROUDINESCO; PLON, 1998) e pesquisadores sobre a temática (OGILVIE, 1988; SALES, 2005; QUINET, 2012).

Antes de apresentar os textos selecionados, consideramos importante reforçar que a temática do Estádio do Espelho é essencial para a teoria psicanalítica lacaniana na discussão sobre constituição do sujeito. Para alimentar tal discussão, Lacan entrou em contato com a pesquisa de diversos estudiosos. Dentre as influências destacamos Freud, sobretudo, por seu conceito de Eu[12]. A partir do início da década de 1920, principalmente em “O Ego e o Id” (FREUD, 1996b [1923]), Freud inaugura sua segunda tópica, na qual deixa de compreender o sujeito através da tríade “consciente, pré-consciente e inconsciente”, para ampliar sua apreensão de sujeito para “Eu, Isso e Supereu”. Nesta nova concepção, além do caráter consciente, o Eu também possui características inconscientes. Assim, conforme destacado por Roudinesco e Plon (1998), Freud inaugura na Psicologia uma concepção de Eu que o descentraliza, modificando o conceito de sujeito e

[11] No decorrer do nosso trabalho encurtaremos os títulos destes três textos, a fim de facilitar a leitura. Para tanto, o texto “O estádio do espelho como formador da função do Eu [*Je*], tal como nos é revelada na experiência psicanalítica” será mencionado como “O estádio do espelho como formador da função do Eu [*Je*] (...)”; enquanto o “O Seminário, Livro 1: os escritos técnicos de Freud” será referido como “Seminário 1”; por fim, o texto “Observações sobre o relatório de Daniel Lagache: Psicanálise e estrutura da personalidade” será apresentado como “Observações sobre o relatório de Daniel Lagache (...)”.

[12] A palavra alemã *Ich* apresentada nos textos freudianos foi traduzida ao Português tanto como “Ego”, sob influência das obras completas de Freud terem sido traduzidas primeiro ao Inglês e deste ao Português (a exemplo das edições da editora “Imago”), quanto como “Eu”, sob influência da tradução direta do Alemão-Português das obras freudianas (a exemplo das edições da editora “Companhia das Letras”). Em nossa pesquisa, a fonte textual de Freud será a fornecida pela editora “Imago”, uma vez que a “Companhia das Letras” ainda não possui todos os textos freudianos traduzidos. Portanto, em nossas citações freudianas diretas aparecerá a palavra “Ego”. No entanto, no decorrer de nosso texto usaremos o termo “Eu”, por encontrar na tradução Alemão-Português maior aproximação aos escritos freudianos.

ampliando-o para além da consciência. Como já antecipava em seus estudos, em 1917, Freud salienta: "*o ego não é o senhor da sua própria casa*" (1996c [1917], p. 153, grifo do autor). Dito de outro modo, ao se falar em Eu não se poderia mais, para a Psicanálise, entendê-lo como centro da discussão sobre o que podemos tomar como indivíduo. A proposta de leitura de indivíduo para a Psicanálise requer um salto, exige a compreensão da existência do inconsciente, como tanto insistiu Freud em toda sua obra.

Após a morte de Freud, em 1939, desta leitura freudiana de Eu, os pós-freudianos geraram pelo menos três concepções de Eu complementares à ideia freudiana, mas distintas entre si:

> a primeira destaca um eu concebido como um pólo de defesa ou de adaptação à realidade (Ego Psychology, annafreudismo); a segunda mergulha o eu no isso, divide-o num eu [moi] e num Eu [je] (sujeito), este determinado por um significante (lacanismo); e a terceira inclui o eu numa fenomenologia do si mesmo ou da relação de objeto (Self Psychology, kleinismo) (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 210).

Nossa pesquisa gira ao redor da leitura lacaniana feita sobre o Eu, a qual, seguindo a lógica freudiana, compreende o Eu como instância cindida entre consciente [*Moi*] e inconsciente [*Je*]. Sales (2005) e Fink (1998) alertam-nos que, inicialmente, sobretudo até "O estádio do espelho como formador da função do Eu [*Je*] (...)" (LACAN, 1998a [1949]), Lacan não destaca, de maneira explícita, esta distinção. Será, inclusive, neste texto que Lacan iniciará, de maneira implícita, a distinção entre [*Moi*] e [*Je*]. Nesta produção, podemos perceber tal diferença, por exemplo, quando Lacan faz uso dos termos "Eu" e "Sujeito", referindo-se ao "Sujeito" como representante do Eu inconsciente e usando o "Eu" para se remeter ao Eu consciente e social. Além do mais, Lacan também demonstra nesta mesma produção o início da distinção ao incluir no título, alguns anos mais tarde, a palavra *Je* entre colchetes (OGILVIE, 1988). Somente a partir da década de 1950 que Lacan fará a distinção explícita entre Eu [*Moi*] e Sujeito [*Je*] e utilizará o Estádio do Espelho como meio de demonstrar tal distinção e divulgá-la[13].

Segundo Roudinesco e Plon (1998), as interrogações de Lacan sobre a

[13] Em textos como "Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise" (LACAN, 1998i [1953]) e "O seminário sobre 'A carta roubada'" (LACAN, 1998j [1955]), posteriores ao "O estádio do espelho como formador da função do Eu [*Je*] (...)" (LACAN, 1998a [1949]), podemos notar tal distinção de forma explícita.

formação do Eu e a percepção do sujeito aumentaram após frequentar o curso do filósofo russo Alexandre Kojève, de 1934 a 1937, ministrado na *École Pratique des Hautes Études* (entre 1933 e 1939). Interessado na especificidade da leitura de Kojève "*na medida em que promove uma antropologização da Fenomenologia do Espírito*" (SALES, 2003, p. 139, grifos da autora) de Hegel, Lacan procura em Kojève os direcionamentos para responder suas questões a respeito da origem do sujeito no social, uma origem para além da naturalidade dos animais. Segundo Sales (2003), é possível notar a influência kojèviana em Lacan desde o início da inserção na Psicanálise, na década de 1930 e 1940, até 1970. Além da formação do Eu e sua relação com o social, outros conceitos, formulações e reflexões lacanianos também teriam recebido influências de Kojève, dentre eles: a teoria do imaginário, o conceito de desejo, a teoria dos discursos e o conceito de consciência[14].

Ademais de Freud e Kojève, Lacan voltou seu olhar para os estudos desenvolvidos pelos psicólogos Henri Wallon, James Baldwin, Karl Bühler e Wolfgang Köhler e pelos psiquiatras Paul Schilder e Jean Lhermitte (LAMBOTTE, 1996; SALES, 2005).

Conforme apontado por Ogilvie (1988), para o psicólogo francês Wallon, a criança colocada na frente do espelho, progressivamente, se dá conta de seu corpo e consegue distingui-lo das demais imagens refletidas. Através da "Prova do Espelho", Wallon tentou comprovar que este processo de discriminação de imagens e tomada de consciência de si passaria de uma ordem "*especular para o imaginário e, em seguida, do imaginário para o simbólico"* (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 194). Em outras palavras, este sujeito em formação, ao se confrontar constantemente com sua própria imagem no espelho, desenvolve progressivamente mecanismos cognitivos capazes de concretizar a consciência da realidade tal como ela é. Wallon acreditava que a criança possuía falhas, causadas por disfunções cognitivas inerentes à infância, e que estas eram os motivos do desenvolvimento infantil se dar de maneira progressiva. Deste modo, Wallon defendia a importância de certas estimulações para que a criança conseguisse superar estas defasagens e

[14] No decorrer de nossa pesquisa, não sinalizaremos aos leitores as influências de Kojève enquanto discorreremos a respeito de um conceito ou teoria lacaniana, primeiro porque, nem sempre Lacan deixa às claras suas influências, sejam elas kojèvianas ou de outros autores, e segundo porque se o fizéssemos correríamos o risco de perder o foco de nossa pesquisa. No entanto, em nossos estudos, tentamos levar em consideração as origens das ideias lacanianas.

atingir o conhecimento de maneira direta, como faz um adulto.

Para Ogilvie (1988), Wallon, diferente de Lacan, apresenta uma concepção da formação psíquica entendida como finalista, que "*permanece submetida a um finalismo que organiza o conjunto do desenvolvimento psíquico numa lenta escala em direção ao conhecimento objetivo e à vida social, já legível em germe nas disposições infantis*" (p. 106). Dito de outra forma, para Wallon, o desenvolvimento cognitivo ocorreria por fases e haveria uma etapa final a qual se deve chegar, apontada como o máximo e o essencial a ser alcançada.

Antes de apresentar o conceito lacaniano e de sinalizar demais distinções à teoria de Wallon, consideramos importante destacar que o espelho do Estádio do Espelho não se refere ao objeto físico polido e metalizado, tal como compreende Wallon. Ogilvie (1988, p. 112) nos ajuda a entender que para Lacan:

> O espelho, isto é, este momento da primeira relação consigo mesmo que é irremediavelmente, e para sempre, uma relação com um outro, só representa uma fase privilegiada na medida em que tem um valor exemplar para toda sequência de um desenvolvimento; não é um estádio destinado a ser superado, mas uma configuração insuperável.

Assim, podemos dizer que o espelho, para a Psicanálise, representa objetos, gestos, ações, atitudes e comportamentos de outros, que sinalizam ou refletem ao sujeito quem este é, qual é a sua imagem. Ademais, é possível notar também que a palavra lacaniana "estádio" não se refere a uma fase, isto é, a uma etapa qualquer de um desenvolvimento linear de caráter natural, como sinalizava Wallon em uma perspectiva desenvolvimentista. Para Lacan, ao contrário, o Estádio do Espelho não deve ser entendido como uma etapa de um desenvolvimento, mas um *esquema* que, enquanto tal, não necessita ser superado no decurso da vida do sujeito. Como assinalou Ogilvie (1988) na passagem acima, tratar-se-ia muito mais de uma *configuração insuperável*, isto é, não uma etapa na qual o Eu transporia, mas algo constitutivo dele mesmo e permanente.

Para além destes pontos distintos, segundo Roudinesco e Plon (1998) e Lambotte (1996), a maior diferença entre Wallon e Lacan refere-se à introdução que o psicanalista fez do inconsciente no processo de formação da subjetividade do sujeito, incluindo neste processo desejos, pulsões e narcisismo. O essencial do Estádio do Espelho na formação do Eu é justamente de ser um processo inconsciente, isto é, como podemos perceber, para a psicanálise lacaniana, o

Estádio do Espelho responde pela dinâmica formal inconsciente responsável pela gênese social do Eu.

Diferente também do que Wallon destacava, para Lacan o outro/Outro[15] tem papel primordial na constituição do Eu da criança. Para Wallon, quando o outro, muitas vezes representado por um adulto, aparecia no espelho junto à criança e esta voltava seu olhar a ele, este ato era sinônimo de uma ação de verificação, um ato de conhecimento por parte da criança (OGILVIE, 1988). No entanto, para Lacan, como veremos, o outro/Outro é compreendido como elemento primordial na constituição do sujeito.

Em "O estádio do espelho como formador da função do Eu [*Je*], (...)" (LACAN, 1998a [1949]), como o próprio título nos aponta, Lacan destaca que a Psicanálise tem uma maneira distinta de conceber o sujeito e que o novo conceito inaugura esta distinção, sobretudo, ao visar o ultrapassamento do *Cogito* cartesiano. Enquanto a filosofia cartesiana tenta ter acesso ao ser humano e à gênese do conhecimento pela via da racionalização e da transparência da razão, a Psicanálise se imbui de olhar além deste sujeito cartesiano, supostamente cristalino, voltando-se, por exemplo, ao sujeito oculto do inconsciente, aos processos inconscientes de sua constituição e da relação consigo e com o mundo. Como destacado por Mladen Dolar (1998), incluir o inconsciente no processo de conhecimento significa não limitar o sujeito às ações e ao próprio pensamento racional e lógico, não restringir a um sujeito cognitivo. Voltando-se ao inconsciente, é possível perceber o sujeito inserido em outra ordem, a das pulsões, dos desejos e das angústias.

Deste modo, alguns anos mais tarde, Lacan nos apresenta o "*Cogito* psicanalítico": "*penso onde não sou, logo sou onde não penso*" (1998g [1957], p. 521). Lá onde está o pensamento, em sua consciência, não encontramos a verdade do sujeito, podemos localizar ao sujeito onde está o inconsciente. Assim a

[15] Para Lacan, o pequeno outro pode ser compreendido como o semelhante, um igual do sujeito, um outro sujeito; enquanto o grande Outro pode ser entendido como aquele que será tomado pelo sujeito como referência de sua constituição, aquele através do qual o sujeito será inserido no mundo simbólico, na linguagem, no campo social. Lacan iniciará a discussão e distinção de pequeno outro e grande Outro, sistematicamente, somente a partir da metade da década de 1950. Apesar da concepção de grande Outro já haver lhe acompanhado em diversos textos anteriores, como podemos notar nos escritos precursores ao conceito de Estádio do Espelho ou mesmo em "O estádio do espelho como formador da função do Eu [*Je*] (...)" (LACAN, 1998a [1949]), foi em "O Seminário, Livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica psicanalítica" (2010 [1954/1955]), na aula "Introdução ao Grande outro", realizada no dia 25 de maio de 1955, que Lacan nos apresenta explicitamente seu novo conceito: Outro.

perspectiva da Psicanálise consiste em ver o sujeito fora da sua uniformidade, no sentido de unidade acessível, estando então, permeado por uma certa irracionalidade, e considerar sua condição incompreensível e seu ser cindido. E é em cima destas discussões que se desenvolveu o conceito de Estádio do Espelho: a experiência analítica "*nos opõe a qualquer filosofia diretamente oriunda do Cogito* [cartesiano]*"* (Lacan, 1998a [1949], p. 96, grifo do autor), como cita Lacan. Ou seja, a Psicanálise pretende ultrapassar a compreensão racional da constituição do sujeito, voltando seu olhar às manifestações inconscientes, reveladas na clínica psicanalítica.

Uma vez que se proponha a fazer uma nova leitura a respeito do que seria o sujeito e onde o podemos encontrar, a Psicanálise também debate uma nova compreensão do que seria a constituição deste mesmo sujeito. Logo no início do texto "O estádio do espelho como formador da função do Eu [*Je*] (...)" (LACAN, 1998a [1949], p. 97), Lacan destaca que "*a partir da idade de 6 meses* (...) *até os dezoito meses de idade* (...) *ainda sem ter o controle da marcha ou sequer da postura ereta*", a criança inicia a constituição do Eu. Neste momento da vida, frente ao espelho, a criança faz uso deste como suporte para refletir uma imagem de si, ou, como Lacan chama em diversos momentos, para refletir uma *imago*[16] (p. 97). Esta *imago* confere à criança uma precipitação de si com a qual se identifica:

> A assunção jubilatória de sua imagem especular por esse ser ainda mergulhado na impotência motora e na dependência da amamentação que é o filhote do homem nesse estágio de *infans* parecer-nos-á pois manifestar, numa situação exemplar, a matriz simbólica em que o [*eu*] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito (LACAN, (1998a [1949], p. 97, grifos do autor).

Ao se descobrir pela *imago* formada, ou melhor, ao se identificar[17] com esta

[16] *Imago*, do latim, imagem. O termo começou a ser utilizado por Lacan a partir de 1938, em "Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma formação em psicologia" (2003a [1938]), quando, em paralelo, iniciou a teoria do Imaginário. Para Sales (2005, p. 125), "*trata-se de situar a imago como o conceito-chave para o estudo do psiquismo, o único capaz de fazer compreender a objetivação do indivíduo humano em suas funções de conhecimento e de relação com o semelhante*". Em resumo, na concepção lacaniana, a *imago*, sendo ela uma miragem, uma antecipação do Eu, representa a concretude do surgimento do Eu mediante o outro, indicando que no interior do campo das imagens contém algo mais que uma simples imagem, contém uma função. Dito de outro modo, o conceito de *imago* não indica apenas uma "imagem", mas também o "estatuto funcional" desta imagem, ou seja, não concerne apenas um conteúdo imagético, mas possui nele mesmo o valor de uma "função" deste mesmo esquema, uma "função de constituição".

[17] Conforme apontado por Roudinesco e Plon (1998), apesar da importância da Identificação para

imago, crê que a mesma sempre existira e que esta apenas refletiria a si mesmo.

Freud, a definição sistemática de tal fora realizada somente ao final de sua obra. Em "A interpretação dos sonhos" (1996d [1900]), iniciando uma teorização, Freud indica a Identificação como sendo uma apropriação do objeto amado realizada pelo sujeito que, deste modo, expressaria a comunhão estabelecida com tal objeto de amor. Em "Sobre o narcisismo: uma introdução" (1996e [1914]), catorze anos depois, Freud sinaliza a compreensão que irá descrever, de maneira sistemática. Somente em "Psicologia das massas e análise do ego" (1996f [1921]) abordará a Identificação como sendo a escolha de um sujeito por um objeto que lhe constituirá. Em "Psicologia das massas", Freud dedica um capítulo inteiro para tratar da Identificação, iniciando o mesmo com a seguinte frase: "*A identificação é conhecida pela psicanálise como a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa*" (p. 115). Neste capítulo, Freud indica a existência de três tipos de identificação: "*primeiro, a identificação constitui a forma original de laço emocional com um objeto; segundo de maneira regressiva, ela se torna sucedâneo para uma vinculação de objeto libidinal, por assim dizer, por meio de introjeção do objeto no ego; e, terceiro, pode surgir com qualquer nova percepção de uma qualidade comum partilhada com alguma outra pessoa que não é objeto de instinto sexual. Quanto mais importante essa qualidade comum é, mais bem-sucedida pode tornar-se essa identificação parcial, podendo representar assim o início de um novo laço*" (p. 117). Ou seja, Freud retoma a ideia da identificação como resultado de um laço, um constructo social, muitas vezes intermediado pela figura materna e paterna, enlaçados como objeto de amor. Tal laço elegeria um traço do objeto amado para ser tomado para si pelo sujeito, de maneira inconsciente. Para Lacan, conforme apontado por Roudinesco e Plon (1998), a introdução à Identificação se dá no mesmo momento em que se dá a entrada de Lacan à Psicanálise, ou seja, durante sua dedicação inicial ao Estágio do Espelho. No decorrer do desenvolvimento da teoria sobre a constituição do sujeito, Lacan se voltará à Identificação frequentemente e de maneira aprofundada, a ponto de dedicar um seminário todo à temática (LACAN, 2003b [1961/1962]) e desenrolar duas de suas concepções mais importantes para a psicanálise lacaniana: traço unário, tomada de empréstimo de Freud, de "Psicologia das massas"; e objeto *a*. Para Nasio (1996), é possível localizar em Lacan três tipos de identificação, concebidos a partir de Freud. Seriam tais identificações: imaginária (identificação com a imagem, de origem do Eu [*Moi*]), simbólica (identificação com o significante, origem do sujeito do inconsciente [*Je*]) e fantasística (identificação com o objeto enquanto emoção, instituição da fantasia para o sujeito). O autor aponta que Lacan dá um salto nos estudos de Freud e, deste modo, a Identificação passa a ser entendida como uma medida constitutiva, não somente uma reflexão do laço e introjeção de traços do objeto amado. Dito de outro modo, para a Psicanálise, toda e qualquer subjetividade é sempre fruto de um processo identificatório de ordem essencialmente artificial e convencional, não se podendo falar em subjetividade sem falar em origem e instituição: "*Para Lacan, la identificación es el nombre que sirve para designar el nascimiento de una nueva instancia psíquica, la producción de un nuevo sujeto*" (NASIO, 1996, p. 139). Assim, para a Psicanálise, toda identificação concerne à internalização de uma função terceira, que deve ser situada como algo transcendente à subjetividade que ela contribui a constituir. Ademais, Lacan também destaca que a Identificação pode ser "móvel" pelo fato de não ser o Eu do sujeito a referência dele mesmo para se constituir, mas sim o objeto amado, o qual pode passar por modificações e ser substituído.

Para Lacan, este descobrir-se a si mesmo na imagem expõe um processo de identificação do sujeito com sua imagem do Eu, um processo no qual, ao final, a criança não mais poderá dela se diferenciar, ao contrário, se fixará nela. Neste sentido, Lambotte sublinha que (1996, p. 166):

> en esto consiste la identificación del niño con la imagen del espejo, al punto de que no se puede distinguir de ella hasta que su yo llega a desprenderse; la imagen refuerza entonces la experiencia de la intrusión de una presencia extraña que Lacan llama "intrusión narcísica".

O que Lacan nos alerta constantemente é que este momento entendido inicialmente como *revelador* de sua imagem para o *infans*[18] é, exatamente, o momento *construtor* da imagem do sujeito. Conforme apontado por Lacan, deste modo, o processo de constituição do sujeito, este ato identificatório com a imagem revelada, indica-nos uma certa fragilidade humana, ou como ele mesmo chamará mais tarde, a prova da "*impotência primitiva do ser humano*" (2009 [1953/1954], p 186). Nas palavras de Sales (2005, p. 120, *grifo nosso), Lacan acredita que

> o fato de nascer prematuro – com o mal-estar e a falta de coordenação motora que isso acarreta – não permite ao homem o estabelecimento de relações fisiológicas suficientes com o meio e é essa *lacuna** que a imagem possui a função de preencher; é ela que passa a mediar a relação do homem com o mundo. O estádio do espelho constitui, justamente, um dos modos dessa relação.

Essa impotência gera e revela a dependência do ser humano de algo externo a si mesmo, um Outro, a partir do qual torna possível sua própria constituição. Frente a sua impotência, este Outro toma importância e lugar na constituição do Eu, enquanto o próprio Eu do sujeito revela-se como um intruso dentro de si, como um Eu fabricado com a colaboração do Outro: "[*Eu*] *é um outro*" (LACAN, 2010 [1954/1955], p. 17, grifos do autor), o Eu sendo um outro dentro do sujeito, um Eu que não representa toda a extensão do sujeito.

Apresentamos aqui o conceito de Estádio do Espelho explicitado em "O estádio do espelho como formados do Eu [*Je*] (...)" (LACAN, 1998a [1949]) para que possamos dar continuidade a tal discussão:

> O *estádio do espelho* é um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação – e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, fantasias que se sucedem desde uma

[18] *Infans* é um termo, constantemente, utilizado por Lacan, a partir da elaboração do conceito sobre Estádio do Espelho, para se referir à criança de idade entre seis e dezoito meses.

> imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que chamaremos de ortopédica – e para a armadura enfim assumida de uma *identidade alienante*,* que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental. Assim, o rompimento do círculo do *Innenwelt* para o *Umwelt* gera a quadratura inesgotável dos arrolamentos do eu (LACAN, (1998a [1949], p. 100, grifos do autor, *grifo nosso).

Ao se deparar com o espelho, o *infans* se vê onde ainda não havia um Eu propriamente dito. Nisto consiste a essência temporal do processo de identificação, o qual transforma um corpo esfacelado, sem forma definida, em uma imagem totalizante, ortopédica, com a qual o sujeito se identifica e a toma para si, constituindo-se. Deste modo, Lacan nos introduz também na discussão a respeito da necessidade de um componente 'externo' (no sentido, de instância terceira) como Outro para mediar a construção do Eu.

Ao debater o Estádio do Espelho, conforme apontado por Ogilvie (1988) e Sales (2005), Lacan retoma os questionamentos feitos no começo de seus estudos acerca exatamente da constituição do sujeito e de sua relação com o *Umwelt*, ou, nas palavras de Sales (2005, p. 114), sobre a "*determinação da dimensão social sobre a experiência psíquica*". Estes questionamentos já podiam ser encontrados na tese de doutorado de Lacan (OGILVIE, 1988). Do mesmo modo, em 1936, por exemplo, o texto "Para-além do 'Princípio de realidade'" (LACAN, 1998h [1936], p. 95, grifos do autor) é finalizado da seguinte maneira:

> Aqui se colocam duas questões: através das imagens, objetos do interesse, como se constitui essa *realidade* em que se concilia universalmente o conhecimento do homem? Através das identificações típicas do sujeito, como se constitui o [*eu*], onde é que ele se reconhece?

Assim, nos estudos de "O estádio do espelho como formador do Eu [*Je*] (...)" (LACAN, 1998a [1949]), Lacan reintroduz a discussão sobre o lugar e a função da exterioridade através da oposição entre *Umwelt* e *Innenwelt*. Lacan toma emprestada a ideia de que as diversas espécies de seres vivos são constituídas conforme a atuação de tal dupla, *Innenwelt* [o mundo interno] em relação direta com o *Umwelt* [mundo externo]:

> O sujeito só é tão facilmente apreendido, na totalidade de sua extensão pelas determinações da cultura, por portar já em si esta alteridade, que é, ela própria, o efeito da presença desse campo no qual ele surge e que o cerca por todos os lados. Mas se a gênese do sujeito parte do exterior (da natureza negativa e da situação do sujeito humano), a questão do sujeito se inaugura nele mesmo (OGILVIE, 1988, p. 102).

Lacan extrai os termos *Umwelt* e *Innenwelt* da Etologia para aplicá-los à constituição do sujeito sob a perspectiva da Psicanálise, fazendo uso da leitura de que "*o pertencimento de um sujeito a seu ambiente já não podia ser definido como um contrato entre um indivíduo livre e uma sociedade, mas sim como uma relação de dependência entre um meio e um indivíduo*" (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 371). Ao voltar seu olhar à interação existente entre mundo interno e mundo externo, Lacan faz uma aposta de que poderá encontrar aí uma colaboração para compreender sua velha questão a respeito da constituição do sujeito. Neste momento, Lacan recorre à Etologia para debater o que há de animal no ser humano e em que este, enquanto ser social, por tanto, em interação com seu meio social, se distingue das demais espécies de seres vivos.

O termo *Umwelt*, terminação que ganhou destaque com os estudos realizados pelo biólogo Jakob Von Uexküll, era utilizado para designar o mundo experimentado por cada espécie animal (ARMENGAUD, 2016). O termo *Umwelt* designa originalmente o estatuto essencialmente "adaptado" da animalidade com respeito ao seu ambiente, isto é, seu ajustamento natural ao seu meio ambiente circundante:

> cada espécie vive em um ambiente único, que é isso que 'lhe aparece', determinado pela sua própria organização (suas 'estruturas a priori'), por seus receptores sensoriais e efetores; a capacidade dos receptores e dos efetores determina o que se torna estímulos e signo para o animal, em suma, o que ele 'percebe'; a soma dos estímulos possíveis para o animal é a seu *Merkwelt* ["forma de ver o mundo", "consciência individual peculiar"] e a soma das respostas possíveis seu *Wirkwelt* ["reação" frente à "forma de ver o mundo"], o conjunto constituindo o *Umwelt*[19] (ARMENGAUD, 2016, grifos da autora).

A experiência animal determina assim de maneira imanente "um" mundo, "seu" mundo, fazendo com que cada espécie, apesar de compartilhar um mesmo espaço geofísico com outras, nele veja apenas "seu" próprio meio. Um mesmo ambiente geofísico comportaria assim tantos "mundos" quantas espécies que nele habitariam. O ambiente de um animal é assim sempre "centrado" em torno dos parâmetros de sua natureza (UEXKULL, 1965).

[19] Tradução livre de: chaque espèce vit dans un environnement unique, qui est ce qui « lui apparaît », déterminé par son organisation propre (ses « structures a priori »), par ses récepteurs sensoriels et ses effecteurs; la capacité des récepteurs et des effecteurs détermine ce qui devient stimulus et signe pour l'animal, bref ce qu'il « perçoit »; la somme des stimuli possibles pour l'animal est son *Merkwelt* et la somme de ses réponses possibles son *Wirkwelt*, l'ensemble constituant l'*Umwelt.*

Na concepção lacaniana (LACAN, 1998a [1949]), nada disso se repete no caso do vivente humano. Em primeiro lugar, para a Psicanálise, os parâmetros que determinam o ambiente humano nunca são imanentes à sua espécie, como nos demais animais, à sua condição simplesmente biológica. No caso dos seres humanos, os parâmetros são construídos na medida em que são provenientes de um Outro, que lhe é externo e anterior:

> o homem não desfrutaria apenas de um mundo circundante comum, determinado pelas características da espécie, mas cada sujeito seria o centro, à sua maneira, de um mundo pessoal, construído a partir das vicissitudes identificatórias a que foi submetido (SIMANKE, 2002, p. 256).

Em outras palavras, enquanto o *Umwelt* animal assinala a centralidade da natureza animal, sua versão humana destaca, ao contrário, o descentramento do sujeito enquanto animal: seu *Umwelt* sendo, então, compreendido como o Outro.

Em segundo lugar, estes parâmetros, não sendo característicos de uma constituição biológica humana, demarcam necessariamente o caráter artificial, convencional e histórico de toda determinação de um mundo humano, no caso, evidentemente social. Em terceiro e último lugar, se o *Umwelt* animal designa sua "adaptação" em sentido próprio, no caso do homem, o *Umwelt* traz consigo toda uma série de problemas e impasses desconhecidos no mundo animal. No caso do humano, o termo de *Umwelt* implica que, ao invés de designar o quanto a natureza animal e seu meio-ambiente circundante são uma única e mesma coisa, a relação entre subjetividade e meio nunca se resolve nos termos de uma adaptação, sendo o desajuste constitutivo da determinação da relação do sujeito com seu meio (LACAN, 1998a [1949]). Deste modo, apesar de livre das pré-determinações biológicas, que constituem sua "forma de ver o mundo", a dependência se volta à outra direção. Sua prematuração biológica e seu desamparo originário exigem suplência simbólica-social, os quais nunca serão completamente superados, estando na ordem do impossível. Ou, nas palavras de Lacan, apresentadas em uma citação anterior: "*Assim, o rompimento do círculo do Innenwelt para o Umwelt gera a quadratura inesgotável dos arrolamentos do eu*" (LACAN, 1998a [1949], p. 100, grifos do autor). A constituição do ser humano por si só apresenta-se como a quadratura inesgotável, como a quadratura do círculo, o problema insolúvel do inventário do sujeito.

Como dito anteriormente, Lacan enfatiza assim que a questão da constituição do sujeito sob a forma de sua identificação à imagem externa se faz

necessária na medida em que o ser humano possui uma "*prematuração*" (1998a [1949], p. 100), ou uma "*impotência primitiva*" (2009 [1953/1954], p. 186) inerente e insuperável. Tal prematuração faz o sujeito inaugurar em si mesmo a necessidade do Outro para sua própria constituição[20].

Ao se questionar sobre o *Umwelt* desde o início de seus estudos, Lacan nos apontava para o processo de identificação como uma resposta ao enigma da constituição do sujeito. Para Lacan (1998f [1966]), Freud já afirmava o social como elemento formativo do Eu, sobretudo, ao escrever "Psicologia das massas e Análise do ego". Deste modo, podemos afirmar que foi também inspirado na perspectiva freudiana da centralidade dos processos identificatórios que se pode chegar ao Estádio do Espelho. É com a imagem delineada pelo *Umwelt* que o sujeito se identifica e com a qual quer se manter comparado, traçando assim todo seu destino.

Ainda, em "O estádio do espelho como formados do Eu [*Je*] (...)" (LACAN, 1998a [1949]), Lacan nos afirma que a *imago* a qual o sujeito se volta pode ser entendida como Eu Ideal[21]:

> Essa forma, aliás, mais deveria ser designada por [*eu*]-*ideal*, se quiséssemos reintroduzi-la num registro conhecido, no sentido em que ela será também a origem das identificações secundárias, cujas funções reconhecemos pela expressão funções de normalização libidinal (LACAN, 1998a [1949], p. 97-98, grifo do autor).

---

[20] Consideramos importante destacar que Lacan (1995 [1956/1957]) também fará uso da ideia freudiana de que o Eu responde pela própria totalização do ser humano e, nesse sentido, pela própria normalização do corpo enquanto *um* corpo capaz de funcionar de maneira mais ou menos adaptada ao que aparecerá para ele como uma realidade. O Eu é a instância que se confunde, segundo Freud (1996b [1923]), com a operatividade do princípio de realidade e sua função nesse sentido é dupla: por um lado, enquanto instância pautada pela orientação dos ideiais em sua relação com a realidade, o Eu tem por função primordial a inibição dos processos primários (o que se confunde com a própria geração do princípio de realidade); por outro lado, a constituição de uma unidade corporal passível de reconhecimento. Neste sentido, o Eu é essencialmente uma instância defensiva, seja com respeito aos perigos provenientes de fora da corporalidade, seja oriundos do inconsciente.

[21] Tomado de empréstimo de Freud (1996e [1914]; 1996b [1923]), Lacan tratará o Eu Ideal como "*fonte de projeção primária*" (LACAN, 1992a [1960/1961], p. 344), como componente do complexo do narcisismo. Neste momento de trabalho analítico sobre o Estádio do Espelho, Lacan nos apresenta o Eu Ideal como o Eu propriamente dito, aquele constituído através do suporte do Outro: "*o eu ideal, formação essencialmente narcísica, constrói-se, segundo Lacan, na dinâmica do estádio do espelho*" (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 363). Em outras palavras, O Outro do sujeito cede seus ideais ao sujeito e os projeta no Eu Ideal do sujeito. Lembrando com isso o quanto ao Eu Ideal cabe sua vertente de imagem, não qualquer uma, mas àquela a qual ele se esforça em se aproximar, na medida em que o sujeito acredita que isso lhe serve como maior possibilidade de ser amado e reconhecido pelo Outro, daí originando o que podemos considerar uma satisfação narcísica. Mais adiante, sobretudo quando for tratar do campo simbólico, Lacan separa o Eu do Eu Ideal, separação esta que retomaremos em nosso próximo subcapítulo.

Deste modo, o Eu Ideal, apresentado pelo espelho e tomado pelo *infans* como imagem de si mesmo, afasta-o de si no interior do mesmo gesto que o constitui, isto é, revela a unidade do Eu em um corpo unificado ao mesmo tempo em que apresenta um esquema de alienação. Nas palavras de Sales (2005, p. 116-117): "*o eu encontra sua constituição na operação mesma que lhe condena a uma condição de alienação, ele é formado na experiência especular pela identificação como a 'Gestalt' de uma imagem exterior e discordante*". Dito de outro modo, esta imagem com a qual o sujeito se identifica, como sendo aquilo que lhe é mais próprio e espontâneo de si, exerce ao mesmo tempo uma função constitutiva e discordante. Podemos compreender que a imagem de si mesmo é o índice de sua discordância consigo mesmo, de sua "impotência primitiva" e, finalmente, de uma cisão que sempre o acompanhará. É disto precisamente que se trata aqui. Ao nos apresentar o Estádio do Espelho, Lacan também começa a nos introduzir, ainda que indiretamente, àquilo que se tornará o processo essencial da Alienação enquanto processo que responde pelo enigma da constituição do Eu, com todos os seus percalços, impasses e problemas.

A respeito dessa iniciação na teoria lacaniana da Alienação, em um trecho citado anteriormente, por exemplo, Lacan utiliza a expressão *identidade alienante*:

> (...) impulso interno precipita-se na insuficiência para a antecipação – e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que chamaremos de ortopédica – e para a armadura enfim assumida de uma *identidade alienante**, que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental (LACAN, (1998a [1949], p. 100, *grifo nosso).

A imagem ortopédica, aquela que responde pela própria constituição do Eu, que reflete no espelho e é tomada pelo sujeito como sua, se forma a partir da imagem despedaçada do sujeito somada à intervenção do Outro. Deste modo, o Estádio do Espelho torna possível compreendermos a constituição do sujeito como um processo, que passa da imagem despedaçada do sujeito a uma subjetividade alienada[22]. Desta maneira, como destaca Ogilvie (1988), Lacan nos apresenta o que

[22] Vemos aqui um esboço de uma das possíveis reflexões do tratamento que Lacan empreenderá da máxima freudiana "*wo es war, soll ich werden*", "*onde isso era, eu devo advir*", ou "*onde estava o id, ali estará o ego*" (1996g [1933], p. 84), para Lacan "*lá onde o isso estava, o ego deve estar*" (2009 [1953/1954], p. 256, grifos do autor). Para o caso da temática que estamos discutindo no momento, o Estádio do Espelho escancara o fato do sujeito se constituir de maneira dividida, essencialmente entre um "isso era" do corpo despedaçado e a identificação com a imagem onde o

seria a primeira renúncia do sujeito, a primeira de tantas outras, mas a mais importante, a que vai iniciar sua constituição enquanto sujeito. Renuncia a si despedaçado para tomar para si a imagem fabricada com a ajuda do Outro[23].

Neste mesmo texto, Lacan (1998a [1949]) nos apresenta ainda mais três momentos nos quais fará uso do termo alienação, com suas variáveis, como pode ser visto nos seguintes trechos:

> Pois a forma total do corpo pela qual o sujeito antecipa numa miragem a maturação de sua potência só lhe é dada como *Gestalt*, isso é, numa exterioridade em que decerto essa forma é mais constituinte do que constituída, mais em que, acima de tudo, ela lhe aparece no relevo de estatura que a congela em uma simetria que a inverte, em oposição à turbulência de movimentos com que ele experimenta animá-la. Assim, essa *Gestalt*, cuja pregnância deve ser considerada como ligada à espécie, embora seu estilo motor seja ainda irreconhecível, simboliza, por esses dois aspectos de seu surgimento, a permanência mental do [*eu*], ao mesmo tempo que prefigura sua *destinação alienante**; é também prenhe das correspondências que une o [*eu*] à estátua em que o homem se projeta e aos fantasmas que o dominam, ao autômatom, enfim, no qual tende a se acostumar, numa relação ambígua, o mundo de sua fabricação (p. 98, grifos do autor, *grifo nosso).
>
> Ele instaura nas *defesas do eu* uma ordem genética que corresponde ao anseio formulado pela srta. Anna Freud na primeira parte de sua grande obra, e situa (contrariando um preconceito frequente expresso) o recalque histérico e seus retornos num estádio mais arcaico do que a inversão obsessiva e seus processos isoladores, e este, por sua vez, como precedentes à *alienação paranoica**, que data da passagem do [*eu*] especular para o [*eu*] social (p. 101, grifos do autor, *grifo nosso).
>
> O termo narcisismo primário, pelo qual a doutrina designa o investimento libidinal próprio desse momento, revela em seus inventores à luz de nossa concepção, o mais profundo sentimento das latências da semântica. Mas a doutrina esclarece também a oposição dinâmica que eles procuraram definir entre essa libido e a libido sexual, quando invocaram instintos de destruição, ou até mesmo de morte, para explicar a evidente relação da libido narcísica com a *função alienante do [eu]**, com a agressividade que dela se destaca em qualquer relação com o outro, nem que seja a da mais samaritana ajuda (p. 102, grifos do autor, *grifo nosso).

Sem querer aprofundar a Alienação neste momento da pesquisa, porém destacando desde já as antecipações de Lacan sobre a temática, comentamos que, essencial à constituição do sujeito, ou fazendo uso do termo usado por Lacan,

---

"eu deve advir".

[23] Para a Psicanálise, a ideia de no início haver um corpo despedaçado, antes da ocupação deste lugar ser feita por uma imagem ortopédica, unificada, dá-se através de pressupostos por conta de relatos clínicos (LACAN, 2009 [1953/1954]; BONI JÚNIOR, 2010). A clínica psicanalítica acumula relatos de pacientes, adultos e crianças, em casos de neurose e de psicose, nos quais são abordados sonhos, delírios, sintomas, lapsos e atos falhos que revelariam o corpo esfacelado do sujeito, os resquícios da cisão tamponada pela imagem constitutiva.

apontado como *destino* para a constituição do sujeito, a Alienação se mostra como um processo arcaico e, ao mesmo tempo, *sine qua non* para o *infans*. Como dito anteriormente, trata-se aí da formação de uma unidade composta, ortopédica, fabricada, da constituição do Eu como imagem duplicada, isto é, como algo projetado, externo, fora do sujeito, mas também, ao mesmo tempo, como imagem de si mesmo, imediata, a qual disfarça a turbulência de movimentos.

Lacan nos alerta que pode ser notada aí também uma espécie de escolha feita pelo sujeito: para se aproximar de si, ele deve escolher, de maneira forçada, afastar-se de si e aproximar-se do outro. Aqui se revela a "*função alienante do [eu]*": a obtenção de uma subjetividade depende de uma cisão consigo mesmo, de um afastamento de si mesmo:

> O *eu* é, então, desde sempre, a *sede das resistências* ao pulsional e ao desejo, e a ilusão de totalidade que ele configura estará a partir daí em constante confronto com a parcialidade da pulsão. Aí reside a alienação fundadora do eu, para se constituir, se vale de uma imagem que, no fundo, não é ele mesmo, mas um outro: "o eu é um outro" dentro do próprio sujeito (JORGE, 2011, p. 45, grifos do autor).

Dito de outro modo, o sujeito só saberá de si ao se aproximar da *imago*, uma imagem projetada sobre o que poderia ser o seu Eu, e é a isso que Lacan chama de "*alienação paranóica*". No caso da formação do Eu, Lacan se refere à paranóia como uma característica da constituição do sujeito: a projeção do Eu ocorre para fora do sujeito, para uma imagem, e necessita do outro para realizá-la, que o outro o oriente, construindo assim a "*imago do outro*" (SIMANKE, 2002, p. 321) sobre o seu Eu. Ou, como Lacan afirmará alguns anos depois: "*O <u>eu</u> nasce em referência ao <u>tu</u>*" (2009 [1953/1954], p. 219, grifo do autor).

Será justamente o resultado da relação com o Outro, ou como dito anteriormente, com o Tu, aquilo que Lacan chama de *imago*, cuja importância se mostra em todas as formações imaginárias, sobretudo, como no caso da constituição do Eu, dos esquemas relacionais primários. Entretanto, é importante destacar novamente que a *imago* não se reduz ao esquema capaz de responder pela constituição do Eu, a *imago* é o elemento de um esquema que ultrapassa o Estádio do Espelho, a formação de *imago* se repetirá ao longo dos anos de vida do sujeito. Além do mais, a *imago* não possui somente a função de suprir um déficit de natureza do animal humano, pois, na medida em que colabora com a constituição de sua subjetividade, gera também problemas e impasses. Mais adiante, no "O

Seminário, Livro 4: a relação de objeto" (1995 [1956/1957]), seminário este em que Lacan está fazendo uso massivo do Esquema L, o psicanalista retoma tais conflitos e dificuldades:

> O que é o estádio do espelho? É o momento em que a criança reconhece sua própria imagem. Mas o estádio do espelho está bem longe de apenas conotar um fenômeno que se apresenta no desenvolvimento da criança. Ele ilustra o caráter de conflito da relação dual (p. 15).

Desta forma, Lacan nos apresenta a *imago* como um conflito assumido pelo sujeito quando este, se quiser ser reconhecido pelo Outro, precisa se apoiar e fazer sua escolha a partir do Outro e de suas regras, as quais, inclusive pode até mesmo não compreender: "*Nesse ponto de junção da natureza com a cultura, que a antropologia de nossa época perscruta obstinadamente, apenas a psicanálise reconhece esse nó de* *<u>*servidão imaginária*</u>" (LACAN, 1998a [1949], p. 103, *grifo nosso). Lacan parece aqui, em 1949, nos antecipar a frase marcada pela alternativa que, em 1964, no "O Seminário, Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise", usará para explicar a Alienação (LACAN, 2008a [1964]): "*A bolsa ou a vida!*" (p 207); ou "*a liberdade ou a morte!*" (p. 208). Deste modo, como pretendemos debater em nosso próximo capítulo, as condições para que o Eu possa existir são as mesmas de sua servidão, sua servidão voluntária – parafraseado a "servidão voluntária" de Etienne de La Boétie ([2009 1552/1553])[24].

Em "O Seminário, Livro 1: os escritos técnicos de Freud" (LACAN, 2009 [1953/1954]), durante a quarta aula "O eu e o outro", de 3 de fevereiro de 1954, antes mesmo de retomar o conceito de Estádio de Espelho, Lacan recupera uma de suas ideias apresentadas em produções citadas anteriores, a exemplo dos textos "Para-além do 'Princípio de realidade'" (1998h [1936]), "O estádio do espelho como formador do Eu [*Je*] (...)" (LACAN, 1998a [1949]) e "Observações sobre o relatório de Daniel Lagache (...)" (LACAN, 1998b [1958]): o outro é essencial à constituição do Eu. Nas palavras de Lacan: "*O eu é referente ao outro. O eu se constitui em relação ao outro. Ele é o seu correlato*" (2009 [1953/1954], p. 71-72). A dependência

[24] La Boétie questiona, no século XV, a relação estabelecia entre os súditos e seus reis: o que faz toda uma população se submeter aos mandos de um único ser? O filósofo destaca duas respostas a tal pergunta, a saber: teria esta população o orgulho de servir a alguém, cuja representação fosse tão soberana; e teria esta população a vontade de exercer o mesmo mando que seu soberano – quem serve tem ganas de ser servido em algum momento. La Boétie apresenta ambas as respostas como um mau-encontro ocorrido entre o ato de servir e a vontade de ser servido (LA BOÉTIE, 2009 [1552/1553]; CLASTRES; LEFORT; CHAUI, 1982; CHAUI, 2013).

do Eu o coloca em uma posição diferenciada enquanto ser vivo, ao mesmo tempo em que se unifica através de uma imagem ortopédica de si, fragmenta-se, pois acaba constituindo a imagem de um Eu unificado às expensas de despedaçamento, que estará consigo toda a vida.

Lacan finaliza esta aula fazendo algumas perguntas, das quais destacaremos três, a saber:

> Por que o outro se torna tanto menos verdadeiramente outro, quanto mais torna exclusivamente a função de apoio? (...) por que o sujeito se aliena tanto mais, quanto mais se afirma como eu? (...) quem é então aquele que, para além do eu, procura fazer-se reconhecer? (p. 73).

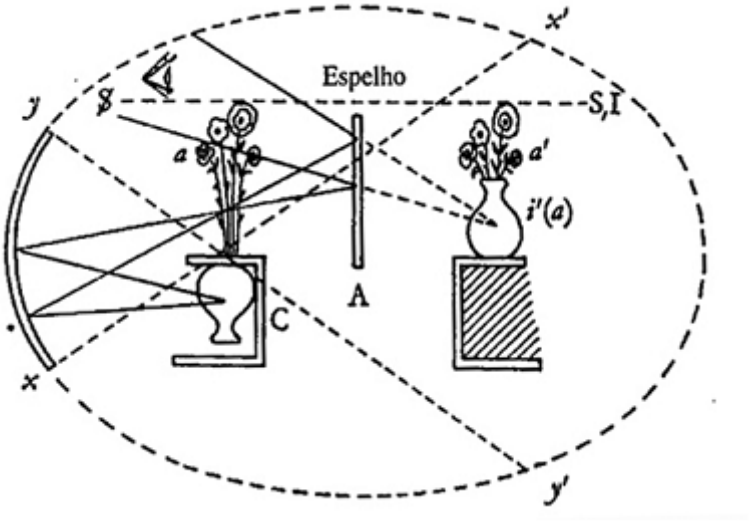
Em um primeiro momento, o outro se reduz a uma "*função de apoio*", função esta que o pequeno outro, muitas vezes, pode até nem saber que possui, o sujeito toma ao outro de empréstimo a sua constituição. Deste modo, o outro tem sua efetivação condicionada à auto-afirmação do Eu, isto é, a constituição do Eu enquanto instância essencialmente marcada pela auto-referência. Tal situação conduz o sujeito a um processo contínuo de alienação, o conduz ao desconhecimento de uma referência deslocada para fora de si mesmo.

No que diz respeito à terceira pergunta, Lacan não deixa claro a quê se refere ao mencionar "aquele" da frase "*aquele que, para além do eu, procura fazer-se reconhecer*". Em nosso entendimento, podemos pensar em diversas possibilidades, dentre elas, Lacan poderia aqui estar se referindo ao inconsciente do sujeito, que compõe o Eu e é anterior a constituição deste, como sendo aquele que também procura reconhecimento. Ou seja, não somente o Eu, em seu instante consciente, voltaria seu olhar ao outro e o tomaria como referência, mas o inconsciente também o faria e assim destinaria seu desejo.

Na aula realizada no dia 24 de fevereiro de 1954, "A tópica do imaginário" Lacan (2009 [1953/1954]) apresenta um esquema óptico, chamado "*experimento do buquê invertido*" (p. 108), que passou a utilizar em seus seminários e conferências seguintes ao se referir ao Estádio do Espelho. Lacan inspirou seu modelo óptico baseando-se nos experimentos do físico Henri Bouasse, publicados em 1934 – o esquema de Bouasse foi adaptado por Lacan, como ele mesmo salientou, como "*metáfora*" (p. 109) para complementar e explicar o conceito de Estádio do Espelho. No decorrer dos anos de ensino de Lacan, o esquema sofreu poucas alterações nos elementos que o compõem. Acreditamos que a ilustração abaixo (Figura 1)

representa o esquema utilizado por Lacan com maior frequência.

FIGURA 1 – ESQUEMA ÓPTICO DO ESTÁDIO DO ESPELHO



FONTE: LACAN, (1998b [1958], p.681).

No esquema, vemos o corpo esfacelado do *infans* representado pelo vaso invertido, encontrado dentro da caixa (C), e pelo ramalhete de flores (*a*) em cima da caixa, ambos situados à esquerda na figura. Importante destacar que, na posição em que se encontra o *olho*, o ponto de referência desta figura óptica (situado no canto esquerdo e superior do esquema), o mesmo não pode ver o vaso invertido, mas pode visualizar o ramalhete de flores – que representará uma parte do sujeito que pode ser vista pelo olho como objeto real. Desta forma, o olho só pode ter acesso ao vaso através do espelho côncavo (localizado entre os pontos *x* e *y*), que inverte o vaso real e forma a imagem virtual do vaso. Sob a supervisão do olho, o vaso virtual se conjuga com o ramalhete de flores, compondo, de maneira ilusória, a figura ortopédica, a figura do vaso-buquê (*i´(a)*).

Para Lacan (2009 [1953/1954]), a posição do olho e sua impossibilidade de ver ao sujeito esfacelado na figura metafórica indicam exatamente a impossibilidade do *infans* em ver a si despedaçado, impossibilidade em lidar com o desamparo gerado pela falta. Sendo assim, o sentimento de desamparo despertado no sujeito faz com que ele convoque o espelho côncavo, que podemos entender como insígnia do Outro, e faz com que o sujeito volte seu olhar e se identifique com a imagem ortopédica, completa, ou melhor, completa ilusão de óptica. Esta ilusão "*escamoteia a falta e o despedaçamento originário do sujeito*", como diz Quinet (2012, p. 13).

Ainda na aula “A tópica do imaginário”, Lacan indica o *olho* como sendo “*o símbolo do sujeito*” (p. 110) que volta o olhar para si. Na figura, Lacan faz um tracejado, em linha reta, do olho à margem do cone ($---- S,I, entendendo o S,I da figura como Sujeito Imaginário) e indica que esta linha tracejada “*Quer dizer que, na relação do imaginário e do real, e na constituição do mundo tal como ela resulta disso, tudo depende da situação do sujeito*” (p. 111). Ou seja, no desenvolvimento de um ser humano, este depende do real que está ao redor, da posição na qual ele [olho] se encontra e se torna dependente também de figuras do campo imaginário, da fantasia. Conforme apontado por Lacan em uma aula mais adiante, isso “*equivale a dizer que o eu humano se constitui sobre o fundamento da relação imaginária*” (p. 156).

No esquema óptico, Lacan apresenta o campo imaginário como sendo o que está do lado direito do traçado *x´* e *y´*, exatamente onde se forma a imagem ortopédica do sujeito (no esquema apresentado na aula “Ideal do Eu e Eu-Ideal”, realizada no dia 31 de março de 1954, Lacan indica a sigla SV no traçado $-----SV, ao invés de SR, como havia feito em outros momentos). Deste modo, podemos perceber que Lacan separa o esquema óptico em dois campos, por um lado, aquele reservado ao chamado ‘Sujeito Real’, sem intervenção do imaginário (encontrado no nível superior do traçado *y* e *x´* e no nível inferior do traçado *x* e *y´*), e, por outro, aquele referido ao ‘Sujeito Imaginário’ (encontrado à direita, no campo traçado entre x’ e y’).

Nas aulas realizadas nos dias 17, 24 e 31 de março de 1954, intituladas “Sobre o narcisismo”, “Os dois narcisismos” e “Ideal do Eu e Eu-Ideal”, respectivamente, Lacan retoma quatro conceitos freudianos para sustentar o Estádio do Espelho: Ideal do Eu[25], Eu Ideal, Narcisismo Primário e Narcisismo Secundário[26].

[25] Freud apresenta pela primeira vez o termo “Ideal do Eu”, em 1914, no texto “Sobre o narcisismo: uma introdução” (1996e [1914]). Conforme apontado por Roudinesco e Plon (1998), posteriormente, Freud redefiniu o conceito três vezes (1917, 1921, 1923) e, ao final, complementa-o com a noção de “Supereu”, apresenta-o como sendo “*o modelo de referência do Eu, simultaneamente substituto do narcisismo perdido na infância e produto da identificação com as figuras parentais e seus substitutos sociais*” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 362). No decorrer de sua teoria, Lacan propõe uma complementação no conceito do “Ideal do Eu”: “*O Ich-Ideal, o ideal do eu, é o outro enquanto falante, o outro enquanto tem comigo uma relação simbólica, sublimada, que no nosso manejo dinâmico é, ao mesmo tempo, semelhante e diferente da libido imaginária. A troca simbólica é o que liga os seres humanos entre si, ou seja, a palavra, e que permite identificar o sujeito*” (2009 [1953/1954], p. 189). Em resumo, ao retomar a discussão sobre o Ideal do Eu, sob a perspectiva do campo simbólico, para Lacan, o Ideal do Eu é “*uma projeção simbólica*” (LACAN, 1992a [1960/1961], p. 344), é o ponto de vista (Outro) a partir do qual o sujeito vê uma maneira

Para Lacan, o Esquema Ótico transpõe aquilo que Freud havia intitulado de Narcisismo em sentido próprio, isto é, um esquema que transpõe o processo simbólico e libidinal de formação do Eu. Deste modo, o objetivo de Lacan é efetivamente tornar manifesto o sentido estrutural da formulação freudiana da constituição narcísica do Eu. O Narcisismo primário, assim sendo, responderia pela gênese do Eu através da identificação do sujeito ao Eu Ideal, a partir das referências simbólicas fornecidas pelo Ideal do Eu.

Em "O estádio do espelho como formador da função do Eu [*Je*] (...)" (LACAN, 1998a [1949]), Lacan já havia mencionado os conceitos de Narcisismo Primário e de Eu Ideal, mas fazendo-o apenas de maneira breve, sem explicá-los. Nestas aulas do "Seminário 1" (LACAN, 2009 [1953/1954]), fazendo uso basicamente do texto de Freud "Sobre o narcisismo: uma introdução", Lacan diz transcrever tal texto em seu esquema óptico.

Retornando ao esquema óptico, Lacan explica que o Ideal do Eu seria representado pelo espelho côncavo, enquanto o Eu ideal seria a imagem ortopédica produzida, a qual crê o sujeito ser a sua. Se não contar com a colaboração do Ideal do Eu, ou seja, a referência do Outro, o sujeito se resumirá a "*um pobre vaso vazio, ou flores isoladas*" (LACAN, 2009 [1953/1954], p. 110). Como consequência, o sujeito, sob a orientação do Ideal do Eu, ampara-se na figura ilusória, com a qual se identifica de maneira narcísica. Ou, como nos apresenta Ogilvie (1988, p. 117): "*O*

---

passível de ser amado pelo Outro.

[26] Antes mesmo da inauguração da segunda tópica, em "Sobre o Narcisismo: uma introdução" (1996e [1914]), Freud já defendia a idéia de que o Eu "*não pode existir desde o começo; o ego tem de ser desenvolvido. Os instintos auto-eróticos, contudo, ali se encontram desde o início, sendo, portanto, necessário que algo seja adicionado ao auto-erotismo*" (p. 84). Acreditamos que o "algo" a ser adicionado ao auto-erotismo diz respeito a uma colaboração externa, necessária para que se inaugure o narcisismo e, em paralelo, o sujeito se constitua. No decorrer deste texto, Freud apresenta o conceito de Narcisismo, indicando-nos este como sendo um processo referido à dinâmica libidinal de um sujeito voltado para ele mesmo, ao invés de direcionado a um objeto externo, cuja "*finalidade e satisfação em uma escolha objetal narcisista consiste em ser amado*" (p. 104). Tal dinâmica se referiria ao intervalo entre o auto-erotismo e o amor objetal externo, havendo neste intervalo dois momentos: narcisismo primário e narcisismo secundário. Para Freud, o Narcisismo Primário se referiria ao momento primeiro do Eu, "*à escolha que ela* [a criança] *faz de sua pessoa como objeto de amor, numa etapa precedente à plena capacidade de se voltar para objetos externos*" (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 531). Momento este em que a criança acredita na onipotência do pensamento e no poder da palavra, sejam pensamentos e palavras seus ou do outro, e que contemplaria o momento anterior à constituição do Eu (FREUD, 1996b [1923]). Para Lacan, o Narcisismo Primário "*constitui-se no momento em que a criança capta sua imagem no espelho*" (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 531). O Narcisismo Secundário é apontado por Freud como sendo o momento em que a libido, anteriormente investida em um objeto externo, retorna ao Eu, indicando, com isso, o quanto a instância egóica é um grande "reservatório" da libido.

sujeito se procura e se encontra, constituindo-se em alguma coisa radicalmente 'outra': a forma antecipada daquilo que ele não é, mas que não tem outra possibilidade senão a de crer que é".

Como já destacado, somente se alienando à imagem ortopédica é que o *infans* tem a possibilidade de ser algo. É através do domínio do *infans* da imagem revelada com ajuda do espelho que se "*dá ao sujeito um domínio imaginário do seu corpo* (...)*. O sujeito antecipa-se ao acabamento do domínio psicológico, e essa antecipação dará seu estilo a todo exercício posterior do domínio motor efetivo*" (LACAN, 2009 [1953/1954], p. 109). E assim, constitui-se.

Lacan, ao falar a respeito de Narcisismo Primário e Secundário, trata de apontar o vaso refletido como sendo o Narcisismo Primário: "*Esse primeiro narcisismo se situa, se vocês quiserem, ao nível da imagem real do meu esquema, na medida que ela permite organizar o conjunto da realidade num certo número de quadros pré-formados*" (p. 169). Segundo Lacan, é exatamente este vaso projetado o que poderíamos compreender como Umwelt do sujeito: "*essa imagem é idêntica para o conjunto dos mecanismos do sujeito e dá sua forma ao seu Umwelt, na medida em que é homem e não cavalo*" (p. 169, grito do autor). Deste modo, sem a intervenção do mundo externo, o sujeito não pode encontrar-se, o olho não o localiza por não ter um *modus operandi*, como teriam outros animais cujos órgãos estariam prontos para conceber a uma realidade específica a sua espécie[27].

Cabe destacar que, apesar de Lacan mencionar o Narcisismo Secundário ao descrever seu esquema óptico, tal narcisismo não é explicitamente localizado. Lacan somente faz a seguinte citação, após a frase transcrita acima a respeito do Umwelt:

[27] Conforme apontado por Garcia-Roza (2008), Lacan, assim como Freud, no decorrer de sua obra oscila na definição do que seria o Narcisismo Primário e o Auto-erotismo, ora distinguindo-os ora mesclando-os. Para nossa pesquisa, consideraremos o auto-erotismo como sendo aquilo a que Lacan chama de 'corpo despedaçado', situado no esquema óptico exatamente no lugar do vaso invertido, dentro da caixa. Neste sentido, a questão da imagem ainda não se coloca, uma vez que a assunção da imagem refletida marcaria o "ultrapassamento" do auto-erotismo na direção da constituição do Eu. Ademais, o objeto real é um pressuposto da imagem refletida, que enquanto pressuposto só pode ser imaginado e não visto, na medida em que aquilo que eu vejo é o Eu em sua forma já virtual. O processo de "ultrapassamento" transformaria um estado corporal, supostamente anterior à ordem simbólica (o choro do bebê recém-nascido), ao ser interpretado pelo Outro como mensagem dotada de sentido (ações que representariam uma forma de pedido de alimento, uma queixa a respeito do frio). Deste modo, o estado corporal, o qual então interpretando, passa a gera seu significado (fome, abrigo). O efeito da captura da corporalidade bruta pela ordem simbólica encarnada pelo Outro gera o que Lacan chama de sujeito. Neste sentido, o sujeito pode ser entendido como uma espécie de discordância entre seu estado corporal e seu sentido de sua interpretação.

no homem, ao contrário, a reflexão no espelho manifesta uma possibilidade noética original, e introduz um segundo narcisismo. O seu pattern fundamental é imediatamente a relação ao outro (p. 169, grifo do autor). Segundo Boni Júnior (2010, p. 161), poderíamos pensar que o Narcisismo Secundário

> é introduzido em decorrência da abertura produzida pelo narcisismo primário, dado que este permite não só a marca de uma forma primária de si, mas a abertura à relação com o outro, quando este também exibe o mesmo padrão fundamental que os agrupa num conjunto de particularidades semelhantes.

Seguindo tal pensamento, podemos levantar a hipótese de que o Narcisismo Secundário estaria representado em uma segunda imagem especular projetada, em um segundo esquema óptico sobreposto, que complementaria a imagem inicial refletida – como em uma espécie de jogo com massinha de modelar, em que se acrescentariam novas camadas ao corpo de maneira conjugada. Dito de outra forma, podemos compreender a introdução do Narcisismo Secundário como continuidade da movimentação da imagem do Eu a ser formada e procurada nos espelhos sociais pelo sujeito.

No texto "Observações sobre o relatório de Daniel Lagache: Psicanálise e estrutura da personalidade" (LACAN, 1998b [1958]), Lacan destaca que o esforço feito para se constituir e, assim, formar uma subjetividade, é pago com o consentimento às leis do espelho, isto é, do Outro. Para Lacan "*o Eu, eis esse olho, (...) nunca se evidencia tanto quanto ao servir à lei de um outro, muito exatamente sofrendo-a por se defender dela, a partir de desconhecê-la*" (p. 674). Leis estas, inclusive, que não se precisa conhecê-las inteiramente para sofrê-las, e sem as quais não haveria subjetividade. Conforme apontado por Lacan, em "Seminário 1" (2009 [1953/1954]), "*ao servir leis de um outro*" (LACAN, 1998b [1958], p. 674), dependendo de onde estiver localizado o espelho côncavo ou mesmo o olho, a imagem ortopédica será refletida de maneira borrada ou mesmo não será invertida, e o sujeito continuará sem uma imagem com a qual satisfatoriamente poderá identificar-se e constituir-se.

Na aula "Ideal do Eu e Eu-Ideal", do "Seminário 1" (2009 [1953/1954]), ao falar sobre a relação entre as leis simbólicas e o campo do imaginário, Lacan acrescenta que não é somente a posição do espelho e a localização do olho-sujeito que formarão uma imagem nítida a qual o sujeito se identifica. Ao contrário, Lacan

comenta que este par – imagem vista + perspectiva do olhar – por si só já "*representa a difícil acomodação do imaginário do homem*" (p. 187), uma vez que, deste modo, ainda haveria uma hiância a ser superada para que ocorresse a constituição do sujeito. Para tal 'acomodação', seria necessária a intervenção do campo simbólico, que realizaria uma ligação simbólica para superar essa hiância. Uma característica essencial desta função representada de maneira esquemática pela noção de 'espelho plano' é de assinalar a necessidade de uma instância terceira, eminentemente simbólica – e por isso não imanente à própria corporalidade – a partir da qual o imaginário humano pode ser organizado[28].

É nesse sentido que, no esquema óptico, Lacan representa o campo simbólico através do espelho plano (A), localizado no meio da representação gráfica. Conforme apontado por Lacan,

> segundo a inclinação do espelho [plano], a imagem no espelho esférico é mais ou menos bem sucedida no centro ou nas bordas. Pode-se mesmo conceber que possa ser modificada. Como é que a boca original se transforma, no fim, em falo? (p. 188).

Neste sentido, como regulador e intermediador da relação, o espelho plano também é apresentado como um Ideal do Eu que indica a desnaturalização do corpo, a profunda captura do corpo pelo campo da linguagem e do significante, implicada na formação da imagem ortopédica do sujeito.

Fazendo uso de seu esquema óptico, ao mencionar os espelhos contidos na representação gráfica, Lacan nos faz a seguinte proposta de interpretação de seu esquema:

> Tudo que é acessível por simples mobilidade do espelho na imagem virtual, o que vocês podem ver da imagem real na imagem virtual, é antes a situar no pré-consciente. Ao passo que as partes da imagem real que nunca serão vistas, os lugares em que o aparelho emperra, em que se bloqueia – não temos mais nenhuma razão para não empurrar um pouco mais adiante a metáfora –, isso, é o inconsciente (LACAN, 2009 [1953/1954], p. 210).

Os espelhos revelam aos olhos parte do que o sujeito não pode ter acesso.

[28] Para Boni Júnior (2010), inicialmente, Lacan incluiu o 'espelho plano' a seu esquema óptico como forma de representar o pequeno outro na constituição do sujeito. No começo dos anos 50, como comentamos anteriormente, Lacan ainda não havia desenvolvido sua concepção de Outro. Portanto, ao mencionar outro, Lacan ainda mescla a ideia de outro e Outro, usando a grafia "outro". Em "Seminário 1" (2009 [1953/1954]), Lacan ainda reveza tais concepções, no entanto, conforme desenvolve sua teoria e cria a ideia de Outro, no final da década de 1950 e nos anos 60, a exemplo do que ocorre no texto "Observações sobre o relatório de Daniel Lagache (...)" (1998e [1958), Lacan faz uso do 'espelho plano' para representar o Outro.

O que o sujeito não conseguir acessar ou configurar através dos espelhos ele não o poderá por nenhum outro meio. Como comentado anteriormente, o sujeito não dá conta de ver seu corpo despedaçado, seu inconsciente, este corpo precisa estar unificado para que o seja suportado pelo sujeito. Portanto, como apontado anteriormente,

> o sujeito que não sabe o que é, acredita ser aquele eu [moi] a quem vê no espelho. Trata-se de um engodo, é claro, já que o discurso desse eu [moi], é um discurso consciente, que faz 'semblante' de ser o único discurso possível do indivíduo (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 212, grifos dos autores).

A partir daí podemos compreender por que Lacan, retomando as ideias apresentadas nas aulas de março de 1954 (2009 [1953/1954]), indica que a palavra é um dos representantes da identificação do sujeito à imagem do outro. No caso do processo de constituição do sujeito, a palavra do outro. Para tanto, Lacan nos indica que (p. 189):

> O Ich-Ideal, o ideal do eu, é o outro enquanto falante, o outro enquanto tem comigo uma relação simbólica, sublimada, que no nosso manejo dinâmico é, ao mesmo tempo, semelhante e diferente da libido imaginária. A troca simbólica é o que liga os seres humanos em si, ou seja, a palavra, e que permite identificar o sujeito.

A ação de identificar o sujeito é marcada, inclusive, exatamente por sua entrada no simbólico, quando o outro o nomeia, lhe dá nome as suas características:

> Que um nome, por mais confuso que seja, designe uma pessoa determinada, é exatamente nisso que consiste a passagem ao estado humano. Se se deve definir em que momento o homem se torna humano, digamos que é no momento em que, por menos que seja, entra na relação simbólica (p. 207).

Deste modo, como destaca Simanke (2002), para Lacan, neste momento, são duas as vias pelas quais o Outro atinge ao sujeito e o constitui: a imagem, do campo imaginário; e a palavra, do campo simbólico[29].

[29] Como comentado anteriormente, é nesse momento de sua teoria que Lacan amplia sua concepção a respeito da constituição do sujeito: acrescentando ao campo imaginário o campo simbólico. Antes da década de 1950, Lacan não havia elaborado uma teoria do campo simbólico, a mesma começou a ser desenvolvida a partir do Estádio do Espelho, principalmente, através da inserção do outro/Outro como elemento essencial para a constituição do Eu. O campo simbólico, nas palavras de Roudinesco e Plon (1998), passará a ser compreendido como "*o lugar do significante e da função paterna*" (p. 371) ou como aquele para "*designar um sistema de representação baseado na linguagem, isto é, em signos e significações que determinam o sujeito à sua revelia, permitindo-lhe referir-se a ele, consciente e inconscientemente, ao exercer sua faculdade de simbolização*" (p. 714). Desenvolveremos mais a relação entre campo simbólico e

Retomando a ideia apresentada por Lacan de incluir o Narcisismo em seu esquema, a imagem ortopédica, formada a partir da referência central a uma instância normativa terceira, da Cultura através do Outro, comumente representado pelas figuras paternas, representaria um dos pólos libidinais tão característicos do Narcisismo Secundário. Deste modo, a inauguração do Narcisismo Secundário, pode ser entendida como o esforço do sujeito em reafirmar a adequação da imagem do sujeito a ele mesmo, exigindo que o sujeito novamente invista sua libido em si, no que acredita ser sua imagem. Nas palavras do autor, na aula "Ideal do Eu e Eu-Ideal":

> O desenvolvimento do eu consiste num afastamento do narcisismo primário e engendra um vigoroso esforço para reganhá-lo. Esse afastamento faz-se por meio de um deslocamento da libido para um ideal do eu imposto pelo exterior, e a satisfação resulta da realização desse ideal (p. 181).

É justamente este *afastamento* que Lacan menciona ser o fundamento simbólico e imaginário implicado no processo de Alienação. O afastamento de si se faz necessário e, como consequência, forma a si, no entanto, como já dito em outros momentos, torna possível e sustenta a aproximação do Outro, que vai lhe dar sua perspectiva e suas leis.

Deste modo, Lacan também nos ajuda a compreender que a identificação que o sujeito opera com a imagem virtual, na verdade, não deixa de ser "*a identificação ao outro que, no caso normal, permite ao homem situar com precisão a sua relação imaginária e libidinal ao mundo em geral*" (2009 [1953/1954], p. 169). Isso é, o sujeito vê o mundo e a si através do Ideal do Eu do Outro, inaugurando uma forma inédita de satisfação, no mundo animal, isto é, um modo de satisfação eminentemente humano e cultural, muito distante de toda forma de satisfação corporal imediata – que pode ser definida pela expressão "*deslocamento da libido para um Ideal do eu imposto pelo exterior*" (p. 181).

Deste modo, na aula "Zeitlich – Entwickelungsgeschichte", do dia 07 de abril de 1954 (LACAN, 2009 [1953/1954]), Lacan complementa dizendo que ao fazer da imagem refletida a imagem de si mesmo, marca-se aí o primeiro modelo de deslocamento[30], "*descolamento do homem em relação à sua própria libido*" (p. 196).

---

constituição do sujeito no subcapítulo seguinte da nossa pesquisa.

[30] Para Freud (1996d [1900), o deslocamento consiste em um processo inconsciente de resistência, cuja operação visa à transformação de "*elementos primordiais de um conteúdo latente em*

A libido do sujeito desloca-se de si para o modelo externo, sendo assim este 'deslocamento' é, ao mesmo tempo, originário e constitutivo da própria noção de libido. Deste modo, o sujeito dá uma espécie de salto e do deslocamento inicia-se, constituindo-se em paralelo, outro processo, o do desejo[31].

Para Lacan, o desejo é introduzido junto à identificação da criança. Nas palavras do autor, ainda na aula "Zeitlich – Entwickelungsgeschichte" (LACAN, 2009 [1953/1954], p. 196):

> O desejo é apreendido inicialmente no outro, e da maneira mais confusa. A rivalidade do desejo humano em relação ao desejo do outro, nós a conhecemos em toda ação em que há rivalidade, concorrência, e até em todo o desenvolvimento da civilização, inclusive nesta simpática e fundamental exploração do homem pelo homem cujo fim não estamos no ponto de ver, pela razão de que é absolutamente estrutural, e que constitui, admitida uma vez por todas por Hegel, a estrutura mesma da noção de trabalho (...)
> (...) É na medida em que é no corpo do outro que ele reconhece o seu desejo que a troca se faz. É na medida em que o seu desejo passou para o outro lado, que ele assimila o corpo do outro e se reconhece como corpo.

O que Lacan não nos esclareceu, por exemplo, em "O estádio do espelho como formador do Eu [*Je*] (...)" (1998a [1949]), e nesta aula ele nos revela, é que colado ao corpo esfacelado há um desejo esfacelado, "*desejo despedaçado*" ([1953/1954], p. 197), que se sustenta quando a imagem do sujeito é constituída, mas o desejo também não se constitui por completo. E é exatamente a impossibilidade de unificação do desejo que faz deste um motor, que movimentará o corpo a sempre procurar uma unidade na imagem fora de si. Ao mesmo tempo, este desejo por definição incompleto inquieta o corpo e o move incessantemente a procurar sua imagem:

---

detalhes secundários de um conteúdo manifesto" (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 148). No processo de constituição do sujeito, o deslocamento de um corpo esfacelado para um corpo unificado, adotado através da imagem refletida, marca a resistência do sujeito em lidar com sua cisão, com seu desamparo frente a si como um sujeito impreciso.

[31] Para Freud, desde "A interpretação dos sonhos" (1996d [1900]), o desejo é apontado como a realização de um anseio ou voto [*Wunsch*] de ordem inconsciente. Segundo Roudinesco e Plon (1998), Lacan complementa a teoria freudiana sobre o desejo, sob influência de Kojève, Lacan "*'antropologizou' o desejo humano, embora colando o inconsciente freudiano no lugar da consciência hegeliana* (...). *Lacan não opôs uma filosofia do desejo a uma biologia das paixões, mas utilizou um discurso filosófico para conceituar a visão freudiana, que julgou insuficiente. Assim, estabeleceu um elo entre o desejo baseado no reconhecimento (ou desejo do desejo do outro) e o desejo inconsciente (realização no sentido freudiano)*" (p. 147). Lacan, ao se voltar ao desejo freudiano, inclui a discussão kojèviana a respeito do sujeito desejar não a um objeto diretamente, mas desejar que o outro o deseje como objeto, desejar o desejo do outro, apontado então como desejo narcísico.

> À projeção da imagem, sucede constantemente a do desejo. Correlativamente, há re-introdução da imagem e re-introjeção do desejo. Jogo de báscula, jogo em espelho. Evidentemente, essa articulação não se produz uma única vez. Ela se repete. E, ao longo desse ciclo, seus desejos são reintegrados (LACAN, 2009 [1953/1954], p. 236).

À luz da constante procura do sujeito pela imagem, Lacan nos afirma que "*o desejo do homem é o desejo do outro*" (2009 [1953/1954], p. 233, grifos do autor), o desejo é sempre o desejo do outro, uma vez que "*o sujeito toma consciência do seu desejo no outro, por intermédio da imagem do outro que lhe dá a fantasia do seu próprio domínio*" (p. 207). Através da imagem revelada pelo outro, o *infans* percebe que está ali, naquela imagem, onde está o desejo do outro, o que o outro deseja dele. A inquietude do desejo do sujeito voltará a todo o momento para saber qual é o desejo do outro, o desejo do outro é procurado pelo sujeito, o sujeito deseja o desejo do outro, o sujeito deseja ser à imagem do desejo do outro. Assim, nas palavras de Lacan, "*o sujeito, com sua pessoa, tem que pagar sobretudo pelo resgate de seu desejo*" (1998b [1958], p. 689).

Lacan, na aula do dia 05 de maio de 1954, "A báscula do desejo", compara este constante movimento do desejo ao movimento de báscula:

> É num movimento de báscula, de troca com o outro que o homem se apreende como corpo, forma vazia do corpo. Da mesma forma, tudo o que está então nele no estado de puro desejo, desejo originário, inconstituído e confuso, o que se exprime no vagido da criança – é invertido no outro que ele aprenderá a reconhecê-lo (p. 224).

A ação itinerante do desejo, que o reafirma enquanto sujeito social, faz o sujeito vacilar de um lado para o outro: a báscula de constituição do sujeito, de um corpo despedaçado para um corpo forjado; uma imagem fundadora do sujeito, criada pelo Outro, vista como a fiel cópia do sujeito e não uma fabricação, entendida como aquela que sempre existiu. Somente ao aceitar a fabricação, entendendo-a como sempre existente sobre si, é que o sujeito é reconhecido pelo Outro – sendo, assim, desejo do desejo do Outro.

Deste modo, quando o desejo é investido na imagem que o Outro lhe oferece, o sujeito tem para si um retorno: "*a imagem do Ideal-Ich, cada vez que se refaz de maneira analógica a assunção jubilatória do estádio do espelho, cada vez que o sujeito é cativado por um dos seus semelhantes, bem, o desejo volta ao sujeito. Mas volta verbalizada*" (p. 226, grifo do autor). Ou, como mais adiante Lacan

voltará a afirmar, "*o momento em que o desejo se humaniza é também aquele em que a criança nasce para a linguagem*", e, deste modo, "*eleva seu desejo a uma potência segunda*" (p. 228). Como comentado anteriormente, é através do infinito movimento do sujeito pela procura da imagem que o mesmo buscará a satisfação de seu desejo também esfacelado, um desejo genuinamente narcisista.

Para finalizar, retomamos a ideia de que o Ideal do Eu tem tamanha importância ao sujeito em sua constituição e em sua constante necessidade de confirmação e de reconhecimento que, nas palavras de Lambotte (1996, p. 168-169), "*captado por una imagem que jamás podrá aferrar, el sujeto nunca dejará desde entonces de pedir razón a ese outro sobre el que posa por primera vez su mirada*". Deste modo, como Lacan sinaliza no texto "Observações sobre o relatório de Daniel Lagache (...)" (1998b [1958], p. 675), a imagem fabricada revela-se como resultado da "*função de desconhecimento*" do sujeito, sua "distorção" constitutiva.

É a somatória destas informações que entrelaçaremos mais adiante para discutir a questão do Trabalho. Ou seja, para discuti-la será preciso retomar a ideia lacaniana (a) de o incessante procurar do sujeito pelo reconhecimento vindo do outro; (b) da necessidade de constantemente confirmar quem se é; (c) do permanente intento de se auto-certificar a partir da referência ao Outro, em suma, o permanente verificar a respeito de qual é o desejo do Outro. São esses os elementos dinâmicos da constante constituição do sujeito que gostaríamos de destacar para discutir a inserção do sujeito enquanto trabalhador em uma sociedade de produção capitalista, que, segundo Lacan, inclui o sujeito em um espaço social e cultural com um "*projeto histórico de uma sociedade de não mais reconhecer em si outra função que não a utilitária*" (LACAN, 1998a [1949], p. 102).

Assim em uma sociedade utilitária capitalista, qual a imagem constitutiva do sujeito, para si e para o Outro, enquanto trabalhador? E, ademais, qual é ao desejo do Outro? Aliás, quem é o Outro do sujeito enquanto trabalhador?

1.2 ESQUEMA L E GRAFO DO DESEJO: AS FACES SIMBÓLICA DO PROCESSO DE ALIENAÇÃO

No subcapítulo anterior, percorremos o que consideramos ser a primeira etapa da reflexão lacaniana dos processos de constituição do sujeito como eminentemente "descentrado" e, portanto, alienado. Alienado na medida em que a

subjetividade precisa do Outro para se constituir e que desconhece ou pouco conhece sobre si como Sujeito do inconsciente. Deste modo, como demarcamos anteriormente, o Estádio do Espelho serviu a Lacan como exemplo de uma estrutura imaginária-simbólica capaz de representar os processos de constituição do Eu. Assim, pudemos perceber que a ênfase da temática do “descentramento” do Eu no Estádio do Espelho, é posta no Eu e em sua “função alienante”, isto é, nos aspectos imaginários da constituição do Eu.

Agora, sob efeito do desdobramento de seu projeto de retorno à Freud e prosseguindo seu esforço em circunscrever a constituição do sujeito, Lacan retoma o problema de sua origem, no entanto, ressituando sua ênfase. Desta vez, não se foca tanto sobre o Eu, mas sobre a categoria do Sujeito ela mesma em sua relação com o Outro, inseridos no campo simbólico. Será sobre desta refundação estrutural dos processos de alienação que nos ocuparemos a partir de agora.

Os estudos lacanianos voltados à linguística estrutural, a partir de seu contato com a antropologia de Claude Lévi-Strauss e com a obra do russo Roman Jakobson, tal como destacado pelo próprio Lacan (1998c [1960]), influenciaram a construção de sua tão conhecida concepção de “significante”. Tais caminhos traçados, por sua vez, colaboraram para o acréscimo de sua compressão da constituição do sujeito. Lacan inaugura a interlocução entre linguagem e inconsciente, de modo explícito, no texto “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise" (1998i [1953]), preparado para o Congresso de Roma, em 1953 – por isso este texto também é conhecido como “Discurso de Roma”. Ademais, nesta apresentação, Lacan não explicita a influência do suíço Ferdinand de Saussure, bem como dos dois estudiosos citados acima, em seu pensamento, mas apresenta uma reflexão atravessada pelas ideias dos mesmos ao demarcar, por exemplo, a diferença entre fala e língua, como o próprio título de sua comunicação sinaliza.

Frente a sua inserção na linguística e tomando como referência seus conhecimentos em Psicanálise, ou seja, baseando-se na experiência clínica, Lacan (1998i [1953]) discute a dissimetria existente entre o que é dito pelo destinador e entendido pelo destinatário, e aproveita tal debate para enfatizar a ideia de que aquele que fala evoca por sua enunciação aquele que ouve, que, por sua vez, pode ou não reconhecer sua demanda (p. 301):

> (...) a função da linguagem não é informar, mas evocar.

> O que busco na fala é a resposta do outro. O que me constitui como sujeito é minha pergunta. Para me fazer reconhecer pelo outro, só profiro aqui que foi com vistas ao que será. Para encontrá-lo, chamo-o por um nome que ele deve assumir ou recusar para me responder.

Lacan nos aponta que são diversas as teorias da Linguística que apostavam na existência de um diálogo, na qual se estabeleceria uma relação baseada na compreensão plena do que fora dito, na medida em que cada um dos locutores apresenta-se e afirma-se ao ouvinte a partir de sua intenção de dizer. No entanto, conforme destacado no trecho acima, a situação de diálogo seria, para a Psicanálise, menos transparente do que ela pareceria ser. A ideia, adaptada pela psicanálise lacaniana, da concepção da linguística estruturalista, parte do princípio de que, quando se dispõe a uma troca conversacional, o sujeito é convocado e convoca a consentir ou a recusar a posição em que se situa o discurso do Outro[32], o discurso do inconsciente.

No trecho apresentado anteriormente, ao discutir sobre a evocação que faz o destinador ao destinatário quando aquele lhe direciona a palavra, Lacan parece nos antecipar, aqui em 1953, o "*Che vuoi?*" que ulteriormente nos apresentará mais claramente em "Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano" (1998c [1960]). A pergunta "*Che vuoi?*", retirada da novela "O diabo apaixonado" do escritor francês Jacques Cazotte, de 1772, será traduzida por Lacan sob a forma da proposição "*Que quer ele de mim?*" (p. 829) e sustentará a discussão a respeito do desejo do sujeito, enquanto desejo do Outro, e alimentará a apresentação do Grafo do desejo. Mais adiante daremos continuidade a este debate lacaniano.

Deste modo, gostaríamos de acentuar a importância de que, mais agora através da palavra do que anteriormente havia sido pela imagem, vemos Lacan retomar sua teoria a respeito da busca do sujeito pelo Outro, pondo em relevo o peso da resposta do Outro na determinação do que o sujeito deve ser. O sujeito, ao fazer uso da fala, demanda uma resposta a sua questão, à pergunta feita sobre quem ele é, sendo tal definido em função do desejo do Outro, isto é, a propósito de

[32] Como já comentado anteriormente, a partir do início da década de 1950, a exemplo do "Discurso de Roma" (1998i [1953]), Lacan havia iniciado uma diferenciação entre outro e Outro para a Psicanálise. Naquele texto, Lacan utiliza a palavra "outro" para indicar o outro enquanto semelhante; e usar "Outro" para se referir ao grande Outro que organiza o sujeito e instaura a Lei, o qual as figuras materna e paterna estariam representando enquanto autoridade e fundadores.

como será reconhecido pelo Outro, em uma relação alienada.

Como pudemos notar, o Estádio do Espelho foi um grande precursor e base para o surgimento da teoria da Alienação para a Psicanálise[33], concomitante ao desenvolvimento da teoria lacaniana sobre o campo imaginário. O conceito de Estádio do Espelho ganhou acréscimos no decorrer de seu uso, dentre os quais pudemos notar a inserção da referência ao campo simbólico, a exemplo do que ocorre no texto "Observações sobre o relatório de Daniel Lagache (...)" (1998b [1958]). Em 1955, no "Seminário 2" (2010 [1954/1955]), Lacan nos antecipa que o campo do imaginário continua a ser importante para a constituição do ser humano, e o mesmo pode ser percebido em seus esquemas gráficos apresentados nos anos seguintes, como demonstraremos mais adiante.

Com o aprofundamento de seus estudos, no entanto, Lacan aponta que o imaginário por si só não forma um indivíduo: "*se ele* [Eu] *não fosse imaginário, não seríamos homens, seríamos luas. O que não quer dizer que basta que tenhamos este eu imaginário para sermos homens*" (p. 329). Sem se desfazer por completo da teoria do imaginário, mas complementando sua teoria da formação da subjetividade e constituição do sujeito, Lacan (1995 [1956/1957], p. 42) propõe que o aprofundamento da Psicanálise se faça pelo campo simbólico: "*é como significante que a imagem entra em jogo em seu diálogo, e é como significante que ela representa alguma coisa*". Deste modo, veremos que da mesma forma que o sujeito, em sua constituição, adquire uma imagem de si, oferecida pelo Outro, ele terá uma representação simbólica, um significante que iniciará sua "*cadeia significante*" (LACAN 1998g [1957], p. 505) que nunca cessará de ser produzida[34]. Ou seja, do

[33] Diversas são as concepções e definições de Alienação encontradas na Psicologia, Filosofia e Sociologia. Em nossa pesquisa trabalharemos somente com a ideia lacaniana do conceito, no entanto, abrimos aqui um breve espaço para comentar a respeito da concepção marxiana. Conforme aponta Pianciola (1998), a elaboração de Karl Marx sobre a Alienação advém, inicial e principalmente, de Hegel. Entendido como um processo de rompimento do espírito absoluto, da unidade absoluta de autoconsciência do ser humano, a Alienação hegeliana é nominada Alienação-estranhamento. Esse processo do "espírito que se estranhou" teria ocorrido com maior evidência e constância, a partir da inserção do mundo moderno, o qual, em conformidade com seu novo estilo de intervenção humana sobre a natureza, teria então causado a quebra da unidade do absoluto. Deste modo, Marx extrairia a ideia da alienação ser um processo de objetivação, e não subjetivação, de algo essencialmente humano. Ademais de objetivado, o processo tem também como característica a ausência de reconhecimento, sem consciência, deste ato enquanto objetivado por parte do ser humano.

[34] Para Lacan (1998c [1960]), Freud já fazia menção a ideia de significante em seus textos, inclusive em textos metapsicológicos, porém sem o uso da palavra "significante", uma vez que Freud não tivera oportunidade de acessar os estudos Saussure. Em "De uma questão preliminar a todo

mesmo modo que ocorrera com a *imago*, é a palavra, agora na teoria lacaniana do significante, aquilo que representa o sujeito. Porém, assim como com a imagem, o sujeito serve-se de diversas sobreposições de palavras para ser representado. Em um movimento que Lacan chamará de metonímico[35], o sujeito tem sua representação e representa as coisas através dos significantes, de uma maneira dinâmica, por meio de sobreposições de palavras, por meio da *cadeia de significantes*. A partir da década 50, como ocorre no "Discurso de Roma" (1998i [1953]), Lacan nos apresenta o significante em seu conjunto de recursos materiais da linguagem como palavras, sons, fonemas e letras. Ligados por uma estrutura, os significantes representam ao sujeito por associação: um significante primordial do sujeito, ao qual o sujeito possivelmente não terá acesso, será representado por outro significante que, por sua vez, precisa de outro significante para representá-lo e assim segue a cadeia significante do sujeito ($S_0 \rightarrow S_1–S_2– S_3$...).

Para melhor explicitar sua teoria do significante, bem como da relação entre sujeito e Outro, Lacan fez uso de grafos e esquemas, os quais durante muitos anos foram utilizados em suas aulas e conferências. Os esquemas aos quais nos deteremos em nossa pesquisa serão o Esquema L e o Grafo do desejo, esquemas estes mais utilizados por Lacan no que diz respeito à frequência e anos de uso.

O chamado Esquema L é entendido por nós como sendo aquele subsequente ao esquema óptico do Estádio do Espelho, uma vez que cronologicamente ambos estão muito próximos, e também por continuar o pensamento lacaniano a respeito da formação do sujeito em constante mediação pelo Outro. Em uma espécie de transição entre a ênfase dada ao campo imaginário e ascensão do campo simbólico, o Esquema L é concebido por Kaufmann (1996, p. 251) como sendo "*destinado a ilustrar la situación del sujeto con relación al imaginário*", enquanto é compreendido por D'Argot (2009, p. 87) como essencial para "*estudar a topologia do espaço falante*". As posições destes autores, a nosso

---

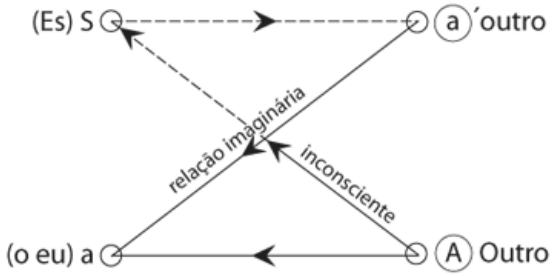
tratamento possível de psicose" (LACAN, 1998k [1957/1958]), Lacan explicita a localização do que acredita ser o texto freudiano inicial para encontrar a ideia de significante: carta 52 de Freud ao médico alemão Wilhem Fliess, de 6 de dezembro de 1896 (FREUD, 1996h [1896]).

[35] A metonímia é apresentada por Lacan (1996g [1957]) como sendo sua compreensão do que Freud (1996d [1900]) indicou ser o processo psíquico chamado de "deslocamento", um movimento inconsciente de defesa que, como o próprio nome diz, desloca o conteúdo latente de uma ação, palavra ou situação recalcado da consciência, para transmiti-lo sob outra roupagem em um conteúdo manifesto, o qual passará desapercebido ao se tornar consciente.

ver, correspondem ao que Lacan se propôs a trabalhar através do Esquema: tratar da relação imaginária existente entre o Eu e o pequeno outro, como destaca Kaufmann (1996), na medida em que esta é inseparável da relação inconsciente do Sujeito ao Outro, como apresentado por D´Argot (2009).

O Esquema L (Figura 2) foi apresentado e descrito por Lacan pela primeira vez na aula "Introdução do Grande Outro", no dia 25 de maio de 1955, do "O Seminário, Livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise" (2010 [1954/1955])[36] – como o próprio nome da aula indica, a inauguração do Esquema ocorreu na mesma lição em que Lacan apresentou sua teoria do grande Outro. Posteriormente a tal seminário, Lacan ainda fez uso do Esquema L nos textos "O seminário sobre 'A carta roubada'" (1998j [1955]), "O Seminário, Livro 4: a relação de objeto" (1995 [1956/1957]), "O Seminário, Livro 5: as formações do inconsciente" (1999 [1957/1958]), "De uma questão preliminar a todo tratamento possível de psicose" (1998k [1957/1958]), "O Seminário, Livro 6: o desejo e sua interpretação" (2016 [1958/1959]) e "Kant com Sade" (1998l [1962])[37]. Para nossa pesquisa, faremos uso, basicamente, dos textos "Seminário 2" e "Seminário 4", por considerá-los como materiais nos quais Lacan melhor conseguiu expor o Esquema L.

FIGURA 2 – ESQUEMA L



FONTE: LACAN, (2010 [1954/1955], p. 330).

[36] Cabe apontar que, na aula "Jogo de escrituração", realizada no dia 02 de fevereiro de 1955, do "O Seminário, Livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise" (2010 [1954/1955], p. 152), portanto, anterior à aula "Introdução do Grande Outro", o Esquema L é exposto em uma sequência de representações gráficas, na qual o Esquema L leva o título de "A função imaginária do eu e o discurso do inconsciente". Apesar de tal exposição, o Esquema não é explicado e nem mencionado durante esta aula ou nas próximas.

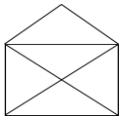
[37] Como anteriormente optado, ao mencionar os textos "O Seminário, Livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise", "O Seminário, Livro 4: a relação de objeto", "O Seminário, Livro 5: as formações do inconsciente", "De uma questão preliminar a todo tratamento possível de psicose" e "O Seminário, Livro 6: o desejo e sua interpretação", utilizaremos os nomes "Seminário 2", "Seminário 4", "Seminário 5", "De uma questão preliminar (...)" e "Seminário 6", respectivamente, para facilitar a leitura.

No “Seminário 2”, ao iniciar a apresentação do Esquema L, Lacan (2010, [1954/1955], p. 329) o descreve como sendo “*um pequeno esquema*” elaborado “*para ilustrar os problemas levantados pelo eu e o outro, pela linguagem e a fala*”. Ademais, comenta que este esquema não pretende ser uma solução ou um modelo a resolver tais problemas, que este seria, portanto, “*apenas uma maneira de fixar as ideias*” que giram ao redor de tais problemáticas. Ao apresentar seu esquema, Lacan nos convida a lhe acompanhar em sua nova e antiga questão: a constituição do sujeito. Velha questão pelo fato de, como já sinalizado, Lacan se interessar por tal tema desde o início de seus estudos na Psicanálise, na década de 1930 (OGILVIE, 1988); nova questão, por neste momento Lacan se dedicar ao aprofundamento da interrogação das intervenções do Outro na constituição do sujeito, assim como sua relação com o campo simbólico.

Conforme apresentado por Darmon (1994), a origem do Esquema L não foi aclarada por Lacan, porém este autor acredita que o esquema lacaniano tenha sofrido influência de estudos matemáticos realizados por parte de Lacan, mais especificamente, que seu esquema tenha sido fruto de reflexões matemáticas sobre a teoria das estruturas de grupo[38]. De qualquer modo, frente aos importantes passos dados por Lacan no decorrer do desenvolvimento de sua teoria sobre o significante e o grande Outro, fazendo uso do Esquema L, bem como do frequente uso deste para ilustrar casos clínicos e para explicar a própria teoria lacaniana, podemos afirmar que o Esquema L não foi “um pequeno esquema”, ao contrário[39]. Inclusive,

[38] Para Darmon (1994), podemos notar a influência de questões matemáticas no Esquema L ao compará-lo com os grafos dos estudos de grupo, a exemplo dos Problemas das Pontes de Königsberg, solucionados pelo matemático russo Leonhard Paul Euler – apontado como primeiro a desenvolver grafos e esquemas para resolver problemas matemáticos. O problema deste consistia em estabelecer um caminho pelo qual o transeunte utilizasse a todas as sete pontes sem repetir uma única via. Darmon (1994) também nos indica ser possível notar a influência em um problema lógico chamado “construção do envelope” (Figura 4), no qual o traço usado para desenhar um envelope não deve ser repetido e o lápis, durante a produção do envelope, não pode ser retirado da superfície.

FIGURA 3 – PROBLEMA MATEMÁTICO DA CONSTRUÇÃO DO ENVELOPE



FONTE: DARMON, (1994, p. 68).

[39] Lacan faz análise dos casos freudianos, a exemplo de Dora e Jovem Homossexual, no “Seminário 4” (1995 [1956/1957]), utilizando-se do Esquema L para melhor explicitar seus pensamentos sobre os casos e as interpretações de Freud. Do mesmo modo, Lacan (1998j

um ano após sua criação, Lacan mesmo parece mudar de ideia quanto à magnitude de tal esquema, na aula “Introdução”, do dia 21 de novembro de 1956, do “Seminário 4” (1995 [1956/1957], p. 13, grifo do autor), chamou-o de “*o esquema*”.

Através do Esquema L, Lacan pode organizar e compreender o que seriam para a Psicanálise os elementos necessários para que a palavra tenha suporte e uma relação seja sustentada (DARMON, 1994). Para Lacan, os elementos necessários, na verdade, seriam da ordem de 4 lugares, os quais estariam divididos em dois momentos: o “Eu” (a), “pequeno outro” (a´), “Sujeito” (S^{40}) e “Grande Outro” (A)[41]; os quais seriam os lugares essenciais à sustentação da palavra[42]; enquanto as relações imaginária e simbólica seriam os momentos vividos por tais elementos. Ademais, conforme podemos notar na representação gráfica, o mesmo é composto também por vetores – flechas usadas por Lacan para representar que há direção na interação estabelecida entre os elementos que compõem o Esquema L. O conjunto de tais vetores é apontado por Darmon (1994, p. 39) como o “*circuito da palavra*”, o qual segue em uma única direção, sem utilizar o mesmo caminho para fazer a via na direção contrária.

Lacan nos explica que seu esquema se inicia em “A”, em direção à “S”, ou seja, parte do Outro em interação com o Sujeito; reforçando a ideia de constituição do sujeito através da relação com o Outro. Como será apontado posteriormente, em “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano” (1998c [1960], p. 820), Lacan chama este lugar do Outro como sendo “*o lugar do tesouro do significante*” (p. 820), lugar onde os significantes preexistem e de lá são retirados

---

[1955]) se utiliza do Esquema para expor a obra literária “A carta roubada” do escritor estadunidense Edgar Allan Poe e fazer crítica às obras dos filósofos Immanuel Kant e Marquês Sade, em “Kant com Sade” (1998l [1962]). Além do mais, Lacan também tem como base o Esquema L para a elaboração de outros esquemas, a exemplo do Esquema R (1998k [1957/1958], p. 559) e do Esquema I (1998k [1957/1958], p. 578).

40 Apesar de Lacan ainda não fazer uso da grafia “$” para representar ao Sujeito barrado, desde este Seminário (2010 [1954/1955]), o sujeito já é apresentado como tal, barrado, em sua não totalidade, “*decomposto, despedaçado*” (p. 79), o sujeito não todo, aquele que se encontra em falta.

41 A letra “A” constantemente representará o grande Outro, bem como o “a” será utilizado nos esquemas para indicar o pequeno outro. Tal grafia se dá referente à palavra “*autre*”, do francês, cuja tradução é “outro”.

42 A ideia lacaniana de existência de quatro elementos para sustentar uma relação se manterá em toda a extensão de sua obra. Lacan, por exemplo, em “O Seminário, Livro 17: o avesso da Psicanálise” (1992b [1969/1970]), elaborou a teoria dos discursos, os quatro discursos, com base em quatro elementos cada um deles.

pelo sujeito para sua formação e relação com os outros. Não para menos, esta é a via que Lacan nos apresenta como sendo a relação fundadora do sujeito e através da qual se obtém a "*fala plena*" (LACAN, 1996i [1953], p. 255), aquela palavra fundadora, aquela que contém "*uma mensagem que o sujeito deve receber do Outro sob uma forma invertida*" (1995 [1956/1957], p. 122). Fala invertida no sentido de que, na fundação do sujeito, do mesmo modo que o Sujeito reconhece o Outro como sendo aquele que lhe funda e lhe ordena os significantes, no interior desse mesmo movimento o sujeito se faz reconhecer pelo Outro no mesmo ato em que também funda ao Outro para si, toma um outro como Outro.

Lacan nos afirma que essa relação entre o Outro e o Sujeito existe de maneira inconsciente, recalcada, e, por isso, ela viria a se manifestar de maneira dissimulada por detrás do que Lacan chamou de "*muro da linguagem*" (2010 [1954/1955], p. 330) ou como "*véu da miragem narcísica*" (1998k [1957/1958], p. 557). Ou seja, a relação acontece através da relação imaginária estabelecida entre o Eu e o outro. Em concordância com Darmon (1994), tal ideia de relação inconsciente é demonstrada através do formato dado a esta relação simbólica no Esquema: a primeira parte da relação está representada pela linha contínua, porém a mesma torna-se tracejada, entrecortada, em pedaços, posteriormente à interdição provocada pela relação imaginária (estabelecida entre pequeno outro e Eu). Tal representação de "muro" nos permite perceber, inclusive, que a relação é iniciada em A, no Outro, em direção ao Sujeito. No entanto, o vetor não retorna, o mesmo é direcionado do Sujeito ao outro (a'), e não ao Outro. Assim sendo, a relação Sujeito-Outro necessita de mediadores para ocorrer, no caso, o Sujeito elege um pequeno outro, semelhante, para encarnar o lugar do Outro.

Além do mais, como Lacan nos indica, a relação Outro-Sujeito se apresenta também como "entre cortes" uma vez que, tal como no Estádio do Espelho, o Sujeito "*se vê em <u>a</u>*" (2010 [1954/1955], p. 330 – grifo do autor) e só desta maneira ele é visto pelo outro, por meio de uma representação de si. Fato este também que faz o vetor do circuito ser direcionado ao outro e não ao Outro. Dito de outro modo, o Sujeito não pode se relacionar com o Outro, senão através do engodo de si mesmo enquanto Eu e do Outro através de um outro. Assim, a interação entre Sujeito e outro também é representada no Esquema através das linhas tracejadas, uma vez que o Sujeito se direciona ao pequeno outro imaginando se dirigir ao Grande Outro.

Como o próprio Lacan (1995 [1956/1957], p. 445) explicita: "*este outro* [pequeno] *transforma o caráter radical da alteridade do Outro absoluto em alguma coisa acessível por uma certa identificação imaginária*". Dentro da relação Eu-outro, do mesmo modo que o sujeito tomou para si a *imago* como sendo sua imagem, e assim iniciou a formação de seu Eu, o Eu confirma no outro, através da identificação imaginária, o Outro.

Deste modo, a única relação que se mostra diretamente possível n`"*O Esquema da dialética intersubjetiva*", como Lacan se refere ao Esquema L em 1966 (1998m [1966], p. 919), é a relação imaginária estabelecida entre outro e Eu, dois lugares alienados, em "*uma relação essencialmente alienada*" (1995 [1956/1957], p. 10). Dito de outra forma, possibilita-se uma relação ente subjetividades alienadas, uma relação entre um Eu fabricado, que distancia o sujeito de si enquanto se constitui, e um outro que também existe enquanto uma figura fictícia, pois o próprio Eu do semelhante também tem essa forma sintética. Apesar de ser a única relação direta possível de ocorrer, a relação imaginária precisa da relação inconsciente como suporte para existir, do mesmo modo que a relação simbólica só pode se manifestar no interior da relação imaginária. Será neste ponto do Esquema L, da relação imaginária guiada pela relação inconsciente, que acreditamos ser importante parar para caminhar em direção ao que, para nós, é o esquema sequente para discussão do processo de Alienação: o Grafo do desejo.

Formulado durante o "Seminário 5" (1999 [1957/1958]) e "Seminário 6" (2016 [1958/1959]) e bastante explorado no texto "Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano" (1998c [1960]), bem como utilizado durante os Seminários "A lógica do fantasma" (2008b [1966/1967]) e "O ato psicanalítico" (2005 [1967/1968]), podemos notar que o Grafo do desejo foi utilizado por Lacan por praticamente uma década. Deste período de sua elaboração e uso, podemos notar que o Grafo foi construído em etapas e possui inúmeras versões (algumas destas podem ser vistas na Figura 4), as quais foram utilizadas para os mais distintos esclarecimentos e exposições das teorias lacanianas. Dentre os usos, podemos listar os seguintes: captar o sujeito para a Psicanálise, debater sobre a direção do tratamento analítico da cura (1999 [1957/1958]), destacar a constituição do sintoma (1998c [1960]), elaborar a tese sobre a lógica do fantasma (2008b [1966/1967]), discutir a formação do analista (2005 [1967/1968]) e debater os elementos

necessários para a formação de um discurso (2008c [1968/1969]), dentre outros.

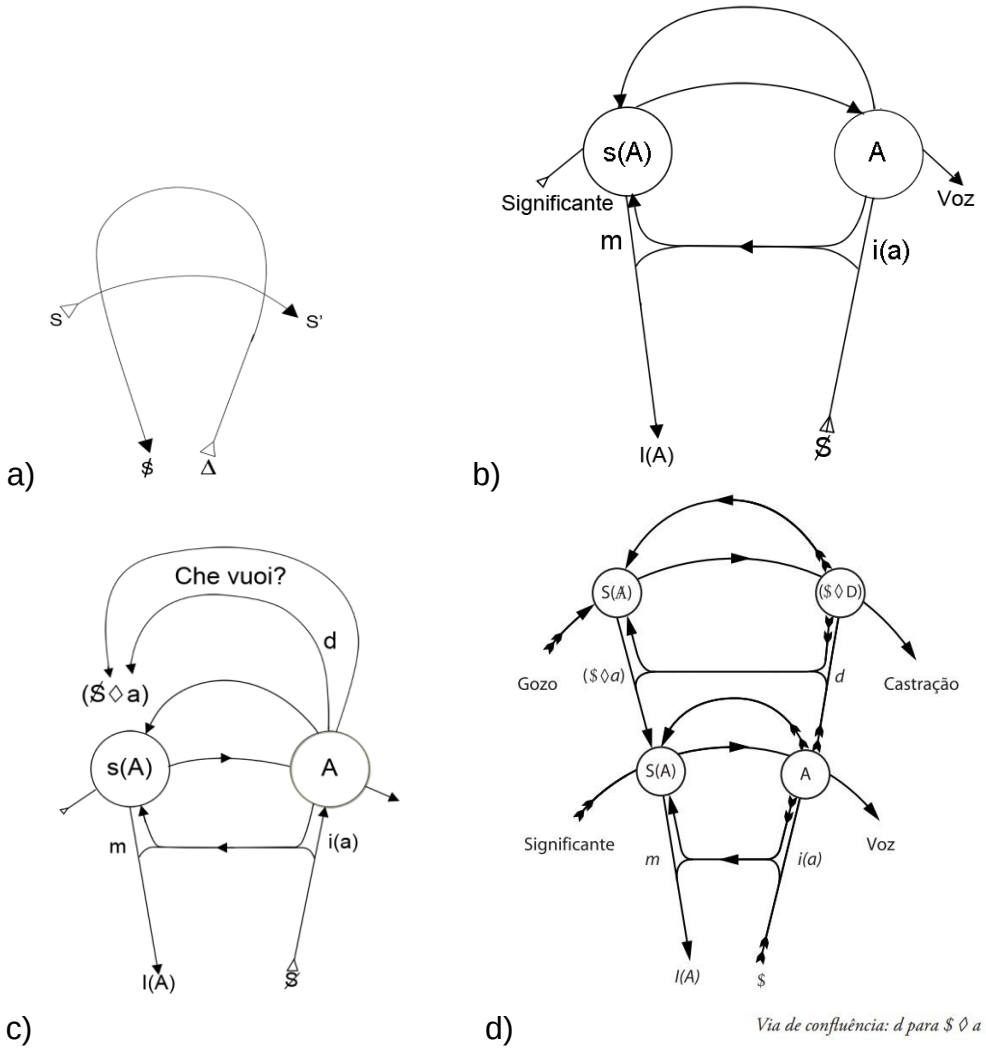
Do mesmo modo que vimos o Esquema L como um elo de transição entre a teoria do imaginário e a inserção do campo simbólico, apontamos aqui o Grafo do desejo como também sendo a expressão de uma mudança. Desta vez podemos notar a passagem da ênfase dos estudos no campo simbólico para a exploração do campo do real. Como já comentado, deteremo-nos na abordagem da vertente simbólica do Grafo, tomaremos este esquema a partir do que Conté (1996) sinalizou como sendo uma das características mais importantes: o Grafo do desejo como sendo a representação da afirmação da teoria do campo simbólico de Lacan. Teoria esta, como indicaremos durante nossa explanação, que culminará em compreender o sujeito inscrito como "*efeito do significante*" (Lacan 2008a [1964], p. 203).

Cabe destacar também que, em nossa pesquisa, faremos uso do Grafo do desejo – como o próprio nome do Grafo nos antecipa – para tratar do processo de captação do desejo do sujeito, ou seja, de sua posição diante do desejo do Outro. O que implicará em utilizar somente uma parte do Grafo do desejo, pois as demais compõem uma discussão que não gostaríamos de fazer no momento, na medida em que implicaria em avançar na teoria lacaniana de maneira não oportuna[43]. Estando disso advertidos, tomaremos como referência básica o texto "Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano" (1998c [1960])[44], por considerá-lo como aquele que condensa o sentido do Grafo do desejo no decorrer dos anos. Além do mais, faremos uso do Grafo que consta na Figura 4b, pois seria este, a nosso ver, o grafo que contém as informações que precisaremos para desenvolver nossa pesquisa.

[43] O campo real, o qual Lacan irá enfatizar a partir de 1970, não será abordado por nós por uma questão de delimitação necessária a toda pesquisa acadêmica. Por isso limitaremos o uso do Grafo do desejo em sua face simbólica. Reservamos o uso do campo real para nossa futura pesquisa, na qual pretendemos nos voltar às possibilidades do sujeito-trabalhador de "desalienar-se". Entendemos que tratar do campo real para tratar de alienação-desalienação implicará trabalhar com os principais desdobramentos da teoria do real, os quais seriam os conceitos de "objeto a", "fantasma", "gozo", dentre outros.

[44] Ao qual mencionaremos como "Subversão do sujeito (...)" (1998c [1960]).

FIGURA 4 – VERSÕES DO GRAFO DO DESEJO CONSTRUÍDAS POR LACAN



FONTE: a) LACAN, (1998c [1960], p. 819).
b) LACAN, (1998c [1960], p. 822).
c) LACAN, (1998c [1960], p. 829).
d) LACAN, (1998c [1960], p. 831).

Tomando então o Grafo do Desejo (Fugira 4b), podemos perceber, basicamente, duas linhas que o compõe, as quais, unificadas, Lacan chama de "*célula elementar*" do Grafo (1998c [1960], p. 820). Notamos que estas são vetoriais e seguem em direções distintas, se cruzando em dois pontos. A linha $-I(A) é utilizada por Lacan para representar a cadeia do "*discurso racional*", "*discurso corrente*" (1999 [1957/1958], p. 19), enquanto a linha S-S` é apresentada por Lacan como sendo a "*cadeia significante*" (p. 18). O circuito todo apresentado no Grafo do desejo é iniciado no Sujeito do inconsciente ($) e tem como destino final a constituição de um significante que será pincelado enquanto Ideal do Eu (I(A)). No

entanto, para que a linha chegue a esta elaboração é necessário que o Outro intervenha, como ocorre nos pontos A e s(A), o que Lacan chama de "*ponto de basta*" (1998c [1960], p. 820), "*momento pelo qual, na cadeia, um significante se ata ao significado para produzir uma significação*" (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 710). Serão estas duas intervenções do Outro os elementos necessários para que a linha "$-I(A)" ganhe sentido e desta significação forme-se o Ideal do Eu (I(A)).

Lacan nos apresenta estes pontos de interação entre ambas as linhas, um como sendo um lugar e o outro como sendo um momento: o ponto A é apresentado como sendo um lugar, mais especificamente, o lugar do Outro, o "*lugar do tesouro do significante*" (1998c [1960], p. 820), o que quer dizer o lugar de origem de onde serão retirados os significantes que comporão a referência identitária do sujeito; enquanto, o ponto s(A), a significação do Outro, é apresentado como sendo um momento, neste caso, o momento da "*pontuação, onde a significação se constitui como produto acabado*" (idem), o que quer dizer que o sujeito se depara com um significado sobre si, um significado elaborado com a colaboração do Outro para formular seu Ideal de Eu, ou, como chama Quinet (2012, p. 17), "*Ideal do Outro*".

Como já apresentado no Estádio do Espelho através da *imago*, o Grafo do desejo se utiliza do significante, o qual ganha sentido de modo retroativo por meio da intervenção do Outro e gera um material da linguagem (palavra, som, fonema ou letra) que representará o sujeito, com a qual o próprio sujeito se identifica como sendo seu destino: "*efeito de retroversão pelo qual o sujeito, em cada etapa, transforma-se naquilo que era, como antes, e só se anuncia 'ele terá sido' no futuro anterior*" (LACAN 1998c [1960], p. 823). Ao fazer referência à questão dos tempos verbais, Lacan retoma o que já havia comentado durante o Estádio do Espelho (relacionado à *imago*): o sentido da palavra dita tem efeito retroativo. Lacan agora faz uso do recurso da palavra para explicar que, ao ser eleito um significante, o mesmo ganha sentido no momento posterior àquele em que havia sido dito. Ou seja, ademais de nomear o sujeito e, por sua vez, representá-lo, o significante tem, no interior deste mesmo movimento, o poder de constituir o sujeito.

Através do Grafo do desejo, como comentado anteriormente, Lacan pode firmar sua teoria do significante e fazer uso da mesma para aprofundar sua compreensão a respeito da formação do sujeito. Neste grafo, Lacan nos indica que, por meio da relação com o Outro, ao sujeito são designados significantes que lhe

representam. Destes significantes, um – o qual o sujeito pode nunca ter consciência – será aquele que iniciará a cadeia que representa o sujeito. Como definiu Lacan (1998c [1960], p. 833), "*nossa definição de significante (não existe outra) é: um significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante*", dito de outra forma, o sujeito é representado por um significante que, frente a outros significantes, se distingue como sendo seu, como O representante. Mas, ao mesmo tempo, esse significante, nunca é ou será o sujeito definido em sua plenitude e este precisa de outros significantes para representar sua representação, que por sua vez também não representam o sujeito por completo.

Deste modo, notamos novamente que a saída encontrada pelo sujeito implica o encontro de uma identidade de si alienada, por esta ser proveniente do Outro. Deste circuito o sujeito retira um significante, um significante primordial, que fale dele por ele. Não será o sujeito, mas algo que lhe representa, por isso alienado. Este significante será aquele que irá marcar ao sujeito como sendo o significante de seu nascimento no mundo simbólico, o sujeito tomará este "*significante como insígnia*" (p. 822), a sua marca no mundo. Como destaca Fink (1998), Lacan nos permite pensar a inserção do sujeito no simbólico e, portanto, sua fundação social, antes mesmo de seu nascimento biológico: notamos a fundação simbólica do sujeito, por exemplo, nas representações do que podemos chamar de desejo dos pais, expressos na ideia deles mesmos de como seria um filho gerado por eles, qual profissão ele escolheria quando crescesse; podemos notá-lo também no processo de escolha do nome do filho. Desde muito antes de seu nascimento já existiam formas deste sujeito ser introduzido na palavra. Deste modo, ao ser concebido, o sujeito carregaria consigo todo um arsenal de palavras sobre si, as quais o Outro traduzirá a ele.

Retornando ao Grafo do desejo, ademais de ambas as linhas, é possível notar que Lacan incluiu no Grafo do desejo o trajeto "i(a)-m", chamando por ele de "*curto-circuito*" (1998c [1960], p. 824), um circuito que representa a interação do Eu com o pequeno outro. Conforme apontado por Lacan, a principal característica de i(a)-m seria exatamente a ideia de uma ausência de detenção do deslizamento das palavras, portanto, sem o encontro de um significante para obtenção de uma significação no meio do "*moinho das palavras* (...) *que não libera nenhuma mensagem*" (DARMON, 1994, p. 98). Este caminho é tomado por Lacan para

reproduzir uma discussão iniciada em outros esquemas gráficos, como no Esquema L, no ponto em que o interrompemos: relação imaginária.

São diversos os debates possíveis de se realizar a respeito da inclusão do trajeto i(a)-m no Grafo do desejo. Vale destacar que Darmon (1994) também ressalta e alerta que a explicação de Lacan a respeito deste grafo, bem como ocorre em outros de seus esquemas, não é clara nem precisa. Lacan deixa alguns pontos, trechos e elementos sem explicação ou com explanações ambíguas. Dentre os debates sobre o que poderia ser este 'curto-circuito' apresentamos a ideia de discuti-lo como sendo a repetição do circuito em uma via sem saída, uma "*fala vazia*" (LACAN, 1996i [1953], p. 248). Nesta interpretação, o circuito sai do Sujeito ($), indo em direção à imagem especular (i(a)), ao invés de terminar seu caminho na constituição do Ideal do Eu, ou seja, passando pelo ponto de basta, o circuito ruma em direção ao Eu (m). Destes elementos, do Eu (m) o circuito segue para a direção de cima, entrando no discurso corrente, no discurso comum, sem a detenção de um significante que dê ao sujeito uma significação a seu respeito. Compreende-se este como sendo um curto-circuito pelo fato de através deste ver-se, na verdade, um circuito que se repete em um círculo, sem saída. Este circuito é repetido inúmeras vezes, quantas forem necessárias para se deter em um significante e, a partir daí, compreender qual é o desejo do Outro direcionado ao sujeito.

Outra questão que gostaríamos de incluir aqui na discussão a respeito do Grafo do desejo, e que também encontramos no Esquema L (mais especificamente, na relação a-a'), a qual levaremos, inclusive, para nosso próximo capítulo, refere-se a outra situação que conseguimos localizar no trajeto i(a)-m. A nosso ver a linha i(a)-m também pode ser compreendida como sendo uma via de representação da relação existente entre o Eu e o pequeno outro, sendo este como seu semelhante, em uma relação de rivalidade. Ao desenvolver a diferença entre grande Outro e pequeno outro, Lacan (2010 [1954-1955]) também apresenta a ideia deste outro semelhante, com o qual se relaciona o Eu, sendo visto pelo sujeito como seu rival, como sendo aquele com o qual disputa o desejo do Outro. Como destaca Quinet (2012, p. 18),

> o sujeito desconhece que o outro é a projeção de seu eu ideal e, para se livrar de sua menos-valia, em relação a ele, entra numa luta de puro prestígio com ele. Esse outro que é meu próximo é minha alteridade egoica, projeção narcísica de meu eu, espelho que me envia minha própria imagem

> a ponto de considerá-la semelhante. Este outro, se é alter, é alter ego, nada mais do que meu ego alter-ado. Trata-se aqui de um outro egoico.

Para pensar nessa relação de rivalidade, precisaríamos pensar o outro como sendo a exteriorização do Eu Ideal do sujeito, aquele que possuiria as características almejadas pelo Eu, características estas apontadas pelo Outro como essenciais para ser por ele amado e reconhecido: ser corajoso ou débil, inteligente, bondoso, competitivo, bonito, vencedor, bravo, gentil, etc. Este pequeno outro seria entendido pelo Eu como sendo uma grande ameaça, pois uma vez que o outro obteve tais características, ele poderá ser reconhecido e amado pelo Outro ao invés do sujeito. Ademais, seria também este outro a prova do fracasso do Eu e o escancaramento da divisão do sujeito, a demonstração de que atingir o ideal apontado pelo Outro como algo possível de alcançar, uma vez que o outro teria conseguido atingi-lo enquanto o Eu se encontra na impossibilidade.

Desde o "Seminário 2", Lacan já se debruçava sob as questões referentes ao desejo do Outro, a exemplo da frase citada a seguir: "*em que momento é que sou realmente eu? No momento em que não estou contente ou no momento em que estou contente porque os outros estão contentes?*" (2010 [1954/1955], p. 319). No Estádio do Espelho, como já visto por nós, Lacan iniciará a discussão sobre o desejo do Outro no texto "Observações sobre o relatório de Daniel Lagache (...)" (1998b [1958]), em 1958, quando sua teoria do campo simbólico já está bastante avançada. Em 1960, Lacan retomará tal discussão ao incluí-la no Grafo do desejo, quando o sujeito questiona o Outro: que queres de mim? Ou, poderia ser, "qual é o seu desejo?", uma vez que o sujeito necessita estar referido ao desejo do desejo do Outro. Imanente a toda e qualquer constituição humana, Lacan revela-nos que "*o próprio desejo do homem constitui-se* (...) *sob o signo da mediação: ele é desejo de fazer seu próprio desejo reconhecido*" (LACAN, 1998d [1946], p. 183). Enquanto no Estádio do Espelho debatemos o desejo do Outro tomado pelo sujeito através da imagem gerada da unificação do que virá a ser o Eu, no Grafo do desejo, discutimos o desejo do Outro por meio da constituição do Ideal do Eu, o qual definirá um caminho a ser alcançado pelo sujeito para atingir seu ideal.

Para finalizar nessa nossa discussão e entrar no debate direto sobre o processo de alienação e a título de complementação, podemos notar o Grafo do desejo como dividido em dois campos: ao lado direito localizamos o que poderia ser

apontado como o campo do sujeito, o campo da apresentação das questões do sujeito cindido – quem sou? o que quer o Outro de mim?; enquanto, ao lado esquerdo o campo do Outro, no qual se encontram as respostas do Outro às evocações do sujeito. Dentre as respostas, encontramos as insígnias do sujeito refletidas no Ideal de Eu, sob o julgamento do Outro.

1.3 ALIENAÇÃO: A BOLSA OU A VIDA?

Como destacado no decorrer deste capítulo, a Alienação começa a ser apresentada como parte da constituição do sujeito desde a criação do conceito de Estádio do Espelho, na década de 1930. Através dos textos e falas de Lacan, sobretudo, realizados entre o final da década de 1930 e o término dos anos 1950, foi possível notarmos a inserção da Alienação atrelada à constituição do Eu, como destacado a partir de termos como "*identidade alienante*" (LACAN, 1998a [1949], p. 100), "*função alienante do eu*" (p. 102) e "*forma alienada do ser*" (LACAN, 2009 [1953/1954], p. 75). Neste sentido, consideramos que este período, indo do Estádio do Espelho ao Grafo do desejo, constituiu-se uma primeira etapa fundamental da reflexão lacaniana acerca da relação necessária e inseparável entre a constituição do sujeito e os processos de alienação. Tivemos a impressão de que uma das características deste primeiro momento de sua abordagem da Alienação do sujeito seria o uso da mesma como um adjetivo, ou seja, a Alienação como sendo uma característica a mais da movimentação constitutiva do sujeito.

Resumidamente, por intermédio do Estádio do Espelho, foi possível notar que, para obter uma subjetividade, o sujeito necessita captar uma imagem alienada de si, ou seja, criada em colaboração com o Outro, distante de si enquanto sujeito do inconsciente, e tomá-la para si como sendo a *imago* de si, seu Eu. Alguns anos depois, por meio da inserção do campo simbólico, Lacan nos ensinou, sobretudo através do Esquema L e do Grafo do desejo, que o sujeito também se distancia cada vez mais de si ao captar da relação com o Outro os significantes que lhe representem. Notamos também que, neste aprofundamento da teoria lacaniana da constituição do sujeito, sobretudo durante a década de 1950 e início de 1960, não somente o Eu tem seu processo de formação atrelado à Alienação, como o seu destino é traçado de maneira alienada com a ascensão do Ideal do Eu. Este se apresenta ao sujeito como elemento que lhe servirá de norte para caminhar em

direção ao reconhecimento e ao desejo do Outro.

A nosso entender, durante a ascensão do campo simbólico nos anos 50, ou seja, durante o aprofundamento da teoria da concepção do sujeito, Lacan ainda se mantém muito próximo daquela ênfase dada no campo imaginário: a Alienação ainda é representada como algo que adjetiva o processo de formação do sujeito. Mas é também nesta época da teoria lacaniana que se dá o início da complementação do entendimento sobre a Alienação especificamente.

Com o avanço de sua teoria, mais especificamente a partir da década de 1960, como apontado em "Posição do inconsciente no Congresso de Bonneval (1960, retomado em 1964)" (1998n [1960]), Lacan mantém a ideia de que a Alienação é intrínseca à constituição do sujeito: "*a primeira, a alienação, é própria do sujeito*" (p. 854). No entanto, quando Lacan trata propriamente da teoria sobre o processo de alienação, o autor nos parece ultrapassar a ideia deste ser apenas um adjetivo para ser um processo de escolha do sujeito, um processo de "escolha forçada" (2008a [1964], p. 204-208). Escolha forçada, uma vez que o sujeito poderia rejeitar o Outro, não o convocando ou não respondendo ao chamado deste. Entretanto, o resultado seria o padecimento de seu ser. Para esta seção de nossa pesquisa, na qual resgataremos os estudos lacanianos a respeito deste segundo momento de sua teoria da alienação, faremos uso basicamente do "Seminário 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise" (2008a [1964])[45], texto esse que, a nosso entender, fornece informações importantes sobre o tema.

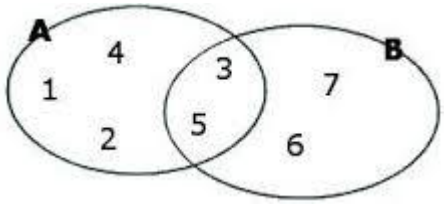
Na aula "O sujeito e o Outro (I): a alienação", do dia 27 de maio de 1964, do "Seminário 11 (...)" (2008a [1964]), Lacan confirma de início seu posicionamento quanto a sua teoria do significante: "*o inconsciente é estruturado como uma linguagem"* (p. 199). Lacan nos indica que o sujeito, enquanto sujeito do inconsciente, é marcado pelo significante que lhe representa e sua cadeia de significantes. Deste modo, Lacan quer resgatar a ideia deste sujeito ser um ser descentrado, uma vez que sua constituição depende de uma forma social, como a linguagem, para lhe representar.

Ainda nesta aula, através do uso da concepção de sujeito inserida no campo do significante, Lacan dá continuidade a sua compreensão do processo de alienação através do uso da lógica, da concepção de um *vel* – palavra retirada do Latim, *vel*,

[45] Texto este que, ao apresentá-lo, chamaremos como "Seminário 11 (...)".

sob a tradução de “ou”. Dentre as possibilidades de entender o “ou”, temos a ideia de vê-lo como “*exaustivo*” (p. 206): se opto pelo caminho A chego a um lugar diferente daquele se houvesse seguido pelo B. Há também o entendimento do “ou*”* enquanto “*tanto faz*” (idem): sendo por A ou por B chego ao mesmo destino. Ademais, e esta é a compreensão que Lacan quer nos passar, podemos também entender o “ou” como interseção[46], como “*nem um, nem outro*” (idem), mas contendo parte dos dois (Figura 5).

FIGURA 5 – TEORIA MATEMÁTICA DOS CONJUNTOS: REUNIÃO E INTERSEÇÃO



FONTE: A autora (2016).

Ao selecionar dois conjuntos, como na figura acima, deparamo-nos com dois elementos em comum (números 3 e 5), através dos quais a interseção acontece, bem como vemos os elementos diferentes dos conjuntos (números 1, 4, 2, 6 e 7). No que diz respeito à reunião dos conjuntos, Lacan nos chama atenção ao fato de os elementos em comum serem contatos apenas uma vez: a reunião do exemplo acima não seria a somatória de todos os números de cada conjunto, ou seja, nove elementos (1, 2, 3, 4, 5, 3, 5, 6 e 7). A operação de reunião apontaria a existência do total de sete números (1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7). Para Lacan, a partir da década de 1960, esta seria a melhor maneira de introduzir a discussão a respeito da Alienação: na relação Sujeito-Outro, para o sujeito, algo se perde e algo se ganha. Para dar continuidade à discussão, apresentamos o que Lacan nos descreve como sendo seu conceito de Alienação:

> A alienação consiste nesse *vel* que – se a palavra *condenado* não suscita objeções da parte de vocês, eu a retomo – condena o sujeito a só aparecer nessa divisão que venho, me parece, de articular suficientemente ao dizer que se ele aparece de um lado como sentido, produzido pelo significante, do outro ele aparece como *afânise* (LACAN, 2008a [1964], p. 206 – grifos do

[46] Fazendo uso da teoria matemática dos conjuntos, cujos estudos foram iniciados, entre 1850 e 1870, pelos matemáticos Augustus De Morgan, Georg Boole, Georg Cantor e Richard Dedekind – que fazem uso dos esquemas gráficos John Venn para melhor explicar sua teoria –, Lacan utiliza a palavra e os exemplos de “reunião” para designar o resultado da união entre os conjuntos existentes em uma operação, contabilizando somente uma vez os elementos repetidos; e apresenta a “interseção” como sendo o levantamento dos itens em comum dos conjuntos envolvidos na operação matemática (SOUZA, 2005).

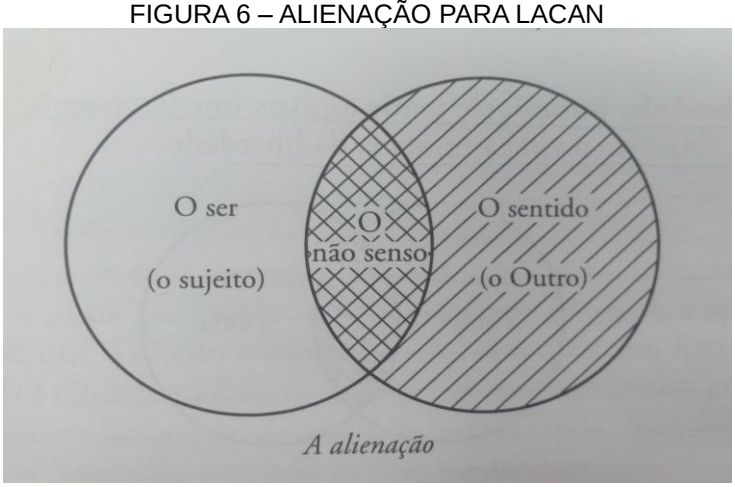
autor).

Ao utilizar a teoria matemática, Lacan indica um dos conjuntos como sendo o sujeito, este enquanto o "campo do ser", e o outro conjunto como sendo o Outro, representando o "campo do sentido" (Figura 6). Desta relação, Lacan destaca o fato da reunião dos conjuntos contar uma única vez os elementos em comum entre o Sujeito e o Outro, o que acarretaria na operação uma espécie de *afânise*[47], "*desaparecimento*" (2008a [1964], p. 203), uma "perda" do sujeito. No caso da operação Sujeito-Outro, Lacan apresenta como sendo os elementos em comum os significantes do Outro e a *afânise* do sujeito é indicada como sendo exatamente o uso de significantes para representar ao sujeito. Como notamos no subcapítulo anterior, se por um lado o significante é emprestado ao sujeito para lhe representar e deste ele constitui sua subjetividade, por outro, essa mesma ação constitutiva é limitante, uma vez que o significante nunca poderá representar o sujeito em sua plenitude, algo sempre restará do sujeito sem ter significação.

Desta maneira, o que Lacan chama de "*vel da Alienação*" (p. 206, grifo do autor) consiste em uma espécie de processo lógico-significante de reunião do Sujeito e do Outro, no qual haverá uma forma de sobredeterminação que implicará necessariamente em algum tipo de perda para o sujeito, uma perda intrínseca à formação da subjetividade. Deste modo, Lacan nos esclarece que, se o sujeito elege o campo do Sentido, o campo simbólico do Outro, ele necessariamente perderá uma parcela de seu ser, pois adota o sentido do Outro para sua vida. No entanto, caso o sujeito opte por permanecer no campo do Ser, designado como lugar do desconhecimento, isto é, do próprio inconsciente todo, ele permanece sem sua inserção no mundo simbólico.

[47] *Afânise* é um termo grego, *aphanisis*, resgatado pelo psicanalista inglês Ernest Jones, em 1927, por ocasião do X Congresso Internacional de Psicanálise, em Insbruque, na Áustria. No momento, Jones sugere a utilização do termo "*afânise* do desejo", a partir de uma leitura que ele fez do texto "Inibição, sintoma e angústia", de 1926, de Freud. Nesta leitura, Jones faz uso de tal termo para resgatar a discussão a respeito do processo de castração e suas consequências, enquanto perca de possibilidade de gozo (CHATELARD, 2001), compreendendo-o como "*o medo de ver desaparecer o desejo*" (LACAN, 2008 [1964], p. 203). Traduzido por Lacan como "*fading do sujeito*" (idem, grifo do autor), ele o utiliza de uma maneira diferente da feita por Jones, será apresentado como sendo sinônimo de "*desaparecimento*", de uma "perda" do sujeito.

FIGURA 6 – ALIENAÇÃO PARA LACAN



FONTE: LACAN, (2008a [1964], p. 207).

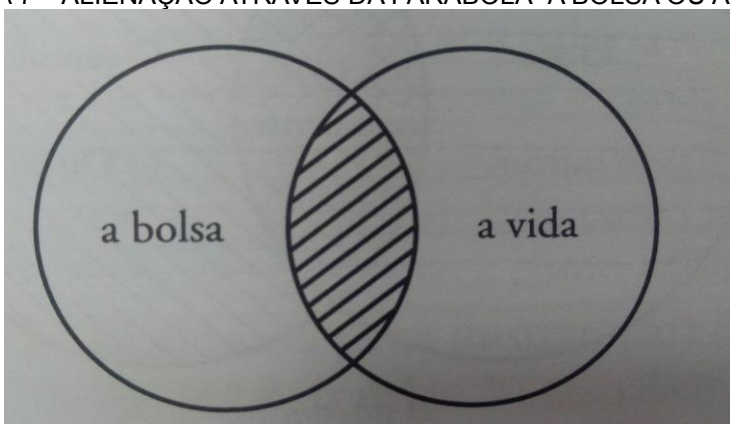
Nas palavras de Lacan:

> Escolhemos o ser, o sujeito desaparece, ele nos escapa, cai no não-senso - escolhemos o sentido, e o sentido só subsiste decepado dessa parte de não-senso que é, falando propriamente, o que constitui na realização do sujeito, o inconsciente. Em outros termos, é da natureza desse sentido, tal como ele vem a emergir no campo do Outro, ser, numa grande parte de seu campo, eclipsado pelo desaparecimento do ser induzido pela função mesma do significante (LACAN, 2008a [1964], p. 200).

Cabe ressaltar o quanto este processo de Alienação assinala uma estrutura denominada por Lacan como “escolha forçada”. Efetivamente, se o mecanismo de Alienação corresponde ao próprio processo de constituição da subjetividade, tal processo não poderia ser facultativo, mas ao contrário, algo sem o que não haveria o próprio sujeito do sentido. Assim, Lacan retoma a Alienação como “*alienação fundamental*” (1998i [1953], p. 251; 2008a [1964], p. 214) para a constituição do sujeito – sem a inserção no mundo simbólico, não há subjetividade.

Ainda na aula do dia 27 de maio de 1964, bem como na seguinte, “O sujeito e o Outro (II): a afânise”, de 3 de julho de 1964, Lacan nos apresenta como exemplo deste tipo de escolha a parábola d`“*a bolsa ou a vida*” (LACAN, 2008a [1964], p. 207), sobre a qual comenta Lacan: “*Se escolho a bolsa, perco as duas. Se escolho a vida, tenho a vida sem a bolsa, isto é, uma vida decepada*” (idem) (Figura 7, na página seguinte).

FIGURA 7 – ALIENAÇÃO ATRAVÉS DA PARÁBOLA “A BOLSA OU A VIDA?”



FONTE: LACAN, (2008a [1964], p. 208).

Ao escolher a bolsa, o sujeito opta por permanecer com seus pertences, no entanto, perde sua vida e não poderá desfrutar dos objetos os quais não queria abrir mão. Se eleger a vida, o sujeito a terá, entretanto, será uma vida em falta, uma “meia-vida” (SOLER, 19997, p. 60). Este mesmo jogo de escolha forçada é exemplificado por Lacan através de outra parábola: “*a liberdade ou a vida*” (LACAN, 2008a [1964], p. 207). Baseando-se nas discussões hegelianas sobre a relação Senhor-Escravo, Lacan comenta que se o escravo escolher a liberdade, não poderá ter sua vida livre, pois o mesmo morrerá ao deixar de escolher pela vida; mas, se o servo escolher a vida, não terá a liberdade como princípio da mesma, pois sua liberdade estará condenada por ter sido entregue ao senhor.

Como assinalam Darriba e Cardoso (2015a, p. 14),

> Por um lado, o sujeito escolhe a auto-alienação de sua essência em nome de sua inscrição na ordem do sentido, o que implica considerar que ele pressupõe uma essência anterior à sua escolha (a essência deve aqui ser entendida como produção performativa deste fundamento anterior de si), mas, por outro lado, ele paradoxalmente somente ganha uma existência simbólica quando se encontra desprovido de essência própria, ou seja, representado pelo Outro do sentido. No entanto, uma vez obtendo uma existência simbólica pelo Outro (ou seja, desprovido de essência imanente), o sujeito somente pode apreender-se como mutilado, despossuído de algo que lhe aparece agora de maneira objetivada, como se algo lhe tivesse sido extraído, ao mesmo tempo em que se ressente de um sentido que lhe parece inautêntico.

Dito de maneira resumida, a escolha pela auto-alienação, ou seja, pela vida, implica em uma escolha pela vida dotada de sentido, no entanto, uma vida mutilada pelo fato do sentido ter sido proveniente do Outro. Cabe destacar que, mesmo optando por uma vida dotada de sentido, ou seja, inserido no campo simbólico,

rodeado de significantes, este sentido ainda assim será impreciso, o qual não pode tomar por completo o sujeito e nunca será suficiente para representá-lo como um todo. Mas, mesmo assim, esta opção apresenta-se como uma maneira de manter a vida. Além do mais, o que talvez possa ser apontada como a maior implicação da relação Sujeito-Outro, como destacado por Zizek (1991), será que o sujeito, ao iniciar a formação de sua subjetividade, como ainda não tem o que oferecer ao Outro nesta troca, cede ao Outro o seu próprio para então obter uma representação passível de situá-lo no interior da linguagem.

Ao final da aula "O sujeito e o Outro (I): a alienação" (2008a [1964]), Lacan estabelece uma divisão deste processo de alienação do sujeito: "*enquanto que o primeiro tempo está fundado na subestrutura da reunião, o segundo está fundado na subestrutura que chamamos interseção ou produto*" (p. 209). Fragmentando então em duas operações, Lacan chama a primeira de alienação, representada nos conjuntos através da "reunião". Esta operação corresponderia à escolha forçada do sujeito, sua inserção no campo simbólico, no qual adere aos significantes do Outro como seus.

Conforme apontado por Lacan, é a partir deste primeiro momento que se pode dar um passo à segunda operação: a separação, representada nos conjuntos pela "interseção". Compreendida como sendo a "*via de retorno do <u>vel</u> da alienação*" (p. 213, grifo do autor), consideramos importante ressaltar que a separação ainda está dentro do processo constitutivo alienante, no qual o sujeito precisa optar pela vida ceifada para se constituir. Mas neste momento alienante, no interior da relação Sujeito-Outro, o sujeito se questiona a respeito do Outro: "*ele <u>me diz isso, mas o que é que ele quer?</u>*" (2008a [1964], p. 209, grifos do autor).

A partir destes questionamentos, nas aulas "O sujeito e o Outro (II): a afânise" e "Do sujeito suposto saber, da díade primeira e do bem", realizada no dia 10 de junho de 1964, Lacan afirma que o sujeito encontra no significante a falta do campo simbólico. Em cadeia, sempre será necessário utilizar outro significante para falar daquele que representa alguma coisa, do mesmo modo que será preciso outro significante para dizer daquele que representa a representação desta alguma coisa. O mesmo ocorrerá com o sujeito para representar a si: o sujeito, marcado por um significante primordial, precisará de outro significante para representar este primeiro que, assim, precisará de outro significante para representar sua representação.

Como comentado anteriormente, a ação do significante é ao mesmo tempo constitutiva e promove o desaparecimento do sujeito.

Assim, o sujeito se encontra com a falta no campo simbólico, percebe que as palavras dadas pelo Outro são faltantes, limitadas, e que nunca terá uma representação plena. O sujeito, nesta relação, vive com significantes em excesso e mesmos assim, estes não serão suficientes, são incompatíveis consigo. Deste modo, o sujeito depara-se com a falta do próprio grande Outro. E, como declara Lacan, "*é neste ponto de falta que se constitui o desejo do sujeito"* (2008a [1964], p. 214), enquanto desejo do Outro.

Ao descobrir a falta do Outro, agora barrado, e sob o intuito de continuar mantendo-o como Outro sem falta, como "tesouro do significante", ou seja, como aquele a partir do qual obtém seus significantes e suas significações, o sujeito se oferece como objeto para suprir a falta do Outro[48]. Ademais, este oferecimento é feito pelo sujeito como forma de colocar um véu para recobrir sua própria falta, esconder a si enquanto sujeito cindido: *uma falta recobre a outra. Daí, a dialética dos objetos do desejo, no que ela faz a junção do desejo do sujeito com o desejo do Outro* (2008a [1964], p. 210).

Deste modo, Lacan nos apresenta o processo de alienação, em suas operações, como sendo o processo de tentativa de recoberta de faltas: na operação alienação, a descoberta da falta do sujeito e a movimentação para tamponá-la; na separação, o contato com a falta do Outro e a tentativa de também recobri-la. Destas faltas, Lacan retoma sua teoria sobre o desejo do sujeito ser o desejo do Outro:

> o desejo do Outro é apreendido pelo sujeito naquilo que não cola, nas faltas do discurso do Outro, e todos os *por-quê?* da criança testemunham menos de uma avidez da razão das coisas do que constituem uma colocação em prova do adulto, um *por que será que você me diz isso?* sempre re-suscitado de seu fundo, o que é o enigma do desejo do adulto (2008a [1964], p. 209, grifos do autor).

Ao se questionar sobre o que diz o Outro, deparar-se com a falta deste e tentar recobri-la, o sujeito, em um processo de transferência, identifica-se com o

[48] No decorrer de sua teoria, Lacan introduz a discussão sobre o "objeto *a*", quando "*o desejo do Outro começa a funcionar como a causa do desejo da criança*" (FINK, 1998, p. 82), a exemplo do que ocorre neste momento do debate ao se referir ao movimento do sujeito de oferecimento de si como objeto ao Outro. Como já comentado, não entraremos na discussão sobre tal conceito, mas consideramos importante apresentar a ideia do sujeito se oferecer como objeto ao Outro, pois a mesma colabora na compreensão do processo de alienação ainda no seu momento teórico lacaniano de ênfase ao campo simbólico.

Outro e atrela seu desejo ao desejo daquele. Deste modo, como Lacan já havia nos alertado, o processo de alienação implica em perda e ganho: o sujeito cobre sua falta e se constitui, dando sentido a sua vida através da inserção no mundo simbólico, ao mesmo tempo em que, neste mesmo movimento, adere ao significante que lhe limita, por meio do qual recairá na *afânise*, e oferece sua vida e sentido ao Outro.

Para finalizar, gostaríamos de comentar que, através do exposto a partir do "Seminário 11 (...)" (2008a [1964]), principalmente na aula "Da interpretação à transferência", do dia 17 de junho de 1964, as exposições de Lacan sobre a separação nos permitem pensar o que, para a Psicanálise, poderia ser o início da saída da condição alienante do sujeito. Não aprofundaremos tal discussão, uma vez que pretendemos dedicar nossa próxima pesquisa a tal tema, mas consideramos importante sinalizar que há dentro da Psicanálise a perspectiva de "desalienação" do sujeito. Deste modo, resumidamente, podemos dizer que a "*separação adicional*", como Fink (1998, p. 80) nomeia esta desalienação do sujeito, não ocorreria exatamente a partir do momento em que o sujeito teria uma subjetividade "finalizada" ou fortalecida. De fato, a constituição do sujeito (não finalizada) é uma consequência de tal relação, no entanto, a desalienação ocorrerá não pelo fortalecimento do sujeito, mas pelo enfraquecimento do Outro.

Nesta nova forma como se dará a relação, podendo ser impulsionada pelo processo analítico, o sujeito se depara com o Outro como sendo um ser faltante e vê a si mesmo como aquele que se esforça em dar consistência ao Outro, portanto, nota-se como sendo "*apenas o porta-voz de um discurso que não é dele*" (1998k [1957/1958], p. 539). O Outro, antes tomado como "*testemunha da Verdade*" (1998c [1960], p. 822), agora então enquanto ser barrado, será visto pelo sujeito a partir de sua precariedade. A destituição do Outro como lugar da Verdade, ou seja, a verdade contida no Outro como sendo ficcional, passará a servir como um saber ao sujeito que lhe proverá um lugar fértil para sua caminhada enquanto um ser sem dívida com o Outro. Em desalienação, o sujeito pode agora escolher pela bolsa ou pela liberdade, sem perder seu ser.

2. CAPÍTULO II: TRABALHO

No presente capítulo debatemos o trabalho conforme se apresenta no sistema econômico de produção capitalista. Para tanto, inicialmente, discutimos alguns pontos do desenvolvimento da filosofia do Liberalismo e de sua complementação tardia, o Neoliberalismo. Debatemos, sobretudo, o que diz respeito ao engodo da extinção da servidão do homem quando os cidadãos adotam o ideal liberal para a administração do Estado[49]. Neste momento, iniciamos a discussão acerca da teoria da alienação lacaniana, tomando ao Estado como o grande Outro. Em seguida, analisamos três modelos de processo de produção capitalista, inseridos enquanto iniciativas econômicas da doutrina liberal: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. Nesta etapa apresentamos, principalmente, o que diz respeito às formas desenvolvidas nestes sistemas de produção para envolver o sujeito em seu trabalho, nas quais o leitor pode encontrar exemplos da dinâmica própria aos processos de alienação do sujeito

2.1 LIBERALISMO: LIBERDADE PARA QUEM?

Sociedade dos indivíduos (ELIAS, 1991, *apud* CASTEL, 2010), Culto da performance (EHRENBERG, 2010), Declínio do Homem Público, Cultura do Narcisismo ou ainda Cultura do espetáculo (SENNETT, 1999), são termos utilizados para anunciar o modo de vida e a interatividade do sujeito na sociedade atual. De modo geral, estes termos revelam o retraimento da vida pública e a exaltação da individualidade personalista influenciados, sobretudo, por grandes movimentos liberais iniciados no século XVIII, como veremos adiante.

Segundo Sandroni (1999), constituído entre 1750 e 1790, o Liberalismo ou Liberalismo Clássico se constitui como uma doutrina que buscava reivindicar ampla

[49] Consideramos importante apresentar a definição de Estado que utilizamos para discutir a doutrina liberal. Tomaremos de empréstimo a definição do economista José Henrique de Faria (2009, p. 3): "*O Estado é a forma organizada da sociedade e, como tal, apresenta-se em sua estrutura orgânica de maneiras diferentes, de acordo com as condições histórico-sociais, com o modo de produção dominante, com a capacidade das classes ou grupos sociais que a compõem de lhe darem direção política. Sendo o Estado a forma organizada, o governo é a gestão ou a administração dessa organização e, aí também, as condições mencionadas interferirão nas formas de governo ou formas de gestão do Estado. O Estado enquanto estrutura organizada e a gestão enquanto práxis coletiva formam o arcabouço político da vida em sociedade*". Através desta definição, compreendemos o Estado como sendo uma estrutura organizada, através do qual se reflete e se mantém a ideia dominante, sobretudo, de política e economia de sua época.

liberdade frente à intervenção massiva do Estado Monárquico Absolutista na vida da população. Considerados berços do pensamento liberal, França e Reino Unido foram palcos de revoltas contra o Estado e possuíam centros de formação que geraram e acolheram filósofos, economistas, juristas e historiadores críticos à Monarquia. Adeptos à filosofia política liberal, estes estudiosos defendiam a diminuição do poder político monárquico em nome daqueles extratos sociais não aristocráticos e o aumento do poder de escolha da população, deste modo, fazendo a defesa de modelos de liberdade, sobretudo negativa[50]. Ou seja, reivindicava-se a liberdade de religião, de imprensa e de comércio, novos direitos civis e o direito e a garantia da propriedade privada, dentre outras maneiras de conceber a liberdade de escolha do indivíduo no interior de um raciocínio utilitarista.

Grandes centros econômicos, sociais e culturais do século XVIII, como França, Reino Unido, Áustria e Espanha, passavam ao menos sete séculos sob a administração de governos monárquicos absolutistas (DUMONT, 1985; MANENT, 1990). Conforme apontado por Manent (1990), no início do século XVIII, a população não mais se submetia a governos impostos pela Igreja Católica aos moldes da Idade Média, porém ainda era governada por monarcas que diziam conduzir o Estado sob inspiração divina, e, sob este argumento, outorgavam ordens independentes das vontades da população[51].

Segundo Vergara (1995), nesta época, mas não somente nela, instituições construídas e mantidas pelo Estado se apropriavam do dinheiro público em benefício da vida do rei e de sua corte, bem como trabalhavam em função do fortalecimento do próprio Estado monárquico. Enquanto a aristocracia e a nobreza gozavam de privilégios, não diferente da época atual, a população pagava impostos exuberantes, deparava-se com altas taxas para trabalhar, vivia em situações precárias e insalubres, passava fome e via cargos públicos sendo entregues a familiares e apadrinhados do rei. Frente a esta situação calamitosa e à revoltas da população,

[50] Segundo Matteucci (1998), a liberdade negativa é aquela cujo modelo consiste na ausência de obstáculos, por parte do Estado, na liberdade de expressão, de religião, de imprensa, e etc. de um cidadão. A liberdade positiva consiste naquela de caráter político, como liberdade de participação da coisa pública.

[51] A frase "*O Estado sou eu*", pronunciada pelo rei Luis XIV durante seu reinado, exemplifica a forma como os reis compreendiam o ato de governar durante o Absolutismo, como o próprio nome diz, sob o interesse e comando absoluto do rei e de sua corte.

sobretudo dos burgueses[52], uma nova forma de governo e economia era reivindicada, abrindo então espaço ao Liberalismo.

Dentro do pensamento político liberal, existiam basicamente duas doutrinas, as quais colaboraram para a construção do Liberalismo e, ao mesmo tempo, dividiram seus pensadores: Direito Natural[53] e Utilitarismo[54]. As discussões ocorridas entre ambas as doutrinas convergiam na descentralização de poder do Estado mas, no entanto, divergiam quanto à legitimidade da ação ou pensamento tidos em nome da liberdade defendida por ambas. No que diz respeito à economia, também surgiram ideias liberais para questionar e barrar parte das ações realizadas pelo Estado[55]. Os economistas Adam Smith e Anne Robert Jacques Turgot foram

---

52 Conforme apontado por Bravo (1998), a burguesia é uma classe social intermediária, situada entre a nobreza e aristocracia, que detém os meios de produção e que, por consequência, aos poucos foi acumulando riqueza e, por conseguinte, adquirindo poder.

53 O Direto Natural, como sugere o nome, baseava-se na ideia de um princípio de natureza para o homem, advogando a favor de uma nação ordenada, que se defendesse em torno de pelo menos três direitos básicos a seus cidadãos: direito à vida, à liberdade e à propriedade. Segundo esta doutrina, as intervenções do Estado deveriam ser avaliadas a cerca de este estar ou não proporcionando aos indivíduos o alcance de seus direitos básicos (VERGARA, 1995). Defendia-se a ideia de que nenhuma ação contra os direitos básicos poderia ser efetuada pelo Estado, e que este deveria ser, portanto, um representante destes interesses fundamentais. Pensadores, como o filósofo e matemático francês Nicolas Condorcet e o jurista e ex-presidente dos Estados Unidos Thomas Jefferson, foram grandes defensores do Liberalismo do Direito Natural (VERGARA, 1995). Este pensador, inclusive, ficou conhecido como um dos principais interventores da independência dos Estados Unidos, declarada em 1776, e entusiasta do Estado Democrático em seu país e na Europa. Ademais, influenciado pelo filósofo inglês John Locke no que dizia respeito a direitos inalienáveis e ao poder popular, Jefferson foi também um apoiador do enfraquecimento do Estado monárquico na Revolução Francesa, outro grande marco histórico para o Liberalismo (VICENTINO; DORIGO, 2001).

54 O Utilitarismo, sustentado por pensamentos do filósofo e historiador escocês David Hume e do filósofo britânico Jeremy Bentham, fundamentava seus ideais na condição de proporcionar felicidade aos indivíduos, independente de sua classe social (STRATHERN, 1997). Conforme destacado por Vergara (1995), para os utilitaristas, a felicidade era entendida como o desfrute de saúde física e de um mínimo de prosperidade material do indivíduo e da comunidade. Uma vez identificados os elementos potenciais para geração de felicidade, estes eram apontados como legítimos e os mesmos deveriam ser incentivados pelo Estado. Para estes pensadores, a liberdade só deveria ser privada por meio de intervenção do Estado caso a mesma provocasse a infelicidade deste mesmo indivíduo ou de demais membros da sociedade.

55 Dentro da ideia de economia liberal também haviam posicionamentos divergente entre o Direito Natural e o Utilitarismo. Segundo Vergara (1995), para pensadores adeptos aos ideais do Direito Natural, influenciados pelo jurista alemão Samuel Pufendorf, por exemplo, a escravidão era legítima caso o escravo, de alguma maneira, tivesse um contrato social com seu mestre: escravos de guerra eram vistos como legítimos, pois estes estariam sujeitos a serem escravos ou mestres, conforme o resultado final da guerra travada com o inimigo, e caberia ao vencedor o direito de decisão a respeito da morte ou vida do vencido. Entretanto, a escravidão poderia ser vista como ilegítima caso a mesma fosse imposta, sem direito a consentimento. Um exemplo de tal situação seria a condição de uma criança, cujos pais fossem escravos, e a ela fosse outorgada a escravidão desde seu nascimento. Neste caso, a criança não teria poder de decisão sobre sua condição na relação escravo-mestre e seu direito natural de ser livre e igual aos demais cidadãos

pensadores apontados como principais porta-vozes da economia liberal. Adam Smith, economista e filósofo escocês, adepto ao Utilitarismo, defendia a ideia de que quanto mais o indivíduo tomasse suas decisões econômicas sem intervenção do Estado, mais fortes e prósperas seriam as nações.

Deste modo, vivendo com iniciativas próprias, o indivíduo colaboraria com a auto-regulação do mercado e, por conseqüência, com a livre produção, o comércio e a competição aconteceriam sem interferência direta do Estado (O´ROURKE, 2008). Segundo Vergara (1995) e O`Rourke (2008), em “A riqueza das nações”, escrito em 1776, Adam Smith defende a ideia de que o Estado não deveria intervir em áreas nas quais houvesse lucro como motivação de transação, cabendo a este somente as atividades sem impacto econômico. Em acordo com Adam Smith, Anne Robert Jacques Turgot, filósofo francês, apoiava a ideia de comércio totalmente livre, mas reforçava a ideia da necessidade da permanência da intervenção do Estado em áreas como Educação, transporte e crédito bancário para colaborar com a liberdade do indivíduo (O´ROURKE, 2008).

Conforme Vergara (1995) e O´Rourke (2008), alguns economistas, a exemplo de Adam Smith, passaram a relacionar a liberdade e produção do cidadão à felicidade deste: quanto mais o indivíduo fosse livre, mais feliz seria e mais produziria. Esta produção, por sua vez, geraria uma nação com maior poder aquisitivo e a mesma poderia proporcionar ainda mais felicidade a seus cidadãos. Sob este argumento, no fim do século XIX, a abolição da escravidão foi almejada por todos os liberais, independente da doutrina seguida.

Segundo Vergara (1995), com o desenvolvimento do pensamento liberal e sua implantação no cotidiano dos principais centros econômicos mundiais, filósofos questionaram a doutrina utilitarista no que dizia respeito à possibilidade de medir a felicidade e, portanto, tê-la como referência para avaliar a intervenção do Estado e decidir a respeito dos direitos do indivíduo. Baseada em discussões sobre a temática, apresentou-se a proposta de substituir o “nível de felicidade” para o “nível

---

seria impedido, deslegitimando assim a escravidão ao ver do Naturalismo. Conforme aponta Vicentino e Dorigo (2001), para o movimento utilitarista, sob a procura pela felicidade do indivíduo, apoiava-se o fim de qualquer tipo de escravidão, pois este modo de contrato diminuiria o poder produtivo e aquisitivo do indivíduo. Apoiadores do mercado livre, os filósofos utilitaristas acreditavam que a libertação dos escravos supriria a exigência do mercado naquele momento: geração de novos consumidores. Tornando a que estes escravos em cidadãos livres, o comércio conquistava novos consumidores e incentivava o aumento do lucro da nação.

de consumo”. Como uma maneira indireta de manter como referência a felicidade, os utilitaristas, como Adam Smith, passaram a defender a ideia de que quanto maior o consumo da população, maior seria o crescimento econômico e, por fim, haveria o aumento da felicidade.

Somado ao propósito de aumento do nível de consumo defendido pelos utilitaristas, o direito à propriedade advogado pelo Direto Natural é também apontado como essencial ao fortalecimento do Liberalismo econômico. Uma vez defendida a ideia de direito à vida, o direito a atividades que colaborem para a manutenção da vida é reivindicado, dentre eles o direito à alimentação. Este direito permitiu ampliar a discussão a respeito do acesso do indivíduo à produção feita por ele mesmo, bem como o direito à propriedade destes bens produzidos. Uma vez adquirido este direito, por consequência, o indivíduo teria a liberdade de dar ou trocar este produto por outra mercadoria. Deste modo, a discussão sobre propriedade privada passou a ser mais difundida, generalizando-a a demais campos, como o comercial. De aí em diante, o direito à propriedade permitia, por raciocínio dedutivo, apoiar a ideia de venda do produto de posse (VERGARA, 1995).

Como podemos perceber, o desenvolvimento do pensamento liberal colaborou para a exaltação do individual, diminuiu as intervenções do Estado, ajudou a enfraquecer o mercantilismo e colaborou com a abertura de espaço ao mercado livre. Segundo Mascaro (2002), frente a este cenário, o Estado inaugura uma forma de se conduzir: ele consente a abertura ao mercado livre, apresentando-se apenas como mediador das transações comerciais e intervindo somente em questões sociais, como Educação e Saúde, visando apenas se tornar um garantidor terceiro dos contratos entre indivíduos no âmbito do direito privado.

Dumont (1985) e Harvey (2013) nos alertam que essa nova roupagem do Estado, o que podemos chamar de caráter contratualista, dentre outras consequências, culminou no enfraquecimento do coletivo e no fortalecimento do individualismo e, ao mesmo tempo, expande e fortalece o sistema econômico incentivado pelos liberais: o capitalismo. Capitalismo foi o nome dado pelo jurista e economista alemão Karl Marx, no final do século XIX, a este sistema econômico incentivado pelo Liberalismo. Este a partir de então passou a apresentar-se como sistema econômico hegemônico, cujos meios de produção respondiam às demandas e os preços dos produtos revelavam as ofertas no mercado de consumo (CATANI,

1984). Ao estudar tal sistema e notar sua origem dentro de relações de comércio, Marx denuncia que o Capitalismo torna todas as coisas passíveis de troca e relação comercial, reduzindo-as todas à mercadoria. Este sistema econômico trata inclusive o sujeito como mercadoria ao trocar sua força de trabalho por salário.

Deste modo, ideia com a qual concordamos, o Estado liberal, devido a seu caráter de mediador contratual em transações comerciais, exerce fundamentalmente a função, tal como indicado por Mascaro (2013), de garantidor da reprodução do sistema econômico capitalista e, por consequência, explorador (pelo menos) indireto do trabalhador. Críticos da cooptação capitalista do Estado, como Mascaro (2013) acima citado, destacam que o Estado, tentando se tornar apenas um mediador das relações de troca, na verdade passa a ser reprodutor de certos conteúdos particulares, e daí construtor de uma forma específica de subjetividade. Nas palavras de Mascaro (2013, p. 19, *grifo nosso), o Estado:

> não é apenas um aparato de repressão, mas sim de *constituição social**. A existência de um nível político apartado dos agentes econômicos individuais dá a possibilidade de influir na constituição de subjetividades e lhes atribuir garantias jurídicas e políticas que corroboram para a própria reprodução da circulação mercantil e produtiva.

No trecho acima, Mascaro nos pontua a dimensão do alcance do Estado na vida de seu cidadão, ultrapassando aquele caráter de mediador politicamente neutro de puras relações comerciais. O Estado liberal pode ser compreendido então enquanto aquele que também opera na constituição do indivíduo. Ou, atravessado por uma leitura lacaniana, podemos dizer que este Estado pode ser entendido como uma forma de encarnação macro do grande Outro do sujeito. Frente ao poder constitutivo do Estado, neste caso um Estado liberal, o Outro se apresenta como sendo o grande reprodutor do ideal capitalista "*da circulação mercantil e produtiva*". Ou seja, como aquele que reforça à inserção, à permanência e à própria reprodução da filosofia e da economia capitalistas por parte dos sujeitos.

Neste momento cabe assinalar o quanto as modificações ocorridas nas estruturas do Estado proporcionaram o grande desenvolvimento tecnológico das nações e, por consequência, a ascensão econômica destas. Fábricas e indústrias foram criadas e os instrumentos manuais dos artesões, assim como os escravos, foram substituídos pelas máquinas e pelos trabalhadores assalariados para a produção de bens. Segundo Vicentino e Dorigo (2001), o enfoque econômico da

filosofia liberal e este crescimento tecnológico imprimiram desde aquela época outro ritmo de vida aos indivíduos. Ao retomar o que foi escrito pelo neurologista alemão Wilhelm Heinrich Erb, em 1893, citado por Freud (1996i [1908], p. 170-171) em "Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna", podemos notar algumas expressões da filosofia liberal no cotidiano da população da época, sobretudo no que diz respeito ao ritmo de vida:

> O problema está em determinar se as causas da doença nervosa que lhes foram expostas estão presentes na vida moderna num grau suficientemente elevado para explicar o incremento dessa doença. A questão será respondida afirmativamente, sem hesitações, se fizermos um rápido exame da nossa vida moderna e de seus aspectos particulares. (...) As extraordinárias realizações dos tempos modernos, as descobertas e as invenções em todos os setores e a manutenção do progresso, apesar da crescente competição, só foram alcançados e só podem ser conservados por meio de um grande esforço mental. Cresceram as exigências impostas à eficiência do indivíduo, e só reunindo todos os seus poderes mentais ele pode atendê-las. Simultaneamente, em todas as classes aumentaram as necessidades individuais e a ânsia de prazeres materiais; (...) O incremento das comunicações resultante da rede telegráfica e telefônica que envolve o mundo alteraram completamente as condições do comércio. Tudo é pressa e agitação. A noite é aproveitada para viajar, o dia para os negócios, e até mesmo as 'viagens de recreio' colocam em tensão o sistema nervoso. As crises políticas, industriais e financeiras atingem círculos muito mais amplos do que anteriormente, (...) exigindo violentos esforços da mente e roubando tempo à recreação, ao sono e ao prazer. A vida urbana torna-se cada vez mais sofisticada e intranquila. Os nervos exaustos buscam refúgios em maiores estímulos e prazeres intensos, caindo em ainda maior exaustão.

O relato de Erb nos revela como estava a situação da população no interior da forma mercantil difundida pela ideologia liberal no início do desenvolvimento do sistema capitalista de produção. Podemos perceber que as circunstâncias destacadas pelo neurologista alemão demarcam que em fins do século XIX já se construíam cenários propícios para o adoecimento, a exaustão e a agitação na vida dos sujeitos. A respeito deste trecho do relato de Erb, entretanto, Freud (1996i [1908]) não vai tratar exatamente do crescimento das "*doenças nervosas*" e nem dos demais reflexos da vida agitada proporcionada pelo contexto liberal. Para a Psicanálise aqui proposta por Freud, o apego ou consentimento do sujeito a esta agitação é o que é posto em questão. Deste modo, como apontado por Catherine Millot (1990), Freud defende a ideia de que o mal-estar do sujeito é proeminente de uma escolha anterior: a adesão da humanidade ao capitalismo, que proporciona este estilo de vida de constante agitação. Destacamos nossa compreensão de que a ideia de Freud não o coloca ao lado dos defensores do governo absolutista, nem ao

lado dos nostálgicos de uma suposta era de ouro pré-capitalista, do mesmo modo que não podemos apontá-lo como alguém que nega a existência das consequências nocivas do capitalismo. O que Freud nos apresenta como discussão é um questionamento da motivação da adesão a este modo nocivo de “conservação” da vida.

Consideramos importante destacar que as questões apontadas anteriormente neste capítulo, tais como, o Estado enquanto um agente constituidor do sujeito e o questionamento agora apresentado por Freud acerca da adesão do sujeito a um sistema nocivo a sua vida, serão retomadas por nós no segundo subcapítulo desta seção. Mais especificamente, retomaremos ulteriormente a análise do lugar e papel do grande Outro na reprodução e aprimoramento das formas mercantis de exploração do sujeito no contexto do trabalho na atualidade.

Dando continuidade à discussão sobre a manutenção da doutrina liberal, a época de escrita de Erb equivale, inclusive, ao momento de transformações do próprio pensamento liberal. Entre os anos 1835 e 1870, começam a aparecer pensadores que apresentam ideias complementares às do Liberalismo Clássico. O economista e jornalista francês Frédéric Bastiat e o filósofo inglês Herbert Spencer influenciaram diretamente estas mudanças que resultaram em uma nova roupagem à filosofia liberal nos séculos XX e XXI. Estes e outros pensadores advogavam a favor da intervenção mínima do Estado: interferência do Estado somente em situações de segurança, reduzindo massivamente as ações da previdência social deste à população (VERGARA, 1995).

Pai do “Darwinismo Social”, Spencer ([s. d.]) adapta a Teoria da Evolução do naturalista britânico Charles Darwin ao meio social-econômico, defendendo a ideia da “sobrevivência do mais apto”. Spencer entendia que o Estado não deveria ajudar a qualquer sujeito que fosse, pois as intervenções resultariam na falta de motivação dos indivíduos em agir e que, por sua vez, deixariam a este em estado de degeneração – com indivíduos neste estado, Spencer defende a ideia de que as sociedades sucumbiriam, uma vez que estes parariam de produzir. Em contrapartida, frente à competição, Spencer defendia então que esta não intervenção do Estado faria com que o indivíduo recebesse naturalmente os benefícios proporcionais a seus méritos. Desta maneira, pensadores como Spencer defendiam a ideia de que os indivíduos estariam motivados e fortalecidos e, consequentemente,

surgiriam sociedades mais fortes, mais adaptadas às competições e mais prósperas financeiramente.

Para esta complementação da postura liberal, o ponto de referência deixa de ser a felicidade ou a conquista dos direitos naturais, como no Liberalismo Clássico. O foco é a maior liberdade possível ao mercado em prol do que deveria render o melhor regime tributário possível. Nesta perspectiva, a liberdade é defendida como seu bem último, acima de qualquer outra ideia[56]. No final de 1970 e começo da década de 1980, a defesa pela implantação do Estado Mínimo ganhou maior número de adeptos e resultou no Neoliberalismo[57]. Liderados principalmente pelo economista austríaco Friedrich von Hayek e pelo economista e estatístico estadunidense Milton Friedman, o movimento neoliberal cria uma nova roupagem à economia capitalista. Desta vez, justificava-se a adesão ao novo ideal liberal como a melhor saída para enfrentar a situação de endividamento dos Estados. As justificativas que apresentavam como causa da falência dos Estados liberais era o lento crescimento econômico e o alto gasto financeiro destes com intervenções sociais junto à população. Para enfrentar tal crise, sob a perspectiva dos neoliberais, o Estado deveria ausentar-se das relações comerciais, desta forma, o mercado se auto-regularia e geraria suas próprias regras – a produção deveria depender não mais das necessidades da população, mas sim do mercado (HARVEY, 2013; VERGARA, 1995).

Segundo Harvey (2013), o Estado liberal, em sua velha ou nova roupagem, em teoria, garantiria a liberdade de seus sujeitos a partir da defesa de direitos individuais e do livre comércio. Para tanto, o Estado forneceria ao indivíduo formas de garantir o direito à propriedade privada e maneiras de alcançar a liberdade de ação, de expressão e de escolha, através da privatização de instituições públicas e abertura maior do mercado livre. No entanto, segundo o autor, o Estado liberal defendido nunca ocorreu em sua forma pura. O Estado, em sua prática, caso esteja

[56] Harvey (2013) ressalta que nesta mesma época surgiram movimentos intervencionistas ou sócio-democratas com o intuito de fazer contrapartida à ideia de mercado livre a qualquer custo. Os movimentos intervencionistas de trabalhadores defendiam direito ao emprego e, por conseqüência, direito à remuneração decente e ambientes salubres de trabalho. Estes ideais também foram bases para reivindicações trabalhistas nos séculos XX e XXI, a exemplo das lutas por redução da jornada de trabalho.

[57] Neoliberalismo, termo cunhado pelo sociólogo e economista alemão Alexander Rüstow, em 1938, no Colóquio Walter Lippman, em Paris. O ideal de Estado Mínimo também é referido como Ultraliberalismo (VERGARA, 1995)

frente à necessidade de decidir entre a liberdade individual e o crescimento econômico da nação, optará por investir na economia. Nas palavras do autor (p. 81): "*em caso de conflito, os Estados neoliberais tipicamente favorecem a integridade do sistema financeiro e a solvência das instituições financeiras e não o bem-estar da população ou a qualidade ambiental*". E complementa (p. 85): "*o Estado neoliberal é necessariamente hostil a toda forma de solidariedade social que imponha restrição à acumulação de capital*". Deste modo, podemos dizer que, favoravelmente à intervenção que seja benéfico às transações econômicas, a economia neoliberal preza por privatizações das empresas estatais, maior livre-comércio, desregulamentação do mercado e redução massiva dos gastos por parte do governo, deixando-os sob a responsabilidade do setor privado.

Podemos perceber que agora o próprio Estado não é mais visto como pertencente a um deus, nem mesmo poderia ser guiado por alguém escolhido por um deus. Desta vez, haveria incompatibilidade para alguém como Luis XIV dizer "O Estado Sou Eu". No entanto, frente às discussões liberais, obedece-se ao Deus Mercado e abre-se espaço para este afirmar "O Estado É Meu. E, o indivíduo também é meu". Deste modo, vimos que o indivíduo do século XVII poderia até ser apontado como emancipado das formas clássicas de dominação, no entanto, isso não quer dizer que a dominação tenha findado. É a partir de então, que aquele sujeito livre, aquele cidadão já não mais escravo, passa a se atrelar às novas formas de prisão.

Através dos autores citados nos parágrafos acima, a exemplo de Havey (2013) e Faria (2009), podemos notar o poder de influência de decisão dado pelo Estado liberal ao Mercado, bem como perceber a existência de fusão entre o Estado e o Mercado no sistema capitalista. Como ironiza Faria (2009, p. 25): "*O mercado é a entidade divina em que todos os problemas, todos os desequilíbrios e todas as crises se resolverão graças ao processo naturalizado de seleção competitiva*". Deste modo, como comentado anteriormente, o Estado não se apresenta somente como mediador de relações comerciais, ele se destaca sobretudo como um grande incentivador e alimentador do Mercado. Novamente nas palavras de Faria (2009, p. 35-36), "*o Estado não tem a função apenas reguladora ou a iniciativa de movimentar a economia a partir de investimentos públicos, mas adota a postura de parceiro preferencial no financiamento direto do setor produtivo*". O autor, inclusive, nos faz

uma provocação ao propor que sob esta nova característica, esta parceria escancarada entre Estado-Mercado, o sistema passe a se chamar "*Capitalismo Totalmente Flexível*" (p 38), o qual ora investe "*na parceira direta na capitalização dos empreendimentos produtivos*" ora "*na concessão à economia de mercado ou a uma combinação de ambas*" para alimentar o Mercado (idem). De modo geral, as propostas dos liberais de aposta na igualdade e na relação comercial como fundamentos para sua política foram somente maneiras encontradas pelos pensadores liberais para assegurar a ordem e, deste modo, possibilitar a manutenção da economia liberal.

Ao incentivar a liberdade de mercado, apresentar-se como financiador do mercado. Ademais, ao reduzir ao máximo sua intervenção em ações sociais em nome da integridade financeira, o Estado liberal colaborou também para o enfraquecimento dos movimentos sociais. Uma das demonstrações de repreensão do coletivo foi o fato de se considerar ilegal o direito à greve aos trabalhadores e restringir a ação de entidades sindicais (BEYNON, 1995; HARVEY, 2013). Nas palavras de Harvey (2013, p. 79-80), podemos perceber que:

> Surge uma contradição entre um individualismo possessivo sedutor mas alienante e o desejo de uma vida coletiva dotada de sentido. Embora se suponha que os indivíduos sejam livres para escolher, não se supõe que eles escolham construir instituições coletivas fortes (como sindicatos) em vez de associações voluntárias fracas (como instituições de caridade). Os indivíduos com toda certeza não deveriam escolher associar-se para criar partidos políticos voltados para forçar o Estado a intervir no mercado ou eliminá-lo (...). Diante de movimentos sociais que buscam intervenções coletivas, o Estado neoliberal é forçado, por conseguinte, a intervir, por vezes repressivamente, negando assim as próprias liberdades de que se supõe ser o garante. Nessa situação, todavia, ele pode recorrer a uma arma secreta: a competição internacional e globalização podem ser usadas para disciplinar movimentos opostos ao programa neoliberal em Estados individuais. Se não der certo, o Estado em questão terá de recorrer à persuasão, à propaganda ou, se necessário, à força bruta e ao poder de polícia para suprimir a oposição ao neoliberalismo.

As manifestações sociais e coletivas foram repreendidas e o poder de reivindicação coletiva esvaecido. Temos como exemplo os movimentos grevistas de trabalhadores que frente às crises, nos anos 1970 e 1980, tinham força e poder de reivindicação, no entanto, nas décadas de 1990 e 2000 fizeram-se cada vez menos presentes (HARVEY, 2013; CARDOSO, 2003). Como já criticado por Harvey (2013), podemos notar que a liberdade defendida, em teoria, pelos liberais é repreendida por estes mesmos quando a reivindicação da população vai no sentido contrário do

crescimento econômico. Dito de outra forma, ao defender a intervenção do Estado em áreas como Saúde e Educação, a população tem sua liberdade de expressão infringida.

Somado aos impeditivos legais, outros fatores que foram preponderantes para o enfraquecimento dos movimentos de trabalhadores também foram: falência de muitas indústrias cujos trabalhadores tinham histórico de movimento social e intervenção militante; reestruturação do mercado de trabalho; enfraquecimento do Estado de Bem-Estar Social, dando lugar aos interesses do mercado; inclusão dos trabalhadores em processo decisórios e de gestão do trabalho; oferecimento de vagas de emprego para trabalhadores não sindicalizados; e demissão dos trabalhadores que eram associados a sindicatos (BEYNON, 1995; CARDOSO, 2003; FARIA, 2009; HARVEY, 2013).

A nova forma de intervenção do Estado novamente modificou o mercado e também o modo de vida da população. Como apontado por Harvey (2013), além de enfraquecer o movimento social ao retirar o Estado das ações sociais, o liberalismo estimulou a responsabilidade individual. Nesta conjuntura, prega-se, por exemplo, que o fracasso ou o sucesso do indivíduo são de responsabilidade única e exclusiva do próprio sujeito, uma vez que as oportunidades seriam oferecidas igualmente a todos, como se situações externas não estivessem no contexto e nem influenciassem o que lhe ocorre. Nas palavras de Elias (1991, *apud* CASTEL, 2010, p. 27), podemos notar esta ênfase:

> (…) la capacidad de conducirse como un actor social responsable es cada vez más requerida y cada vez más valorizada. Esta afirmación de la autosuficiencia del individuo puede llegar hasta la postura solipisite de individuos tan provistos de recursos y de bienes que se encierran en sí mismos en la cultura de su subjetividad, hasta olvidar que viven en sociedad. Podrían entonces hablarse de “individuos por exceso”.

Uma sociedade com “indivíduos por excesso”, nada mais poderia resultar do que em competitividade e em ações individualistas, deixando de lado a cooperação e as ações coletivas. Seguindo por esta mesma linha, ainda no final da década de 1970, Sennett (1999) prevê que a onda liberal esvaziaria a vida pública ao se hipervalorizar a intimidade e a privacidade do indivíduo.

2.2 TAYLORISMO, FORDISMO E TOYOTISMO, A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO LIBERALISMO: RELAÇÕES DO SUJEITO COM O TRABALHO

2.2.1 Taylorismo: controle dos corpos e das mentes dos trabalhadores

O primeiro modelo de produção capitalista organizado, chamado Taylorismo, é antecedido por um período de mecanização precária da Primeira Revolução Industrial (1760-1860). Criado no fim do século XIX e começo do XX, segundo Heloani (2007), o modelo taylorista de produção sintetiza uma forma de responder à crescente demanda de produção com maior velocidade, para o mais rápido possível disponibilizar os produtos no mercado de consumo. Proposto pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor, o Taylorismo deu início à "Organização Científica do Trabalho" (OCT) – quando áreas de conhecimento como Matemática, Física, Engenharias e Estatística são introduzidas no cotidiano das fábricas para pensar e gerir a organização e execução do trabalho (FARIA 2011b).

Como destacado por Faria (2009), expandido por diversos países de economia capitalista, em plena ascensão do Liberalismo, o Taylorismo passou a proporcionar algo almejado pelo mercado de trabalho: o controle dos trabalhadores, para render maior produtividade. Em suas diversas formas, o controle se expressou desde a divisão do trabalho e a seleção do perfil dos trabalhadores a serem empregados (idem), até o abono salarial a ser oferecido aos mesmos quando estes executassem suas atividades com maior rapidez e/ou criassem novas formas de trabalho (HELOANI, 2007). Conforme sinalizado por Faria (2011b, p. 24), "*a denominação Ciência também pode ser utilizada como um escudo protetor para legitimar o poder e o controle do capital*", ou seja, as formas de atuar das fábricas que aderiram ao modelo Taylorista eram validadas sob a justificativa de fazê-los a partir da suposta neutralidade da Ciência.

Como apontado anteriormente, a nova conformação das atividades laborais incluiu a divisão da execução do mesmo: os trabalhadores eram separados entre aqueles que pensavam a forma de realizar e aqueles que executavam as atividades planejadas pelos primeiros. Ademais, ao dividir os trabalhadores entre corpo e mente, com o passar dos anos e sob influência dos estudos científicos, os trabalhadores-corpos tinham padronizados e controlados seus movimentos e tempos de execução dos mesmos – tendo como referência o operário-padrão perfeito e as

condições ótimas de trabalho. Deste modo, o trabalhador era visto como necessário somente na figura de "*instrumento eficiente de serventia especializada*" (FARIA, 2011b, p. 35), que executava as atividades geridas, pensadas e adaptadas a um trabalhador irreal. Assim, podemos notar o início da escassez das expressões legítimas de liberdade no trabalho, liberdade esta tão supostamente almejada pela doutrina liberal. Ademais, notamos também que autenticado, legítimo e autorizado pela Ciência, o Taylorismo iniciou a tentativa de segregação dos trabalhadores e tentou eliminar a humanidade do trabalho, a diferença dos trabalhadores.

Ainda no que diz respeito ao envolvimento dos trabalhadores, cabe destacar que no decorrer do desenvolvimento do modo de produção taylorista há uma diminuição do número de trabalhadores nas fábricas. Neste momento, os homens adultos estavam sendo mandados à Primeira Guerra Mundial e ao mercado de trabalho restavam crianças, mulheres e homens muito jovens ou velhos, que precisavam receber formação para se capacitar às atividades laborais. Esta situação, fez com que os empregadores oferecessem formação aos indivíduos disponíveis, porém não aptos ao trabalho. Segundo Faria (2011b), sob o discurso de cuidado com o trabalhador, o oferecimento de formação tinha intenção de modelar e adaptá-lo, para que este, em seguida, tivesse seus conhecimentos e corpos apossados para o aumento do lucro das empresas. Ou seja, é possível apontar que o oferecimento tanto da formação quanto das bonificações aos trabalhadores foi utilizado como elemento para a docilização e adesão destes ao sistema que se instaurava.

No decorrer dos anos de desenvolvimento do Taylorismo, o modelo logrou absorver os trabalhadores disponíveis no mercado, a produção aumentou e a economia se recuperou. No entanto, com o fim da Guerra Mundial e o retorno dos homens a seus países, obteve-se o excesso de trabalhadores à disposição. Neste momento, inaugura-se o discurso da "seleção científica": homem certo, no lugar certo. Destacamos também que o trabalhador apontado como ideal para este modelo de produção deveria ser fisicamente forte, desprovido de inteligência, obediente às ordens e dependente do emprego (FARIA, 2011b).

Para finalizar, cabe sinalizar que, além do mais, no decorrer das mesmas décadas, o trabalho aos moldes tayloristas estava afastando muitos trabalhadores devido à falta de espaço de criação e de expressão da subjetividade, causando-lhes

monotonia e fadiga (FARIA, 2011b). Novas exigências são feitas, novas seleções realizadas e um novo cenário de produção e compra de produtos se instaura. Após a fragmentação do trabalho iniciada por Taylor, a organização do trabalho clama por mais modificações. Neste momento seguinte a produção capitalista passa a ganhar maior destaque ao incluir a esteira no processo de produção.

2.2.2 Fordismo: a esteira de produção em massa, a esteira de produção de subjetividade

Na década de 1920, os Estados Unidos da América apresentavam-se como uma potência econômica e política no cenário mundial. É nesse contexto de impulsão ao crescimento econômico constante e desenfreado que se insere o Fordismo, criado pelo administrador estadunidense Henry Ford (1863-1947). Sob gerência apontada como rígida, Ford introduz a tecnologia no processo de produção: inclui uma plataforma mecânica que disponibiliza aos trabalhadores peças e materiais necessários à montagem dos produtos fabricados. Esta plataforma, mais conhecida como “esteira de montagem” ou “esteira de produção”, é acrescida no complexo da OCT como um instrumento que diminuiria mais ainda o tempo de produção e, principalmente, colaboraria com a produção em massa, que, por conseqüência, resultariam no aumento do acúmulo de capital (FARIA, 2011b; HELOANI, 2007).

Segundo Faria (2011b), Heloani (2007) e Beynon (1995), no entanto, não foi somente o tempo que fora reduzido no processo de produção. O trabalhador parado, à sua frente, via peças e materiais deslocando-se até ele e a outros trabalhadores; via também diminuição do desperdício de tempo de deslocamento dentro da fábrica. O trabalhador parado, à sua frente, via a esteira de produção em ritmo de rolagem imposto pelas gerências que respondiam às exigências do mercado de consumo e de lucro do empregador; via também seu tempo de descanso sendo diminuído. O trabalhador parado, a sua direita e a sua esquerda, via outros trabalhadores de nacionalidades diferentes e línguas maternas distintas, ou, via a seu lado trabalhadores de mesma nacionalidade que a sua, porém, em ambos os casos, este trabalhador também não podia falar, pois era proibida a conversa enquanto estivesse nas dependências da fábrica; via também redução de suas possibilidades de laços sociais devido à dificuldade e proibição de comunicação. O trabalhador parado,

dentro de si mesmo, via-se parado física e mentalmente, economizava-se frente ao trabalho monótono e repetitivo; via também diminuição das possibilidades de manifestar sua subjetividade no trabalho. Enquanto a esteira controlava o ritmo de trabalho e ocorria a fragmentação deste, a administração controlava também os trabalhadores, as subjetividades e as relações dentro da empresa.

Para exemplificar algumas das questões que apontamos acima e para destacar o que Beynon (1995) apontou como produção de “homem em massa” no Fordismo, apresentamos a fala de três trabalhadores. A primeira publicada em 1972 no jornal The Times e as duas seguintes comentadas por trabalhadores em entrevista à Beynon:

> No fim da primeira quinzena, a absoluta monotonia do trabalho estava me transformando em um zumbi. Parei de ler livros, e me escarrapachava na frente da televisão à noite sem escolher os programas (The Times, 1972, *apud* BEYNON, 1995, p. 32);
>
> Um mecânico muito inteligente nesse departamento inventou um tipo todo próprio de "linguagem da Ford": aprendeu a falar como ventríloquo, Depois de passar dez anos trabalhando na Ford, esse homem transformou-se em objeto de ridículo para a esposa e os amigos, pois o hábito de falar pelo lado da boca sem mover os lábios acabou por tornar-se ingovernável; ele passou a falar dessa maneira inconscientemente, em casa ou em conversas informais com pessoas fora do ambiente de trabalho. (1995, p. 54);
>
> Quando estou aqui, minha mente fica vazia (1995, p. 152).

Para além de ilustrar o manejo dos trabalhadores frente às dificuldades de expressão da sua subjetividade e da comunicação dentro das fábricas, estas falas exemplificam a interferência do modo de gestão nos demais âmbitos da vida dos trabalhadores. Essas situações de interferência também são destacadas pela literatura no que diz respeito ao controle dos trabalhadores e de suas relações fora dos muros das fábricas (FARIA, 2011b; HELOANI, 2007; BEYNON, 1995). Um dos exemplos de tais situações é o fato de Ford haver contratado inspetores domiciliares para fiscalizar como transcorria a vida pessoal de seus trabalhadores, quais eram as atividades que estes faziam e quais eram as relações estabelecidas pelos mesmos fora do ambiente de trabalho. As especulações realizadas pelos agentes sociais fordistas serviam, por exemplo, para a administração das fábricas saber se o trabalhador estava se reunindo com outros trabalhadores para confabular contra a empresa; e, do mesmo modo, serviam para incentivar que estes tivessem vida amorosa e sexual estável, pois assim estes dependeriam financeiramente do

emprego e, ademais, não haveria necessidade de ocuparem seus pensamentos com relações tumultuadas durante o período de trabalho. Seguindo a mesma lógica de controle, os trabalhadores que fumavam e bebiam eram mal vistos pelos administradores e incentivados a deixar estes hábitos, pois a gestão da fábrica acreditava que o consumo de bebida poderia inviabilizar a ida ao trabalho, enquanto o fumo seria um gasto desnecessário.

Vale salientar também que, conforme apresentado por Beynon (1995), além de presenciar reduções e restrições em seu cotidiano, os trabalhadores também vivenciaram aumentos: superação de recordes de lucro das fábricas; elevação do número de horas extras; alta rotatividade de trabalhadores; aumento do número de acidentes e óbitos dentro das fábricas; crescimento do desânimo devido aos baixos salários; acréscimo do número de demissões injustas (a exemplo das ocorridas porque os trabalhadores falavam ou sorriam durante a jornada de trabalho, ou mesmo por haverem se sindicalizado), elevação do número de direitos trabalhistas desrespeitados; aceleração da velocidade da esteira de produção; crescimento do cansaço e da monotonia no chão de fábrica frente ao trabalho repetitivo; e elevação da indignação. Mediante o acúmulo desses aumentos e daquelas reduções, somados à recusa de negociação por parte de Henry Ford, os trabalhadores aderiram às greves e paralisações como únicas formas de reivindicar melhorias salariais e nas condições de trabalho e de vida.

No que diz respeito às reivindicações de divisão de lucros e aumento salarial, seguindo o modo rígido de administrar negócios e gerir pessoas, Ford

> não admite a existência de salário indispensável à vida, equivalente à manutenção das condições materiais de existência do trabalhador, pois nenhum salário pode ser alto o bastante para que um indivíduo possa viver dele. O salário deve ser, em sua concepção, correspondente ao trabalho realizado nas condições de produção dadas pela indústria (FARIA, 2011b, p. 41).

Baseado neste tipo de pensamento, em um primeiro momento, Ford não abria negociação com os trabalhadores. Sobre as demais reivindicações, Ford dizia que os trabalhadores deveriam sair de sua fábrica, caso os mesmos não estivessem contentes com as condições de trabalho oferecidas (BEYNON, 1995). Frente a esse cenário, movimentos de trabalhadores foram ganhando espaço e manifestando as revoltas destes. Somada a isso, o contexto econômico mundial colaborou para que

Ford repensasse seu modo de responder às reivindicações dos trabalhadores.

No final da década de 1920, mais especificamente em 1929, ocorre uma grande crise econômica a nível mundial, que afeta a todos os países. Conhecida como a Grande Depressão, a crise inviabilizou a compra de diversos produtos, inclusive dos carros fabricados pela Ford. Frente à drástica diminuição das vendas, Ford elabora novas estratégias para continuar lucrando e acalmar os trabalhadores, dentre estas: aumentar o salário dos trabalhadores, sob a perspectiva de transformá-los em consumidores, sobretudo consumidores dos produtos de suas fábricas (HELOANI, 2007; FARIA, 2011b). Ou seja, além de manter sob controle os trabalhadores por alguns meses a mais, a fábrica também pode lucrar com a venda de seus produtos (carros, alimentos, combustível, roupas, utensílios domésticos, calçados, serviços hospitalares e medicamentos). Ford acreditava que, dessa maneira, o trabalhador seria mais cooptado ainda a colaborar com a marca Ford.

Durante a década de 1930, em conjunto com as estratégias fordistas, o trabalhador recebeu suporte do Estado para colaborar na sobrevivência e na continuidade de consumo da população. Segundo Heloani (2009), esse suporte, mais conhecido como Estado de Bem-Estar Social[58], foi efetivado com o

[58] Entre o início e a metade do século XX, a intervenção do Estado era voltada à recuperação social e econômica da população – para tanto, acontecia intervenção em âmbitos, a exemplo da Educação, Saúde, Segurança e Seguridade Social. Conhecida como Estado de Bem-Estar Social, esta intervenção passou a ocorrer a partir de 1933, após uma grande crise mundial, cujo marco inicial foi a Quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929. A crise, iniciada em 1929, perdurou toda década de 1930 e terminou no início da II Guerra Mundial (1939-1945). No final da década 1920, os países se encontravam em recessão econômica, iniciada quando se obteve números elevados de produção de mercadorias sem a venda da mesma. Também referida como "Crise da Superprodução" ou "Grande Depressão". A crise resultou em altas taxas de desemprego, baixa nos valores dos produtos, falência de diversas empresas e redução de salários dos trabalhadores que ainda mantinham seus empregos (HARVEY, 2013). Frente à Grande Depressão, pensadores, como o sociólogo e economista socialista sueco Gunnar Myrdal, apoiaram a intervenção do Estado para diminuir o nível de pobreza instalado mundialmente, corrigir prejuízos financeiros e promover a igualdade de oportunidades entre a população para aumentar o poder aquisitivo da mesma. Encarado como investimento, para então reascender as movimentações do mercado, o Estado de Bem-Estar Social foi instalado, sobretudo, em países europeus e nos Estados Unidos da América. Nestas condições, conforme aponta Harvey (2013), o Estado voltou a intervir através de medidas que regulavam a vida social, a Política, a Educação, a Saúde e a Economia dos países. Deste modo, o Estado se propôs novamente a promover ações sociais e reorganizar a Economia, visando a possibilidade de, deste modo, aumentar o poder aquisitivo da população e assim verter mais recurso financeiro e lucro às instituições privadas. Como destacado por Harvey (2013), as intervenções realizadas pelo Estado de Bem-Estar Social contribuíram para o crescimento econômico nas décadas de 1950 e 1960. No entanto, no final dos anos 1960 e começo de 1970, os países voltaram à estagnação econômica, que veio acompanhada de altas taxas de desemprego, de elevada inflação e de congelamentos salariais. Também conhecidas como "Crise Fiscal do Estado" ou "Déficit Fiscal do Estado" (CHAUI, 2004), a recessão financeira nos países de economia capitalista exigiu novamente modificações para que o

oferecimento de serviços básicos à população, como educação, assistência médica, melhorias urbanas, seguro-desemprego, entre outros benefícios. Isso permitiu à população direcionar seu dinheiro à compra de demais serviços e produtos oferecidos no mercado por indústrias privadas. Ou seja, a ação do Estado serviu para "*assegurar a continuidade do poder de consumo do trabalhador*" (p. 68), tal qual a ação de Ford.

Dado este cenário, podemos pensar no que Faria (2011b) sinaliza sobre o controle que Ford exercia sobre seus trabalhadores, o que ocorria nas mais variadas formas. Esse pesquisador classificou os controles em dez modalidades, a saber: controle físico (o trabalhador deveria vestir-se de maneira apontada pelos gestores como adequada, pois vestimentas inapropriadas poderiam causar acidentes e, por conseqüência, interromper a produção); controle do comportamento (o trabalhador deveria apresentar "comportamento padrão", que colaborasse com o aumento de produção; para tanto escolas fordistas foram disponibilizadas aos trabalhadores e seus filhos); controle ideológico (também sob a ajuda das escolas fordistas, o trabalhador deveria ter concepções padrões a respeito da empresa); controle simbólico (o trabalhador deveria estudar nas escolas fordistas, adquirir novos conhecimentos e deixar de lado aqueles obtidos em outros espaços de estudo e trabalho); controle físico subjetivo (conforme se aumentava o salário do trabalhador, aumentava-se também o controle sob a vida dele, para saber se este era "digno" de sua nova conquista); controle político e econômico (Ford, a cada oportunidade que teve, tentou depender menos dos fornecedores de obra-prima e dos trabalhadores, para tanto tentava exigir qualidade das matérias-primas e pontualidade na entrega das mesmas e desqualificar e desarticular os sindicatos dos trabalhadores); controle por resultados ou finalístico (a administração da fábrica classificava as atividades laborais para avaliar como e quanto de tempo e esforço humano era necessário para realizá-la e obter mais lucro); controle por vínculo (a finalidade da inserção do

lucro continuasse sendo o resultado final das operações financeiras. Segundo Harvey (2013), a posse dos governos dos EUA e Grã-Bretanha pelos presidentes Ronald Reagan e Margaret Thatcher, em 1980 e 1979, respectivamente, somada à abertura ao mercado internacional pela China, em 1978, realizaram grandes modificações na economia mundial. Apresentada como melhor medida para conter a crise, como comentado no primeiro subcapítulo desta seção, o liberalismo ganha nova roupagem e dá continuidade ao fortalecimento do Capitalismo. Além da adesão de países desenvolvidos, órgãos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) impulsionaram o pensamento liberal ao apontar aos países de economia emergente que doutrina serviria para acelerar a economia e tirar os países da recessão econômica rapidamente.

trabalhador na fábrica deve ser o de produzir, portanto não se deve permitir que outros tipos de vínculos sejam criados); controle normativo (as normas e os métodos de trabalho planejados pela gestão devem ser seguidos pelo trabalhador, e este receberá em troca salário condizente com seu esforço em seguir métodos e normas); e, por fim, controle por sedução monopolista (ao adquirir melhores condições financeiras, o trabalhador deveria se limitar a comprar produtos Ford).

Destacamos que a inclusão da esteira de produção e a inserção do controle dentro e fora das fábricas não se restringiram às fábricas da Ford. Conforme se notava a funcionalidade do controle sobre os trabalhadores e no aumento do lucro através de novas implantações, outras indústrias aderiram ao modo de funcionamento Ford, ficando assim este movimento conhecido como Fordismo.

No Fordismo, semelhante ao Taylorismo, acreditava-se que deveriam existir trabalhadores que obedeciam e executavam as atividades laborais e aqueles que conduziam a esses. A condução deveria acontecer porque se entendia que esses primeiros não eram mentalmente capazes de executar um trabalho e, por consequência, se sustentar. Por esse motivo, esses trabalhadores, comumente de porte físico forte, deveriam participar de atividades laborais cujo aprendizado fosse realizado em menos tempo possível (FARIA, 2011b; BEYNON, 1995). Dentro dessa lógica, os trabalhadores ideais na Era Ford eram aqueles disciplinados, conhecedores de uma única função e dependentes financeira e emocionalmente do trabalho e suscetíveis à doutrinação e ao padrão de conduta dentro e fora das fábricas. Inaugura-se assim o uso de estratégia de manipulação social e econômica – não só estratégia organizacional, como no Taylorismo (FARIA, 2011b).

Apesar do sucesso inicial em considerar os trabalhadores dentro e fora das fábricas e de concebê-los como consumidores, o trato dado a eles e o olhar que se tinha aos mesmos não colaboravam com o aumento de produção. Conforme apontado por Beynon (1995, p. 25), os trabalhadores da Ford, por exemplo, continuavam a queixar-se e reivindicar melhorias:

> (...) por serem tratados pela Companhia como “nada mais do que um número”. Ressentiam-se com isso, e com toda insinuação de que, como operários da linha de montagem, eles não eram capazes de raciocinar: “burros”, fracassados nos estudos, estagnados em sua função na linha de montagem. Aqui a produção em massa de veículos e a produção em massa de trabalhadores pelo sistema educacional convergiam. O atual sistema “meritocrático” de educação (ainda poderoso em seus preconceitos contra as crianças da classe trabalhadora) legitimava o “sucesso” enquanto

tornava mais cabal o julgamento do “fracasso”.

Retomado o poder aquisitivo dos trabalhadores e da população de modo geral, o Fordismo atinge seu auge nas décadas de 1950 e 1960. No entanto, é nesse período também que os sindicatos de trabalhadores aumentaram o número de greves e paralisações para demonstrar o descontentamento dos trabalhadores com o trato que estes recebiam das gestões e o descontentamento com a divisão de lucros. O trecho citado acima corresponde exatamente a este período.

Segundo Heloani (2007), dentre as reivindicações, os trabalhadores almejavam participar mais do planejamento dos processos de produção e serem mais consultados quanto a sua execução. O modo rigoroso e hierárquico do Fordismo já não mais se encaixava com o momento no qual os trabalhadores e a população, de modo geral, estavam: crescimento de outros movimentos sociais, além dos movimentos sindicais, e a Era Hippie manifestavam a necessidade de novas formas de vida e, por consequência, também de trabalho. Deste modo, o Fordismo enfraquecia.

2.2.3 Toyotismo: subjetividades sequestradas

Impulsionado pelo engenheiro japonês Taiichi Ohni (1912-1990), o Toyotismo se desenvolve nos braços das fábricas da Toyota e aos pés da crescente economia japonesa. Apesar de algumas inovações, este sistema de produção conserva características peculiares à OCT, conforme apontado por Faria (2011b) e Heloani (2007). Distinta pela inserção da microtecnologia e pelo massivo incentivo à participação dos trabalhadores no processo de produção, o Toyotismo expande-se com a promessa de aumentar o rendimento econômico e ampliar a adesão dos trabalhadores. No que diz respeito à microtecnologia, sua implementação foi motivada por aumentar o controle em todo processo de produção: tanto na qualidade da matéria-prima e no produto final produzido, quanto no controle exercido sobre os trabalhadores.

Quanto à adesão dos trabalhadores, um ponto do Toyotismo destacado por Faria (2011b; 2009) é a inserção da Administração Participativa. Essa nova forma de participação tem o intuito de envolver todos os trabalhadores em todo processo de produção: no controle de qualidade dos produtos; na pesquisa de satisfação do

cliente; na capitalização da lucratividade máxima da empresa; na avaliação de desempenho de si e de seus colegas de trabalho; entre outras etapas. Para que o trabalhador consiga acompanhar todo o processo, a ele é solicitado que tenha formação especializada e, ao mesmo tempo, flexível, para que assim possa conhecer diversas áreas com profundidade. Paralelamente, a este trabalhador, é dada autonomia de atuação, desde que esta esteja em função da empresa, sobretudo, que proporcione maior lucratividade para a mesma.

Com o intuito de incrementar a Administração Participativa, também foi necessária a quebra das hierarquias engessadas no ambiente de trabalho. Como apontado por Faria (2009), o que está disfarçado na Administração Participativa é que a dedicação e participação dos trabalhadores implicam na possessão da subjetividade destes pela empresa. Esta possessão também acontecia nos modelos de produção anteriores, porém, desta vez, ela é realizada de maneira sutil, perspicaz e travestida de maior liberdade no âmbito do trabalho.

Ademais, como também salienta Faria (2009), o trabalhador ao mesmo tempo é enredado no trabalho através do discurso da empresa de que terá seus esforços reconhecidos pela organização. Este encantamento por parte do sujeito-trabalhador, por consequência, gera o deslumbramento deste em realizar-se no trabalho e o faz aderir aos ideais da empresa. É por este motivo também que o sujeito que reivindica realizações distantes do idealizado pela empresa ou que a critica, acaba sendo condenado pela mesma e também por seus colegas de trabalho; ainda que as críticas se referissem ao bem-estar de todos dos demais trabalhadores e visassem melhorias no ambiente de trabalho. E, do mesmo modo, como destaca Heloani (2007), o trabalhador, aquele adere aos objetivos, metas e regras da empresa como sendo seus, quando não colabora com o lucro da empresa, cobra-se, culpa-se e sente-se em dívida com a mesma.

Outra característica do Toyotismo destacada por Faria (2009), diz respeito ao estímulo que este sistema dá ao trabalho em equipe. Comumente essas equipes são formadas pela gestão e possuem caráter temporário. Estas são mantidas até o término de algum projeto, e, quando este é terminado, as equipes são desfeitas e novas são formadas para o projeto seguinte. Cabe apontar também que às equipes são oferecidas bonificações conforme seu desempenho em detrimento a outras equipes da mesma empresa. Segundo Faria (2011b; 2009), as equipes são assim

criadas com intenção de aumentar a competitividade entre equipes e trabalhadores, assim como diminuir as possibilidades de comunicação e laço fraternal entre os mesmos. Percebemos aqui que não é mais necessário colocar à frente da esteira trabalhadores de idiomas distintos, bem como não é mais preciso proibir risos e conversas entre os trabalhadores. O Toyotismo, com sua forma sutil de realizar a gestão de pessoas, encontra maneiras sorrateiras de evitar a comunicação entre os trabalhadores, intervir em sua união, que poderiam fortalecer os trabalhadores contra a empresa, bem como gera competitividade entre os empregados da mesma empresa.

A partir da conformação atual do trabalho, apresentada nos parágrafos anteriores, notamos que não é mais necessário que o trabalhador se encontre frente à esteira fordista para que lhe seja ditado um ritmo de trabalho. O trabalhador, frente à esteira da competição, ao cronômetro da auto-exigência e à vigilância do trabalho alheio sob os olhos de seus colegas de equipe, tem o ritmo de trabalho acelerado garantido, e muitas vezes, muito mais acelerado do que o controlado pelos gestores fordistas e tayloristas. Acreditamos que, baseado na lógica do engodo de quanto maior liberdade maior será a produtividade, e com o incremento da manipulação e controle ocultos, o Toyotismo parece ter entendido e aderido à ideia de que quanto se diminui a hierarquia e se eliminam alguns cargos de chefia, descentralizam-se o poder e a vigilância de trabalho. Frente à suposta liberdade, os próprios pares e mesmo o sujeito se encarregam de exigir e controlar.

Neste cenário, o trabalhador fundamentalmente aceito é aquele que apresenta formação especializada e aprofundada em diversas áreas; aceita participar do controle de todo o processo de produção; colabora com a manutenção da satisfação do cliente; aumenta o lucro da empresa; está disponível para vestir a camisa da empresa (ou tatuar sua logomarca, como nos disse uma paciente[59]); e introjeta os ideais da empresa e os compreende como seus (2011b). Em síntese e fazendo uso do termo cunhado por Faria (FARIA; MENEGHTTI, 2001), aceita-se

[59] A respeito do ato de tatuar a logomarca da empresa na pele do trabalhador, em 2013 foi publicada a notícia de que alguns trabalhadores estavam, a pedido do dono da empresa, tatuando a logomarca da instituição em seus corpos (EXAME, 2013). O pedido do dono de tal empresa acompanhava o oferecimento de aumento na bonificação dos empregados que tatuassem tal logomarca e, ademais, o valor variava conforme o tamanho da tatuagem feita: http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/empresa-da-aumento-de-15-a-empreado-que-tatuar-logo.

aquele trabalhador que tenha uma subjetividade que possa ser sequestrada, que perca o controle de si mesmo e deixe sua subjetividade à mercê da empresa.

O termo “Sequestro da subjetividade” corresponde ao controle que a empresa adquire, propositalmente, sobretudo através de programas de gestão que agem sobre os desejos, os sentimentos, os interesses e os valores do sujeito-trabalhador. Esta aquisição faz com que o trabalhador perca o controle sobre o processo de trabalho e a produção e o controle sobre si mesmo. Segundo Faria e Meneghetti (2001), o sujeito não tem uma subjetividade automaticamente “sequestrável” e, por este motivo, faz-se possível resgatá-lo. Para os autores, uma das maneiras de envolver o trabalhador seria via idealização da empresa ou a elementos desta, como o presidente, um grupo ou a marca da empresa. A idealização pode ser expressa quando o sujeito apresenta-se como mantenedor do *status quo* da mesma.

Sendo uma forma sofisticada de alienação, Faria e Meneghetti (2007) nos alertam para o fato de que, a partir das técnicas de controle de gestão mais sutis, como o Toyotismo, é possível identificar cinco formas de sequestro da subjetividade, a saber:

> (i) sequestro pela identificação: refere-se à condição de ajustamento ao imaginário instituído pela organização que faz com que o trabalhador o considere como parte de si;
> (ii) sequestro pela essencialidade valorizada: refere-se ao sentimento, alimentado pelo trabalhador, de indispensabilidade por motivo de merecimento, de crença no reconhecimento, pela organização, de seus méritos;
> (iii) sequestro pela colaboração solidária: refere-se ao desenvolvimento de atitudes voltadas a contribuição, pelo trabalhador, para com os projetos organizacionais, através da adesão, do vínculo, do apoio e do envolvimento com os grupos de trabalho;
> (iv) sequestro pela eficácia produtiva: refere-se à crença, pelo trabalhador, na colaboração efetiva para com a obtenção de melhores resultados do que aqueles previamente pretendidos;
> (v) sequestro pelo envolvimento total: refere-se ao sentimento de entrega, pelo trabalhador, à sedução e ao encantamento proporcionado por valores oferecidos pela organização e que atuam com alicientes de comprometimento (p. 57).

Através da descrição acima, podemos compreender o sequestro do sujeito como sendo uma maneira de envolver o sujeito e de cercá-lo por todos os lados. Deste modo, o sequestro apresenta-se, principalmente, como a inclusão do elemento afetivo na relação laboral e assim tomar a esta relação como o espaço de realizações do sujeito. De acordo com o que afirmaram estes autores, este tipo de

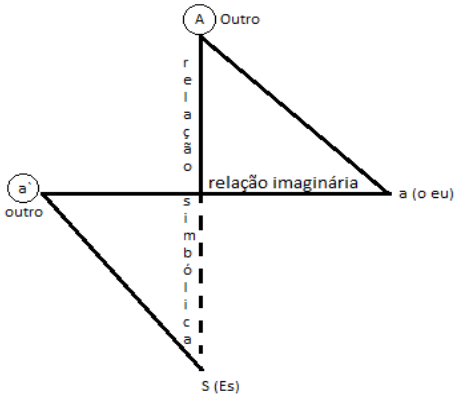
relação alienada, de enlaçamento da subjetividade, só é possível no interior de uma doutrina que defende a ideia da liberdade como essência do indivíduo.

Para finalizar, apontamos que ao fugir do perfil desejado de trabalhador e reivindicar novas ordens, este é rechaçado e apontado como causador do caos e da falência econômica. A exemplo disso, apresentamos a frase dita por Margareth Thatcher, no início da década de 1980, quando os trabalhadores da metalurgia estavam em greve, em todo país, para reivindicar melhorias nas condições de trabalho e aumento salarial: *"A culpa será tão-somente deles mesmos"*. A culpa a qual se referia Thatcher dizia respeito à crise econômica e ao possível desinteresse do capital internacional em investir na Inglaterra como um país de economia promissora ao ver o país parado por greves dos trabalhadores.

2.2.3.1 A Alienação enquanto uma forma de relação do Sujeito com o trabalhado na atualidade

Apresentado o cenário atual do trabalho inserido em um discurso liberal e dando continuidade ao propósito de nossa pesquisa em discutir a contribuição da teoria lacaniana da Alienação para a compreensão deste cenário, julgamos interessante iniciar a seção, retomando o Esquema L de Lacan. No entanto, daremos um giro em tal esquema, todavia, sem trocar os lugares dos elementos ou mesmo as suas relações fundamentais (Figura 8):

FIGURA 8 – ESQUEMA L COM GIRO



FONTE: A autora (2016).

A posição em que agora se encontram os elementos do Esquema exige que o mesmo agora seja visto em três partes: de abaixo, central e de acima. A relação

imaginária, aquela estabelecida entre o Eu e seu(s) semelhante(s) está situada na parte central do esquema, visível e consciente, como comentamos anteriormente. O S (Es), marcando o lugar do Sujeito, está na parte de abaixo do esquema, oculto, como se indicasse o lugar do recalque ou do inconsciente. Além disso, destacamos o lugar do grande Outro (A), agora localizado na parte de cima do esquema, enquanto correlato do sujeito também permanece oculto. Dando tal giro no Esquema L, temos a intenção de enfatizar o que acreditamos ser a melhor maneira de abordar e discutir a relação de objeto estabelecida entre o Eu e o Outro[60], inserida dentro do âmbito do trabalho.

A partir das ideias apresentadas a respeito do trabalhador enquanto sujeito que serve aos princípios de produtivismo das empresas e aos chamados de geração de lucro do Mercado, sugerimos agora um paralelo entre o Mercado e o Outro do sujeito. Resgatamos aqui um trecho escrito por Dumont (1985): "*o indivíduo consciente é subitamente chamado a reconhecer no Estado seu superego e no comando do Estado a expressão de sua própria vontade e liberdade*" (p. 118). No Esquema L apresentado acima, pode-se perceber a posição oculta ocupada pelo Outro-Mercado nas relações socialmente estabelecidas, como o trabalho. Vemos também o sujeito recalcado, o sujeito do inconsciente, que é apropriado pelo Outro-Mercado em seus sentimentos, suas angústias, suas identificações, seus medos e seus desejos. Através da perspectiva lacaniana podemos pensar que a doutrina liberal enlaça o sujeito no mais íntimo do seu ser, a ponto de que "*sua liberdade confunde-se com o desenvolvimento de sua servidão*" (LACAN, 1998d [1946], p. 183). Neste caso, a empresa, uma instituição que representa a doutrina liberal do Mercado e do Estado, aquela que estabelece uma relação direta com o sujeito-trabalhador, apresenta-se como Outro, como aquela que ocupa a posição mestra, de dominação, o lugar da referência ao sujeito, inserindo e demandando deste que responda aos ideais de consumo, individualismo, competitividade estabelecidos pelo Mercado, dentre outras ações que colaboram na manutenção da doutrina do Liberalismo.

[60] Em sua interpretação dos "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade" de Freud, Lacan (1995 [1956/1957]) comenta que encontra, em 1905, o suporte para sua discussão a respeito do sujeito enquanto aquele que se mantém e se sustenta na relação de objeto com o Outro.

Ademais, podemos ver o Outro como aquele que estipula, dita as regras e guia como devem transcorrer as relações Eu-outro, como na relação entre um trabalhador e seu semelhante, outro trabalhador. Aqui destacando, o Eu e o pequeno outro-semelhante como Eu's artificialmente produzidos, fundamentados e inseridos no campo do Outro. Portanto, como vimos anteriormente, em uma relação de objeto com o Outro: "*o eu, tal como o entendemos, o outro, o semelhante, estes imaginários todos, são objeto*" (2010 [1954/1955], p. 330). Neste momento, gostaríamos de retomar a compreensão que Lacan tem do pequeno outro: o pequeno outro como "semelhante", aquele que Lacan passa a chamar de "rival", com o qual o sujeito entretém uma relação de rivalidade, de competição, de disputa pelo desejo do Outro.

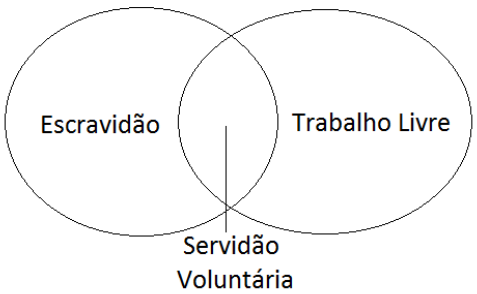
Através de nosso giro no Esquema L, podemos apresentar como entendemos a relação de igualdade defendida pelo Liberalismo, de Eu`s supostamente autônomos, racionais, adaptados em uma sociedade regrada pela rivalidade, existente entre os Eu´s, no Mercado. Destacamos a existência de outros elementos por trás desta relação consciente entre estes Eu´s autônomos: vemos a um sujeito do inconsciente por trás deste Eu e notamos o Outro como aquele que regula o desejo do sujeito e estipula as relações deste sujeito consigo mesmo e com seus semelhantes. Se tomamos a este Outro como o Mercado de doutrina liberal, notamos a demanda de desejo do Outro como sendo a conversão do sujeito em um cidadão cujo estilo de vida, por exemplo, estaria atrelada à captação de maiores recursos financeiros e à aquisição de bens materiais. Desejo este ao qual o sujeito quer responder, para ser reconhecido pelo Outro.

Retomando a discussão a respeito do "Sequestro da subjetividade", em nosso entendimento, a leitura lacaniana a respeito do processo de alienação do sujeito poderia ser utilizada como uma chave de leitura essencial para a compreensão do lugar da relação do sujeito com seu trabalho. Concordamos com a ideia de que o sujeito é sequestrado a partir de esforços feitos pela empresa para enlaçá-lo, no entanto, também acreditamos que um dos elementos principais do "sequestro" está no próprio processo de alienação ainda não ultrapassado pelo sujeito. Deste modo, discutimos o sequestro da subjetividade do trabalhador a partir de seus aspectos que vão para-além da consciência deste sujeito. Assim, o que antes era um processo imprescindível à constituição da subjetividade agora vemos a

relação alienada sendo utilizada no âmbito do trabalho para ampliar a lucratividade. O sujeito-trabalhador depara-se novamente com o dilema, enfrenta a dúvida entre “a bolsa e a vida”, e depara-se com a “escolha forçada”, optando por responder às demandas do Outro-Empresa para ser reconhecido por este.

Conforme pudemos ver anteriormente, o ser humano acredita ter se libertado dos monarcas e obtido a plena liberdade, quando, o que notamos na relação do sujeito com o Outro, não passa de uma “escravidão voluntária”, fazendo referência à La Boetie (2009 [1552/1553]) (Figura 9). Lacan (2009 [1953/1954]) faz uma provocação, inclusive, dizendo que, nesta relação de liberdade, o sujeito se depara com “*uma liberdade que nunca se afirma tão autêntica quanto dentro dos muros de uma prisão*” (LACAN, 1998a [1949], p. 102). Uma liberdade cuja única forma de alcançá-la é justamente e paradoxalmente tornando-se escravo. Zizek (1991) também nos chama atenção para esta mesma questão da liberdade do trabalhador, quando afirma que “e*ssa liberdade é o próprio inverso da liberdade efetiva, porque, pela venda livre de sua força de trabalho, o trabalhador perde sua liberdade: o conteúdo efetivo desse ato livre de venda é a escravidão ao Capital*” (p. 140). Uma relação livre, com um sujeito livre, como destacou Dotti (1994), sob um contrato livre, na qual o sujeito assina sua submissão com o contratante.

FIGURA 9 – SERVIDÃO VOLUNTÁRIA



FONTE: a autora (2016)

Assim como na “escolha forçada” apresentada por Lacan, aqui temos a escolha do sujeito-trabalhador, no contexto liberal: este sujeito passa pela afânises da relação, a perda de sua liberdade e de sua subjetividade, ao optar por servir às demandas da empresa e ao conjugar sua subjetividade ao ideal de trabalhador exigido por esta mesma empresa, bem como ao atrelar o destino de sua vida aos lemas e temas da instituição.

Em entrevista à Beynon, um trabalhador questiona o que a humanidade tem feito e o que tem desejado com tanta produção, em tamanha velocidade e acúmulo de capital: "'*Nós somos loucos', disse ele, 'somos doidos, eu acho, às vezes nem sei por que fazemos isso. Estamos correndo a toda velocidade o tempo todo só para ficar no mesmo lugar"*' (BEYNON, 1995, p. 208). Como frisou Strathern (1997), e em concordância com o que foi apresentado pelo trabalhador acima de maneira tão espontânea e intuitiva, a mão do liberalismo, "*essa mesma mão, que moldou o século XX, parece pronta a estrangular o século XXI*" (p. 45), no entanto, agora apresentando-se como "mão invisível" da competição do mercado livre.

Em termos lacanianos, através de representações de matemas, podemos apresentar graficamente essa situação da seguinte maneira:

$$\frac{\text{Trabalhador Livre}}{\text{Escravo}} \;__\; \frac{\text{Estado/ Mercado/Empresa}}{\text{Mestre}}$$

Os trabalhadores, ainda que não-escravos, suportam condições de trabalho adversas e prejudiciais à saúde. É exatamente ao tornar os trabalhadores livres, apresentados como donos de seus destinos e responsáveis por seus atos, que o atual senhor não se importa com as consequências para o "material humano" contratado, uma vez que, neste contexto, sempre haverá algum outro deste "material" para substituição. Caso o trabalhador opte por não responder às exigências, ele será demitido e talvez acredite que nunca encontrará outro espaço para ser reconhecido, caso ele opte por respondê-las ele poderá ver sua saúde degradada. É este caráter compulsório do "convite" a um homem livre, um convite feito ao trabalhador de ser "*seu próprio coveiro*", como nos diz Zizek (1992, p. 90), que nos permite notar na relação do sujeito com o seu trabalho um dos mais eminentes exemplos da recapitulação do processo de alienação.

Através das adesões aos processos de controle dos modelos de produção, vemos o sujeito entregar-se como objeto ao Outro, em um gesto de desposessão de si, para se aproximar ao ideal de Eu reconhecido pelo Outro. Em um movimento de retorno a sua relação alienada-constitutiva, vemos ao sujeito-trabalhador tendo como referência o alcance do desejo do Outro, que, na maioria das vezes, está atrelado a ideia de que este sujeito é insubstituível e que o Outro-Empresa precisa tão somente dele para a realização deste desejo. Tomando esta ideia como

verdadeira, o sujeito compactua e se torna também reprodutor do liberalismo em seu aspecto econômico, social e político.

CONCLUSÃO

Em nossa pesquisa, ocupamo-nos das possibilidades de contribuição da teoria lacaniana sobre a Alienação ao estudo da relação do sujeito com o trabalho na atualidade. Ao entrar em contato com a formulação direta de Lacan acerca da Alienação, deparamo-nos com a necessidade de retomar o trajeto deste autor a respeito da constituição da subjetividade, uma vez que ele apresenta a Alienação como um processo de “escolha forçada” presente no início da formação do sujeito social. Ao aprofundar nossos estudos, notamos o que parece ser o trajeto lacaniano da formação do sujeito social: iniciado em sua entrada na Psicanálise, Lacan trata deste ser social a partir da década de 1930 e 1940, principalmente, através do Estádio do Espelho; nos anos de 1950, Lacan faz uso, sobretudo, do Esquema L e do Grafo do Desejo para explicar a complementação de sua teoria e; por fim, na década de 1960, Lacan concretiza sua teoria da Alienação.

No primeiro momento deste resgate, repassamos por alguns conceitos formulados por Lacan, sobretudo, acerca do Estádio do Espelho, pois encontramos aí as bases de toda a sua teoria ulterior da alienação. A *imago*, gerada em colaboração com os espelhos côncavo e convexo no esquema, serviu como metáfora para Lacan situar sua teoria do Eu do sujeito. O *infans* frente ao espelho, ainda com o corpo esfacelado, encontra na imagem a possibilidade de dar conta de seu desamparo, de seu encontro com sua cisão. Deste modo, por um processo de identificação do sujeito com a imagem, o sujeito toma para si a imagem refletida pelos espelhos como se a mesma fosse a representação mais pura e direta do seu ser. Notamos que o Outro, representado no esquema gráfico pelos espelhos, é o elo deste processo de identificação do sujeito com a imagem do Eu, imagem esta unificadora que será tomada como parâmetro para todas as suas relações sociais posteriores

Em mais um passo dado por Lacan em sua teoria da constituição do sujeito, o psicanalista inclui agora o significante como o elo principal do surgimento do sujeito social. Lacan não abandona sua teoria sobre o campo imaginário, porém a complementa com o campo simbólico, sobretudo o significante, dando espaço para a discussão a respeito do sujeito do inconsciente. A discussão a respeito do significante aborda e reforça a necessidade de um outro, no caso, Outro, para a constituição da subjetividade. O Outro tomado como “tesouro do significante”,

apresenta-se como fonte de símbolos e significações, as quais serão usadas pelo sujeito para se representar. Estas suas representações serão, principalmente, conjugadas ao desejo do Outro, ao que o Outro espera deste sujeito.

Em continuidade ao que fora desenvolvido em anos anteriores e sob influência de seus estudos em lógica e em sociologia crítica, como o Marxismo, Lacan nos apresenta a Alienação como uma “escolha forçada”, a qual o sujeito precisa ceder caso queira ter uma representação social de si. Dito de outro modo, a Alienação se torna um processo de “Alienação simbólico-libidinal” do sujeito e apresenta-se como correlata a uma identidade que somente poderá ser instituída a partir de um descentramento constitutivo do sujeito, isto, fazendo de seu desejo um desejo fundamentalmente alienado. O que vemos ocorrer nesta relação é que o sujeito entrega a si ao desejo do Outro por não ter mais o que lhe dar em troca de uma subjetividade.

Desta maneira, acreditamos poder realizar a transposição do conceito de Alienação lacaniana no campo da economia política. A partir de tal transposição pudemos compreender que justamente o que é “alienado” do sujeito-trabalhador é seu “desejo”. Inicialmente, como comentado acima, em troca de uma identidade passível de ser socialmente compartilhada e reconhecida, o sujeito se aliena de si. Deste modo, em um contexto político, social e econômico de doutrina liberal, notamos o sujeito, agora enquanto sujeito-trabalhador, repetindo seu processo de alienação em seu espaço laboral. Vemos trabalhadores tomarem com grande Outro a chefes ou mesmo a fundadores da empresa, bem como notamos a tomada destes como seus pais, como se referia uma paciente à organização para a qual trabalhava: era o “Paizão” quem pagava suas contas.

Notamos que nos modelos de produção estudamos, principalmente, o Toyotista, frente a impossibilidade de eliminar o sujeito de todo o processo de produção, tomou-se a ideia de dominar os comportamentos, tempos, movimentos, pensamentos, ideais e subjetividade do sujeito-trabalhador. Pelo o que foi possível perceber, modelos anteriores, como o Taylorismo e o Fordismo conseguiram diversas formas de controlar o corpo do trabalhador, no entanto, com o tempo foram necessárias as formulações de novas formas de envolver a este em suas atividades laborais. O sequestro da subjetividade foi uma das maneiras mais sofisticadas e essenciais a cooptação do sujeito, para sua docilização como um todo, seu corpo e

o que se tem de mais intimo de si, sua subjetividade, seus desejos, suas esperanças. Trabalhando com as dimensões imaginárias e simbólicas do sujeito-trabalhador e inovando a cada ano a possibilidade de realização e reconhecimento através do trabalho, as empresas sequestra o sujeito e este apresenta-se grato e leal ao sistema de produção, ao estilo de vida liberal.

Em nossa próxima pesquisa, procuraremos dar continuidade à temática da Alienação, no que acreditamos ser um passo a mais nos estudos que até agora realizamos. Para tanto, parece-nos essencial também estudar as diversas teorias sobre o reconhecimento. Ademais, pretendemos avançar na compreensão da teoria lacaniana sobre o campo real, sobretudo na interface deste com os conceitos de "fantasma" e "objeto a", também desenvolvidos por Lacan. Tal avanço nos ajudará a realizar um aprofundamento na teoria da Alienação de Lacan, bem como discutir o que poderia ser o processo de desalienação do sujeito-trabalhador. O que propomos como ideia de pesquisa seria pensar este processo de desalienação tendo como espaço o movimento sindical – se é que poderíamos considerar esta "separação adicional" fora do ambiente clínico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. *Trabalho e subjetividade*: o espírito do Toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ARMENGAUD, F. Uexküll Jakob Von (1864-1944). In: *Encyclopedia Universalis*. Disponível em: <http://www.universalis.fr/encyclopedie/jakob-von-uexkull/>. Acesso em: 20 jan. 2016.

BEYNON, H. *Trabalhando para Ford*: trabalhadores e sindicalistas na indústria automobilísticas. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BISETTO, H. Marx e Freud na leitura de Erich Fromm: alguns apontamentos. In: *Sem aspas*. v. 4, 2015. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/8118>. Acesso em: 01 de agosto de 2016.

BONI JÚNIOR, J. O. *O estádio do espelho de Jacques Lacan*: gênese e teoria. 215 f. Dissertação apresentada no curso de Mestrado em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2010.

BORGES, C.; RIBEIRO, M. A. C. A psicanálise, o trabalho e o laço social. In: *Revista de Psicologia*. Fortaleza, v. 4 - n. 2, p. 19-25, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/index.php/psicologiaufc/article/view/802/779>. Acesso em: 15 fev. 2014.

BOSI, A. P. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. *Educação e Sociedade*. Campinas, v.28, n.101, p. 1503-1523, set./dez., 2007.

BRAVO, G. M. Constitucionalismo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 11ª ed. Brasília: UnB, p. 246-258, 1998.

CARDOSO, A. M. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CASTEL, R. *El ascenso de las incertidumbres*: trabajo, protecciones, estatuto del individuo. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

CATANI, A. M. *O que é o capitalismo*. 34ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHATELARD, D. S. Algumas considerações sobre o termo *afânise* a partir de E. Jones e J. Lacan. In: *Ágora*: Estudos em Teoria Psicanalítica. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jan./jul. 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982001000200004>. Acesso em: 20 jul. 2016.

CHAUI, M. O retorno do teológico-político. In: CARDOSO, S. (Orgs.). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: UFMG, 2004. Disponível em:

<http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/o_retorno_do_teologico.pdf>. Acesso em 30/08/2014.

_____. Contra a servidão voluntária. SANTIAGO, H. (org.). Série Escritos da Marilena Chaui, 1. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

CLASTRES, P.; LEFORT, C.; CHAUI, M. *Discurso da servidão voluntária*. Coleção Elogia da Filosofia. CHAUI, M. (coord.). São Paulo: Brasiliense, 1982.

CONTÉ, C. Grafo. In: KAUFMANN, P. (Org.). *Elementos para una enciclopedia del psicoanálisis*: el aporte freudiano. 1. ed. Buenos Aires; Barcelona, México D. F.: Paidós, p. 215-226, 1996.

D'AGORD, M. R. L. As estruturas do discurso: o uso do esquema L em psicopatologia. *Latin America Journal of Fundamental Psychopathology*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 87-100, mai. 2009.

DARMON, M. *Ensaios sobre a topologia lacaniana.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

DARRIBA, V; CARDOSO, M. J. D. E. Percurso de Lacan, Percurso de Marx. *Ágora.* 2015a. No prelo.

_____. A referência ao capitalismo na teoria dos discursos de Lacan. *Ágora.* 2015b. No prelo.

DOLAR, M. Cogito as the subject of the unconscious. In: ZIZEK, S (Org.). *Cogito and the unconscious.* Durham; London: Duke University Press, 1998. p. 11-40.

DOTTI, J. E. *Pensamiento político moderno*. Madrid: Trotta, 1994.

DUMONT, L. *O individualismo*: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

EHRENBERG, A. *O culto da performance*: da aventura empreendedora à depressão nervosa. Aparecida: Ideias e letras, 2010.

ENRIQUEZ, E. Imaginário social, recalcamento e repressão nas organizações. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, 36/37, pp. 53-94, jan.-jun., 1974.

_____. O indivíduo preso na armadilha da estrutura estratégica. *Revista de administração de empresas*. São Paulo, v. 37, n.1, pp. 18-29, 1997.

_____. Interioridade e Organizações. In: DAVEL, E.; VERGARA, S. C. (Orgs.). *Gestão com Pessoas e Subjetividade*. São Paulo: Atlas, pp. 173-187, 2001.

EXAME. Empresa dá aumento de 15% a empregado que tatuar logo. In: *Revista Exame*. 02/05/2013. Disponível em:

<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/empresa-da-aumento-de-15-a-empreado-que-tatuar-logo>. Acesso em: 23 maio 2014.

FARIA, J. H. *Gestão Participativa*: relações de poder e de trabalho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. *Economia Política do Poder*: as práticas do controle nas organizações. v. 1 Curitiba: Juruá, 2011a.

_____. *Economia Política do Poder*: uma crítica da teoria geral da administração. v. 2. Curitiba: Juruá, 2011b.

FARIA, J. H.; MENEGUETTI, F. K. O sequestro da subjetividade e as novas formas de controle psicológico no trabalho: uma abordagem crítica ao modelo toyotista de produção. In: ENANPAD, 2001, Campinas. XXV Encontro Nacional da ANPAD. Anais do ENANPAD [CD-Rom]. 2001.

_____. O sequestro da subjetividade. In: FARIA, J. H. (Org.). *Análise crítica das teorias e práticas organizacionais.* São Paulo: Atlas, p. 45-67, 2007.

FINK, B. *O sujeito lacaniano:* entre a linguagem e o gozo. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

FREUD, S. O futuro de uma ilusão [1927]. In: FREUD, S. *Obras completas de Sigmund Freud***:** edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. v. XXI.

_____. O Ego e o Id [1923]. In: FREUD, S. *Obras completas de Sigmund Freud:* edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. v. XIX.

_____. Uma dificuldade no caminho da psicanálise [1917]. In: FREUD, S. *Obras completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. v. XVII.

_____. A interpretação do sonho [1900]. In: FREUD, S. *Obras completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996d. v. IV e V.

_____. Sobre o narcisismo: uma introdução [1914]. In: FREUD, S. *Obras completas de Sigmund Freud:* edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996e. v. XIV.

_____. Psicologia das massas e análise do ego [1921]. In: FREUD, S. *Obras completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996f. v. XVIII.

_____. Conferência XXXI: a dissecção da personalidade psíquica [1933]. In: FREUD, S. *Obras completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996g. v. XXII.

_____. Carta 52 [1896]. In: FREUD, S. *Obras completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996h. v. I.

_____. Moral sexual "civilizada" e doença nervosa moderna [1908]. In: FREUD, S. *Obras completas de Sigmund Freud:* edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996i. v. IX.

GARCIA-ROZA. L. A. *Artigos de metapsicologia, 1914-1917*: narcisismo, pulsão, recalque, inconsciente. 7. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.

GOLDENBERG, R. *Goza!* Capitalismo, Globalização e Psicanálise. Salvador: Ágalma, 1997.

HARVEY, D. *O neoliberalismo*: histórias e implicações. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 2013.

HELOANI, R. *Gestão e Organização no Capitalismo Globalizado*: História da manipulação psicológica no mundo do trabalho. São Paulo: Atlas, 2007.

HOLANDA, C. B. *Construção*. Intérprete: HOLANDA, C. B. Rio de Janeiro: Phonogram/Philips Records, 1971.

JACQUES, M. G. C.; AMAZARRAY, M. R. Trabalho bancário e saúde mental no paradigma da excelência. *Boletim da Saúde*. Porto Alegre. Vol. 20 n. 1. jan,/jun, p. 93-105, 2006.

JORGE, M. A. C. *Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan*: as bases conceituais. 6. ed., v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

KAUFMANN, P. Imaginario. In: KAUFMANN, P. (Org.). *Elementos para una enciclopedia del psicoanálisis*: el aporte freudiano. 1. ed. Buenos Aires; Barcelona, México D. F.: Paidós, p. 249-253, 1996.

LA BOÉTIE, E. *Discurso da servidão voluntária* [1552/1553]**.** São Paulo: Martin Claret, 2009.

LACAN, J. *O Seminário, Livro 8*: a transferência [1960/1961]. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1992a.

_____. *O Seminário, Livro 17*: o avesso da psicanálise [1969/1970]. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1992b.

_____. *O Seminário, Livro 4*: a relação de objeto [1956/1957]. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995.

_____. O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica [1949]. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998a.

_____. Observações sobre o relatório de Daniel Lagache: Psicanálise e estrutura da personalidade [1958]. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998b.

_____. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano [1960]. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998c.

_____. Formulações sobre a causalidade psíquica [1946]. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998d.

_____. A agressividade em psicanálise [1948]. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998e.

_____. De nossos antecedentes [1966]. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998f.

_____. A instância da letra no inconsciente ou razão desde Freud [1957]. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998g.

_____. Para-além do “Princípio de realidade” [1936]. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998h.

_____. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise [1953]. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998i.

_____. O seminário sobre ‘A carta roubada’ [1955]. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998j.

_____. De uma questão preliminar a todo tratamento possível de psicose [1957/1958]. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998k.

_____. Kant com Sade [1962]. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998l.

_____. *Escritos* [1966]. Rio de Janeiro: Zahar, 1998m.

_____. Posição do inconsciente no Congresso de Bonneval [1960, retomado em 1964]. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998n.

_____. *O Seminário, Livro 5:* as formações do inconsciente [1957/1958]. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

_____. Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia [1938]. In: LACAN, J. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003a.

_____. *A identificação*: seminário 1961-1962. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, publicação não comercial, exclusiva para os membros, 2003b.

_____. *O ato analítico*: seminário 1967-1968, livro XV. Sem autor, publicação não comercial realizada a partir de tradução livre. [S.I.]: [s.n.], 2005.

_____. *O Seminário, Livro 11*: Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise [1964]. Rio de Janeiro: Zahar, 2008a.

_____. *A lógica do fantasma:* seminário 1966-1967. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, publicação não comercial, exclusiva para os membros, 2008b.

_____. *O Seminário, Livro 16*: de um outro ao Outro [1968/1969]. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008c.

_____. *O Seminário, Livro 1*: os escritos técnicos de Freud [1953/1954]. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____. *O Seminário, Livro 2*: o eu na teoria de Freud e na técnica psicanalítica [1954/1955]. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. *O Seminário, Livro 6*: o desejo e sua interpretação [1958/1959]. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2016.

LAMBOTTE M. C. Estadio del espejo. In: KAUFMANN, P. (Org.). *Elementos para una enciclopedia del psicoanálisis*: el aporte freudiano. 1. ed. Buenos Aires; Barcelona; México D. F.: Paidós, p. 166-169, 1996.

LÉDA, D. B.; MANCEBO, D. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 34, n.1, pp.49-64, jan./abr., 2009.

LOURENÇO, E. A. S. Alienação e agravos à saúde dos trabalhadores no setor sucroenergético. In: NAVARRO, V. L.; LOURENÇO, E. A. S. (Orgs.). *O avesso do trabalho III*: saúde do trabalhador e questões contemporâneas. São Paulo: Outras Expressões, p. 165-198, 2013.

LUSTOZA, R. Z. O discurso capitalista de Marx a Lacan: algumas consequências para o laço social. *Ágora*. Rio de Janeiro, v. XII, n.1, pp. 41-52, jan./jun., 2009.

MANDEL, E. *Introdução ao marxismo*. Porto Alegre: Movimento, 1982.

MANENT, P. *Historia del pensamiento liberal*. Buenos Aires: Emece, 1990.

MANNONI, O. Eu sei, mas mesmo assim... In: MANNONI, O. *Chaves para o imaginário*. Petrópolis, Vozes, p. 9-34, 1973.

MASCARO, A. L. *Introdução à filosofia do Direito*: dos modernos aos contemporâneos. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTEUCCI, N. Burguesia. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 11ª ed. Brasília: UnB, p. 119-124, 1998.

MILLOT, C. *Freud anti-pedagogo*. México, DF: Paidós, 1990.

NASIO, J. D. El concepto de identificación. In: NASIO, J. D. *Enseñanza de 7 conceptos cruciales del Psicoanálisis*. Barcelona: Gedisa, p. 133-177, 1996.

NOGUEIRA, C. M. Telemarketing: a saúde das teleoperadoras. In: LOURENÇO, E.; NAVARRO, V.; BERTANI, I.; SILVA, J. F. S.; SANT'ANA, R. (Orgs). *O avesso do trabalho II*: trabalho, precarização e saúde do trabalhador. São Paulo: Expressão Popular, p. 159-178, 2010.

OGILVIE, B. *Lacan*: a formação do conceito de sujeito (1932-1949). Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988.

OLIVEIRA, C. O chiste, a mais-valia e o mais-de- gozar ou o capitalismo como uma piada. In: *Revista Estudos Lacanianos*. Ano I, n. 1, jan.-jul. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rel/v1n1/v1n1a05.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2013.

OLIVEIRA, P. A. B.; CAMPELLO, J. C. Cargas de trabalho e seu impacto sobre a saúde: estudos de caso em quatro instituições financeiras em Porto Alegre. *Boletim da Saúde*. Porto Alegre. Vol. 20 n. 1. jan,/jun, p. 69-92, 2006.

O'ROURKE, P. J. *A riqueza das nações de Adam Smith*: uma biografia. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

PAGÈS, M.; BONETTI, M.; GAULEJAC, V.; DESCENDRE, D. *O poder das organizações*. São Paulo: Atlas, 1987.

PIANCIOLA, C. Alienação. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI N.; PASQUINO, G. (Orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. da UnB, 11. ed., v. 1. p. 20-23, 1998.

PISANI, M. M. Marxismo e psicanálise no pensamento de Herbert Marcuse: uma polêmica. In: *Revista Mal Estar e Subjetividade*. v.4 n.1 Fortaleza, mar. 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482004000100003>. Acesso em: 01 de agosto de 2016.

QUINET, A. *Os outros em Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

RAGNINI, E. C. S. *Saúde mental no trabalho – sujeito, sintoma e clínica*: por uma incidência do discurso psicanalítico no campo da saúde do trabalhador. 196f. Tese apresentada ao curso de doutorado em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, 2014.

ROSA, M. Jacques Lacan e a clínica do consumo. In: *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p.157-171, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pc/v22n1/a10v22n1.pdf> Acesso em: 23 dez. 2013.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de Psicanálise.* Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SAL da Terra: uma viagem com Sebastião Salgado. Direção: Wim Wenders e Juliano Ribeiro Salgado. Roteiro: Wim Wenders, Juliano Ribeiro Salgado e David Rosier. Elenco: Sebastião Salgado. Produção: David Rosier. Fotografia: Hugo Barbier e Juliano Ribeiro Salgado. Edição: Maxine Goedicke e Rob Myers. Gênero: Biografia, Documentário. Brasil, França, Itália, 2014, 110min, color.

SALES, L. S. A filosofia concreta de Alexandre Kojève e a teoria do imaginário de Jacques Lacan, *Paidéia*. v. 12, n. 24, p. 139-148, 2003.

_____. Posição do estágio do espelho na teoria lacaniana do imaginário. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, v. 17, n. 1, p. 113-127, jan./jun. 2005.

SANDRONI, P. Novíssimo dicionário de economia. São Paulo: Best Seller, 1999.

SEGNINI, L. R. P. Reestruturação nos bancos no Brasil: desemprego, subcontratação e intensificação do trabalho. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 20, n. 67, p. 183-209, 1999.

SENNETT, R. *O declínio do homem público*: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. R. *Trabalho intensificado nas federais*: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA JÚNIOR, J. R.; SGUISSARDI, V. *Novas faces da Educação superior no Brasil*: reforma do Estado e mudanças na produção. São Paulo: Editora Cortez; Bragança Paulista, SP: USF-IFAN, 2001.

SIMANKE, R. T. *Metapsicologia lacaniana*: os anos de formação. São Paulo: Discurso; Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

SOLER, C. O sujeito e o Outro II. In: FELDSTEIN, R.; FINK, B.; JAANUS, M. (Orgs.). *Para ler o Seminário 11 de Lacan*: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

SOUZA, D. S. Teoria dos conjuntos no ensino fundamental: abordagem histórica.10f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Matemática) - Universidade Católica de Brasília, Brasília DF, 2005.

SPENCER, H. *El individuo contra el Estado*. Valencia: F. Sempere y C.A., [s. d.].

STRATHERN, P. *Hume em 90 minutos*. Série Filósofos em 90 minutos. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

VERGARA, F. *Introdução aos fundamentos filosóficos do liberalismo*. São Paulo: Nobel, 1995.

UEXKULL, J. *Mondes animaux et monde humain* : suivi de théorie de la signification. Paris: Denoël, 1965.

VICENTINO, C.; DORIGO, G. *História para o ensino médio*: história geral e do Brasil. São Paulo: Scipione, 2001.

ZANIN, F. C. *Expectativa sobre o retorno ao trabalho:* análise das vivências de trabalhadores bancário no período de afastamento laboral. 2010. 112 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) [Orientadora: Profa. Dra. Elaine Cristina Schmitt Ragnini] - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

ZIZEK, S. *O mais sublime dos histéricos*: Hegel com Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

_____. *Eles não sabem o que fazem*: o sublime objeto da ideologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.